

ISSN 18078834

**BNB** *CONJUNTURA ECONÔMICA*  
Número 18

Boletim elaborado pelo  
Escritório Técnico de Estudos  
Econômicos do Nordeste/Etene,  
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza  
Banco do Nordeste do Brasil  
2008

Obra publicada pelo

**Banco do  
Nordeste**



*O nosso negócio é o desenvolvimento*

#### **Presidente**

— Roberto Smith

#### **Diretores**

— João Emílio Gazzana

— Luiz Carlos Everton de Farias

— Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

— Oswaldo Serrano de Oliveira

— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

— Pedro Rafael Lapa

#### **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene**

José Sydrião de Alencar Júnior  
(Superintendente)

#### **Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação**

Biágio de Oliveira Mendes Júnior  
(Gerente de Ambiente)

Antônio de Castro Queiroz Serra  
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)  
Airton Saboya Valente Júnior  
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

#### **Equipe Responsável**

Autores: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Assuéro Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Alberto Figueiredo Júnior, Edjânia Santana Reis, Francisco Ferreira Alves, Francisco Raimundo Evangelista, Laura Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas, Maria Simone de Castro Pereira Brainer, Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa Miranda e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

**Estagiários:** Antônio Rodrigo Félix Rodrigues, Daniel Barboza Guimarães, Deborah Régis de Almeida e Germano Bezerra de Melo.

#### **Ambiente de Comunicação Social**

José Maurício de Lima da Silva

#### **Editor**

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

#### **Revisão Vernacular**

Edmilson Nascimento da Silva

#### **Normalização Bibliográfica**

Rousianne da Silva Virgulino (Bibliotecária-CRB3/921)

#### **Diagramação**

Franciana Pequeno

#### **BNB/Etene**

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bl. A2 - Térreo - Passaré  
Fortaleza - Ceará - Brasil - CEP 60.740-000  
e-mail: conjuntura@bnb.gov.br  
fone: (85) 3299.3033

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 18 (jul. - set. 2008) - . - Fortaleza:  
Banco do Nordeste do Brasil, 2008 -

94p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

## SUMÁRIO

<b>05</b>	<b>1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS</b>
05	1.1. As Agroindústrias de Frutas e Hortaliças no Nordeste e o Suprimento de Matérias-Primas e Embalagens
<b>09</b>	<b>2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS</b>
<b>13</b>	<b>3. NÍVEL DE ATIVIDADE</b>
13	3.1. Produto Interno Bruto (PIB)
19	3.2. Produção Industrial do Brasil
22	3.2.1. Produção Industrial do Nordeste
31	3.3. Comércio
31	3.3.1. Desempenho do Comércio no Brasil
33	3.3.2. O Comércio no Nordeste
36	3.4. Produção Agropecuária
36	3.4.1. Agronegócio
36	3.4.1.1. Desempenho do PIB e do faturamento
42	3.4.1.2. Balança Comercial do Agronegócio
44	3.4.2. Agricultura
54	3.4.3. Pecuária
<b>59</b>	<b>4. EMPREGO E RENDIMENTO</b>
59	4.1. Brasil
60	4.2. Nordeste
<b>63</b>	<b>5. SETOR EXTERNO</b>
63	5.1. Balança Comercial Nordestina
64	5.2. Exportações

<b>73</b>	<b>6. FINANÇAS PÚBLICAS</b>
73	6.1. Governo Federal
73	6.1.1. Resultado Fiscal do Governo Central
75	6.1.2. Dívida Pública Federal
77	6.1.3. Necessidades de Financiamento do Setor Público
77	6.2. Estados e Municípios do Nordeste
77	6.2.1. Transferências Constitucionais
79	6.2.2. Transferências Voluntárias
81	6.2.3. Arrecadação de ICMS
82	6.2.4. Endividamento dos Estados Nordestinos
<b>85</b>	<b>7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>
86	7.1. Brasil. Depósitos e Operações de Crédito
90	7.2. Nordeste. Depósitos e Operações de Crédito
92	7.3. BNB. Depósitos e Operações de Crédito

# 1 - Avaliação e Perspectivas

## 1.1 - As Agroindústrias de Frutas e Hortaliças no Nordeste e o Suprimento de Matérias-Primas e Embalagens<sup>1</sup>

*José Ailton Nogueira dos Santos<sup>2</sup>  
Maria Simone de Castro Pereira Brainer<sup>3</sup>  
Wendell Márcio Araújo Carneiro<sup>4</sup>*

As condições edafoclimáticas do Nordeste, apropriadas para suprir com regularidade, qualidade e quantidade as demandas de frutas e hortaliças das agroindústrias de processamento dessas matérias-primas, fomentaram a instalação de unidades agroindustriais, que se expandiram na região, com maior concentração na Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A matéria-prima utilizada pelas agroindústrias é geralmente produzida na mesma localidade ou próximo a ela. Resumindo: os maiores fornecedores de matérias-primas para as agroindústrias alimentares da área de atuação do BNB localizam-se nos estados mencionados.

Entretanto, algumas agroindústrias são abastecidas também por produtos de outros estados, regiões ou países, tendo como causas principais:

- a diversificação da linha de produção, com inclusão de espécies nativas (principalmen-

te cajá, jenipapo, jaca, bacuri, umbu, açaí e cupuaçu) ou de clima temperado (uva e pêsego);

- a diferenciação sazonal das safras entre estados;
- o fato de o Nordeste não produzir algumas matérias-primas, como, por exemplo, componentes de condimentos (principalmente cominho, orégano, boldo e alho).

No Maranhão e no Piauí, que não têm tradição de fruticultura e horticultura em escala comercial, as agroindústrias de alimentos derivados de frutas e hortaliças apresentam-se bastante dependentes de matérias-primas de outros centros. As agroindústrias maranhenses são supridas por outras regiões do Brasil, como o Centro-Oeste (Goiás), o Norte (Pará e Tocantins) e o Sudeste (Minas Gerais e São Paulo), enquanto as agroindústrias

1 O presente artigo teve origem em estudo realizado pelos autores sobre a agroindústria de alimentos derivados de frutas e hortaliças no Nordeste e demais áreas de atuação do BNB. Uma das principais finalidades do estudo foi compreender o relacionamento entre os elos e diagnosticar os principais entraves ao desenvolvimento dessa cadeia agroindustrial, a partir de entrevistas com os representantes de cada segmento. Propõe-se aqui apresentar, de forma sintética, os problemas de relacionamento das agroindústrias pesquisadas com os fornecedores de matérias-primas, insumos e embalagens.

2 Engenheiro Agrônomo, Especialista em Desenvolvimento Rural Integrado e Consultor.

3 Engenheira Agrônoma, Mestre em Economia Rural e Pesquisadora do BNB-ETENE.

4 Economista, Mestre em Economia Rural e Pesquisador do BNB-ETENE.

piauienses recorrem principalmente aos estados da Bahia, Ceará, Pará e Pernambuco.

Dentre as matérias-primas adquiridas do exterior pelas agroindústrias, destacam-se o alho *in natura*, a pasta de alho, o milho (usado no processamento do colorau) e a polpa de uva, vindos da Argentina e do Chile; e a amêndoa de cacau, proveniente da Costa do Marfim, Gana e Indonésia.

O Nordeste também não foi capaz de reduzir a dependência com relação ao suprimento de conservas de alimentos como azeitona, ervilha, cogumelo, alcaparra, milho, palmito, aspargo, *pickles*, molhos e extratos de tomate. O suprimento desses itens vem sendo realizado pelas agroindústrias instaladas no Centro-Sul, especialmente em São Paulo.

Nessa pesquisa, observou-se que o suprimento de matérias-primas *in natura* próprias vem declinando em todas as categorias de agroindústrias no Nordeste, tornando-as dependentes de terceiros, já que a produção local restringe-se a poucas agroindústrias e em níveis modestos. Verificou-se, ainda, que a aquisição de matérias-primas semiprocessadas por terceiros, utilizadas na produção de alimentos prontos para consumo, é uma prática em ascensão entre as médias e grandes agroindústrias.

Na maioria dos casos, a comercialização de frutas e hortaliças junto às agroindústrias no Nordeste não está fundamentada em contrato prévio, com definição de época de entrega e preço. A transação comercial toma por base o preço arbitrado pela empresa adquirente, sem, contudo, respaldar-se em contratos formais prevendo direitos e obrigações das partes.

Historicamente, registram-se conflitos de interesses entre a agroindústria e o fruticultor, en-

volvendo aspectos como os preços pagos e a qualidade da matéria-prima. Para uma análise desse contexto, foram colhidos vários depoimentos de agroindustriais, fruticultores e técnicos, a partir dos quais podem ser tiradas algumas conclusões, conforme resumido a seguir:

- na visão do agroindustrial, falta ao fruticultor nordestino o profissionalismo necessário para o cumprimento de obrigações contratuais relacionadas à qualidade da fruta (esta é selecionada e comercializada para consumo *in natura*), implicando a redução do rendimento industrial, além de afetar a programação de processamento da agroindústria;
- na visão do fruticultor e suas organizações, os preços estabelecidos pela agroindústria são insuficientes para remunerar os custos de produção das frutas, resultando na adoção de práticas agrícolas responsáveis por quedas acentuadas de produtividade e qualidade das frutas;
- na visão dos técnicos, os ganhos obtidos com o processamento das frutas são apropriados somente pelos agroindustriais, ainda que os preços de mercado fiquem acima da média.

Tais informações não são novidades, nem a dependência da agroindústria por matéria-prima de terceiros tem sido capaz de solucionar os crônicos conflitos historicamente registrados entre as unidades de processamento e os produtores rurais e suas organizações, relacionados a preços, qualidade e regularidade de suprimento, cujos pontos críticos ainda dependem de solução.

Entretanto, observam-se avanços no relacionamento entre a agroindústria da primeira e a da segunda transformação<sup>5</sup>, no tocante à regularidade no fornecimento e à especificidade da maté-

---

5 A primeira transformação refere-se à primeira fase de beneficiamento da matéria-prima agrícola e a segunda transformação refere-se ao beneficiamento de produtos provenientes da primeira transformação.

ria-prima semiprocessada. O cenário sinaliza uma crescente integração das agroindústrias responsáveis pela primeira transformação das matérias-primas (produção de polpa, sucos concentrados, manteiga, liquor e pó de chocolate e amêndoa de castanha de caju) com aquelas responsáveis pela segunda transformação, que resulta na produção de alimentos prontos para consumo (sucos, doces, amêndoas de caju, chocolate e achocolatado, molhos, extratos e purê de tomate).

A comercialização das frutas e hortaliças junto às agroindústrias, na maioria das vezes, se dá por meio de atravessadores. Esse elevado nível de intermediação deve-se principalmente à desorganização em que se encontram os mini e os pequenos produtores no Nordeste, agravada pela falta de escala de produção, na maioria dos casos em volume individual inferior à capacidade de transporte de um veículo de médio porte.

O momento da negociação entre o produtor e o intermediário varia de acordo com o tipo de matéria-prima (*in natura* ou minimamente processada) e se diferencia de estado para estado, podendo, portanto, ocorrer antes, durante e após a colheita, e ainda estender-se até a data de entrega das frutas e hortaliças à agroindústria.

Quando trata com produtores rurais, geralmente o intermediário compra e vende sem troca de informações técnicas, limitando-se o seu trabalho a uma operação meramente comercial. Já nas tratativas com a agroindústria, ele recebe retorno com relação à qualidade dos produtos na fase de pós-venda.

A abrangência da área de atuação do intermediário tanto pode restringir-se aos municípios próximos das agroindústrias, como pode alcançar outros estados do Nordeste ou ainda outras regiões do país, algumas vezes com a ajuda de parentes residentes nas áreas produtoras.

Quando não tem interesse na transação, o próprio intermediário põe a agroindústria em contato com o produtor, para negociação direta. A agroindústria beneficia-se com a compra direta dos produtores, principalmente quando há dupla negociação, ou seja, a agroindústria compra o produto *in natura* e vende o processado ao produtor, para consumo próprio ou revenda.

A forma de pagamento mais comum é a parcelada, podendo ser semanal, quinzenal e mensal, a depender das características da fruta. Raramente o pagamento ao produtor é realizado à vista, embora a modalidade esteja mais presente nas espécies nativas de fruteiras com safra de curta duração, a exemplo de cajá, jenipapo, tamarindo e umbu.

Geralmente, o transporte da matéria-prima para a agroindústria fica por conta do fruticultor, ou do intermediário, se for o caso. Apenas alguns médios e grandes produtores rurais contam com veículos próprios para o transporte até a agroindústria.

Quanto ao suprimento de outros insumos, embalagens e rótulos para os alimentos processados pelas agroindústrias do Nordeste, apurou-se na pesquisa que ainda há dependência de suprimentos do Sul e do Sudeste, apesar de alguns estados nordestinos já fabricarem sacos plásticos e caixas de papelão para alimentos e uma das agroindústrias pesquisadas produzir parte de suas embalagens. Em geral, são os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que atendem às demandas mais específicas de determinado tipo de embalagem (garrafas, sachês e copos), alguns ácidos e outros insumos.

Segundo alguns empresários, há oligopólio concentrado no mercado brasileiro para alguns tipos de embalagem, já que duas fabricantes empregam a mais moderna tecnologia de acondicionamento de alimentos perecíveis.

Com relação aos demais insumos, como açúcar, álcool, conservantes e materiais de limpeza, a

maioria já é fabricada e encontrada no Nordeste, de maneira que a escolha do mercado para a aquisição tem como base o melhor em termos de preço ou condições de pagamento. Vale ressaltar que, nesse caso, a forma mais praticada é o pagamento à vista.

Para as pequenas e microagroindústrias, um dos principais problemas enfrentados na aquisição de embalagens e rótulos/etiquetas é sua pequena escala de produção, que não alcança a quantidade mínima de venda exigida pelos fornecedores, representando um custo médio de 30% a 40% do valor total dos alimentos, dependendo do tipo de material utilizado.

A dependência das agroindústrias nordestinas em relação às embalagens e rótulos oriundas do

Sul e do Sudeste implica elevação de custo de produção (transporte e tributação) e evasão de divisas do Nordeste, comprometendo a competitividade das empresas da região.

Vale ressaltar que as micros e pequenas agroindústrias alimentares constituem pilares de sustentação da economia nos estados do Nordeste, por força de sua capilaridade e do elevado número de unidades fabris, bem como de sua capacidade de criar empregos em cidades de pequeno porte. Contudo, é justamente nessas categorias de empresas que se concentram as maiores vulnerabilidades do setor agroindustrial de alimentos. Uma delas diz respeito aos elevados níveis de ociosidade, que, em casos extremos, ocasiona a desativação definitiva da agroindústria.



## 2 - Síntese de Expectativas

Diante da crise financeira mundial, as previsões do Fundo Monetário Internacional apontam para uma desaceleração da economia mundial em 2008 e 2009. O crescimento mundial deverá reduzir de 5%, em 2007, para 3,7%, em 2008 e, apenas 2%, em 2009 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2008).

Na avaliação do FMI, o desempenho da economia americana será fortemente afetado pela retração do consumo das famílias, reflexo da depreciação dos ativos reais e financeiros e da deterioração das condições de financiamento.

No que tange à zona do euro, a crise de confiança generalizada e as condições adversas de financiamento afetarão substancialmente o seu crescimento. Vale destacar que no terceiro trimestre o Produto Interno Bruto alemão já assinalou recuo de 0,5% em relação ao trimestre anterior - a segunda baixa consecutiva de 2008<sup>1</sup>.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, o panorama continua positivo, porém, com revisão para baixo das projeções do PIB para 2009. A dimensão da queda varia segundo a região. De acordo com o FMI, os países asiáticos deverão crescer, na média, 8,3% este ano e 7,1% no próximo. O dinamismo da economia chinesa continua sendo o grande responsável pela expan-

são desse grupo de países, apesar da nítida desaceleração prevista para 2009.

A China anunciou um conjunto de medidas visando expandir os investimentos nos próximos dois anos, totalizando cerca de US\$ 586 bilhões, o equivalente a 7% do PIB chinês. Dez áreas serão beneficiadas, com destaque para as inversões em habitação popular, infra-estrutura (água, eletricidade, transportes) e reconstrução de áreas devastadas por tragédias naturais.

As medidas abrangem, ainda, a eliminação de impostos de valor agregado e circulação de mercadorias equivalentes a 120 bilhões de yuans, bem como o fim do limite para os bancos comerciais concederem empréstimos. O objetivo com a expansão do crédito é canalizar mais recursos para projetos prioritários em pequenas e médias empresas, inovação tecnológica, mecanização rural e fusões e aquisições (FUNCEX, 2008b).

O impacto da desaceleração da economia mundial sobre o desempenho da economia brasileira começa a se manifestar. Com relação ao mercado externo, a crise afetou substancialmente os resultados da balança comercial que registrou o pior resultado para os meses de outubro em sete anos. O superávit comercial foi de apenas US\$ 1,2 bilhão - queda de 64% pela média diária na comparação

1 A crise financeira internacional também provocou uma revisão para baixo das perspectivas de crescimento econômico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com a OCDE, a atividade econômica para o conjunto dos países-membros deverá recuar 0,3% em 2009. A Organização estima que os Estados Unidos terão uma retração de 0,9% do PIB no próximo ano e a Zona-Euro de 0,5% (L'OCDE...2008).

com outubro de 2007. No ano, o saldo atingiu US\$ 20,8 bilhões, recuo de 39,6% em relação ao mesmo período do ano passado (BRASIL, 2008).

Os dados revelam que as trocas comerciais do Brasil com o resto de mundo perderam dinamismo. As exportações brasileiras caíram 7,5% em outubro de 2008 em relação ao mês anterior, enquanto as importações apresentaram incremento de 0,2% no mesmo período.

Vale mencionar que os preços vinham sendo os grandes responsáveis pelo desempenho das exportações brasileiras em 2008. No acumulado dos nove primeiros meses do ano, os preços subiram 29,7% contra recuo de 0,8% do *quantum*. Porém, já em setembro constata-se queda nos preços de exportação na comparação com agosto, reflexo do decréscimo nas cotações internacionais de *commodities* agrícolas e metálicas (FUNCEX, 2008a).

As vendas internacionais estão também comprometidas pela queda da quantidade exportada. A decisão da Vale de reduzir em 30 milhões de toneladas métricas de minério de ferro deverá afetar fortemente as exportações já no mês de novembro. O total representa 8% das exportações anuais de minério. A retração da demanda internacional por produtos brasileiros já afeta as exportações do setor manufatureiro, que registra diminuição de 14,1% em outubro comparativamente a setembro.

A restrição de crédito é outro fator que prejudica as exportações do país, compensando a vantagem que se poderia obter com a desvalorização. Na primeira semana de novembro, a média diária de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC), base do financiamento das vendas externas, totalizou apenas US\$ 78,2 milhões, 51,3% inferior à observada em outubro. Diante dessa retração, o Banco Central autorizou as instituições interessadas em comprar dólares a utilizar os ACCs como garantia das operações (GLOBAL 21, 2008).

No plano interno, algumas medidas foram anunciadas pelo governo visando reduzir os efeitos da recessão mundial no país. Uma delas está relacionada com a mudança no prazo de recolhimento dos tributos. Na avaliação do Ministério da Fazenda, o adiamento de dez dias representa um adicional de capital equivalente a R\$ 21 bilhões.

Outra medida nessa direção está vinculada à antecipação de empréstimos realizados pelo Banco do Brasil para financiar a safra agrícola. Em adição, o percentual de aplicação obrigatória dos bancos em crédito agrícola subiu de 25% para 30% dos depósitos à vista.

Vale mencionar que uma parcela importante do plantio é custeada por empresas comercializadoras de *commodities* agrícolas que financiam a compra de insumos, exigindo em contrapartida uma participação na produção. Porém, a instabilidade cambial e as incertezas com relação à cotação futura de grãos afastaram essas estruturas de comercialização do processo de plantio.

A atuação do Banco do Brasil na aquisição de carteira de crédito de bancos menores tem sido importante no sentido de melhorar a liquidez do mercado financeiro. De um total de R\$ 8,2 bilhões de carteiras adquiridas, a maior parte está relacionada com operações de crédito consignado (44%), seguida pelas carteiras de veículos (29%) e de crédito comercial para pessoas jurídicas (27%). Para viabilizar essas operações, o Banco do Brasil contou, principalmente, com a liberação do compulsório anunciada pelo Banco Central a partir de setembro, tendo sido liberados R\$ 6,9 bilhões ao Banco do Brasil (FUNCEX, 2008c). Ademais, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica devem ser autorizados pelo Governo a comprar participações acionárias ou adquirir o controle total de empresas em dificuldades.

Mais recentemente, o Banco Central anunciou que a partir de 1º.dez.08 o recolhimento compulsório

sório adicional exigido dos bancos sobre os depósitos à vista, depósitos a prazo e de poupança será em títulos públicos e não mais em dinheiro. Vale destacar que o volume atual desses compulsórios totaliza R\$ 40 bilhões.

Essas medidas são extremamente oportunas, já que a economia brasileira começa a sentir os efeitos negativos da retração do crédito interno internacional na atividade produtiva. Um exemplo é a indústria automobilística cuja produção (296,3 mil veículos em outubro) caiu 1,3% em relação ao mês anterior e 0,3% comparativamente a out./07. Essa retração decorreu, principalmente, do recuo de 11,6% das vendas internas no confronto mês/mês anterior.

As vendas de veículos importados também caíram: 7,3% no mês de outubro na comparação com setembro. Foram licenciados 34.577 veículos importados, contra 37.301 em setembro (ANFAVEA, 2008).

Um dos reflexos dessa conjuntura é o crescimento do estoque das montadoras e revendas: 297,7 mil veículos novos em outubro, quantidade superior à produção total do mês, 296,3 mil unidades. Trata-se de um dos mais altos estoques mantidos pelo setor nos últimos anos, equivalente a 38 dias de vendas quando, nos últimos meses, não ultrapassava a 25 dias. Esse quadro adverso forçou a General Motors (GM) a implantar um programa de demissão voluntária e de férias coletivas em suas fábricas. Em face disso, o governo iniciou a liberação de parte dos R\$ 4 bilhões de uma linha especial de crédito direcionada aos bancos das montadoras para financiar o consumo.

Com relação ao Nordeste, a desaceleração da economia mundial pode desencadear um forte movimento de correção dos preços de *commodities* no mercado internacional, engendrando impactos negativos relevantes em diversos segmentos da estrutura produtiva nordestina.

## REFERÊNCIAS



ANFAVEA. **Carta da Anfavea**. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial mensal**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

FUNCEx. **Boletim de Comércio Exterior**. ano XII, n. 10, out. 2008. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 nov. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Contra desaceleração, China lança pacote de US\$ 586 bilhões**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2008b.

\_\_\_\_\_. R\$ 8,2 bilhões já foram para a compra de carteira. **Sistema de Informações IEA/Funcex**.

Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 nov. 2008c.

GLOBAL 21. **Falta de crédito segura exportações**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 06 nov. 2008.

L'OCDE prévoit un ralentissement économique prolongé aux États-Unis, au Japon et dans la zone euro. Disponível em: <<http://www.ocde.org>>. Acesso em: 13 nov. 2008.



# 3 - Nível de Atividade

## 3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

A economia brasileira registrou incremento de 6,1% no segundo trimestre de 2008 comparativamente ao mesmo período de 2007, mantendo a trajetória consistente de crescimento econômico. Com relação ao trimestre imediatamente anterior, a expansão foi de 1,6%, o dobro da observada no primeiro trimestre em igual base de comparação.

Constata-se que o aumento do PIB se estabiliza nas comparações interanuais – o indicador mensal (6,1%) é praticamente o mesmo do acumulado do ano (6%). Ou seja, os resultados mais recentes continuam sendo expressivos. Entretanto, para o segundo semestre, a manutenção do crescimento da taxa de juros e a crise financeira internacional deverão afetar essa a *performance* da economia.

O desempenho do PIB na primeira metade do ano continua sendo fortemente influenciado pelo dinamismo do mercado interno. Analisando pela ótica da demanda, o consumo das famílias manteve a trajetória positiva, registrando aumento de 6,7% no segundo trimestre – o décimo nono crescimento consecutivo nessa base de comparação. As condições favoráveis de expansão do crédito e o aumento da massa salarial foram determinantes para seu desempenho (Gráfico 1).

As informações do Banco Central (Bacen) para o mês de agosto ainda revelam uma situação favorável da oferta de crédito doméstico. O estoque financeiro de crédito do sistema financeiro, con-

siderando os recursos livres e direcionados, totalizou R\$ 1.110,4 bilhões em agosto – incremento de 2,3% comparativamente a julho e de 31,8% em 12 meses. Entretanto, o financiamento para as pessoas físicas vem registrando ritmo menos intenso, já refletindo os efeitos negativos da crise internacional. O crédito às famílias atingiu R\$ 375,2 bilhões, com aumento de 1,5% na comparação com o mês anterior, influenciado, sobretudo, pela elevação de 4,5% das operações de *leasing*.

Já o custo médio dos empréstimos destinados a pessoas físicas assinalou aumento de 0,7 ponto percentual, alcançando 52,1% ao ano, com destaque para o incremento de 3,7 pontos percentuais do cheque especial. Essa alta do custo dos empréstimos domésticos já reflete as condições desfavoráveis de liquidez no mercado internacional.

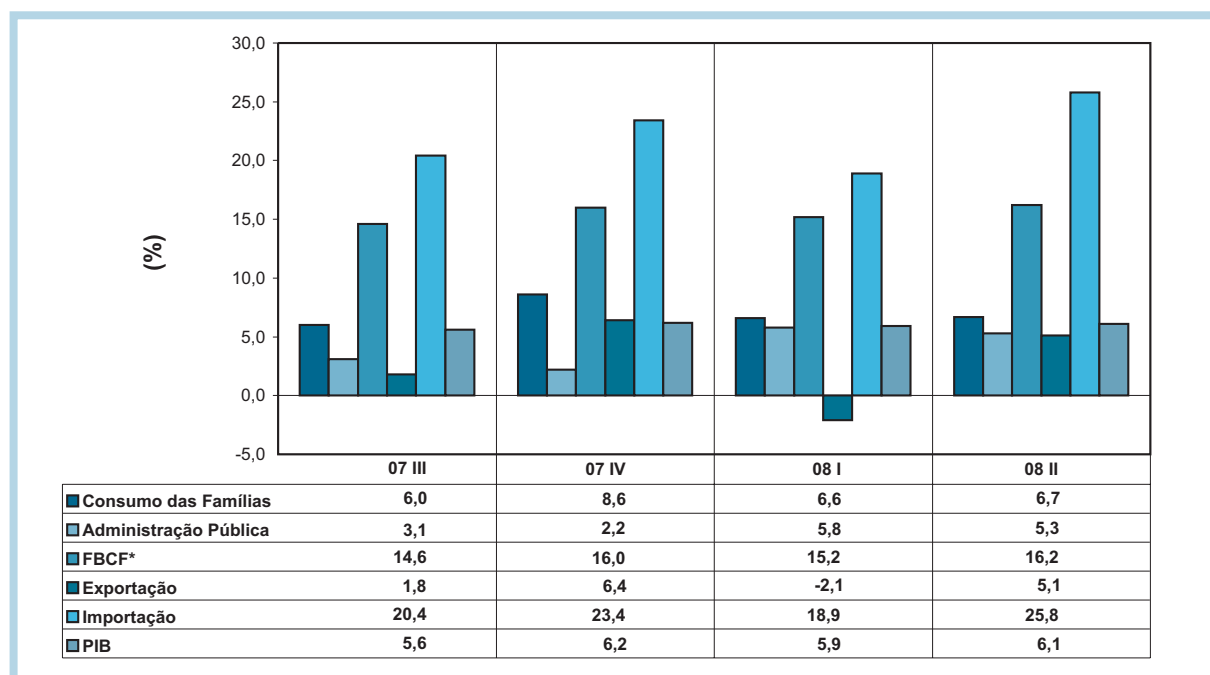
O forte ritmo de crescimento do emprego também tem sido importante para a expansão do consumo das famílias. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a taxa de desocupação nas seis regiões metropolitanas investigadas alcançou 7,6% em agosto, recuando 1,9 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior – a menor taxa de desocupação em um mês de agosto desde 2002.

Nas regiões metropolitanas nordestinas, as taxas de desocupação de Recife (8,3%) e Salvador (11,6%) também foram as menores da

série para o mês de agosto. Entretanto, cabe mencionar que essas regiões não assimilaram variação substancial do número de empregado com carteira assinada e sem carteira em agosto de 2007 na comparação mensal (mês/mês ante-

rior) e anual (mês/mesmo mês do ano anterior), conforme o Gráfico 2.

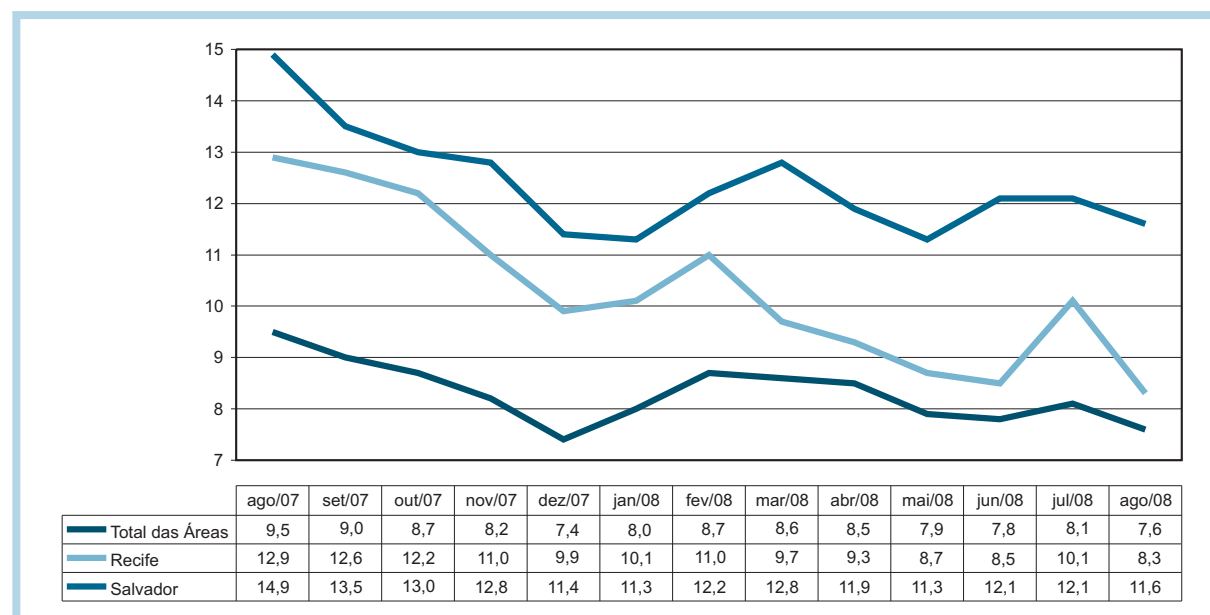
No que tange às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, as informações



**Gráfico 1 – Brasil - Componentes da Demanda – Taxa (%) do Trimestre em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior**

\* FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

Fonte: (IBGE, 2008a).



**Gráfico 2 – Taxa de Desocupação – Recife, Salvador e Total das Áreas**

Fonte: (IBGE, 2008e).

das seis regiões pesquisadas pelo IBGE revelam que nenhuma categoria assinalou variação significativa comparativamente a julho de 2007.

Contudo, em relação a agosto de 2007, observou-se crescimento de 5,8% dos “com carteira” no setor privado – aumento de 485 mil pessoas. Essa expansão foi inferior às taxas observadas entre abril e junho nessa mesma base de comparação, revelando uma desaceleração na geração de emprego formal.

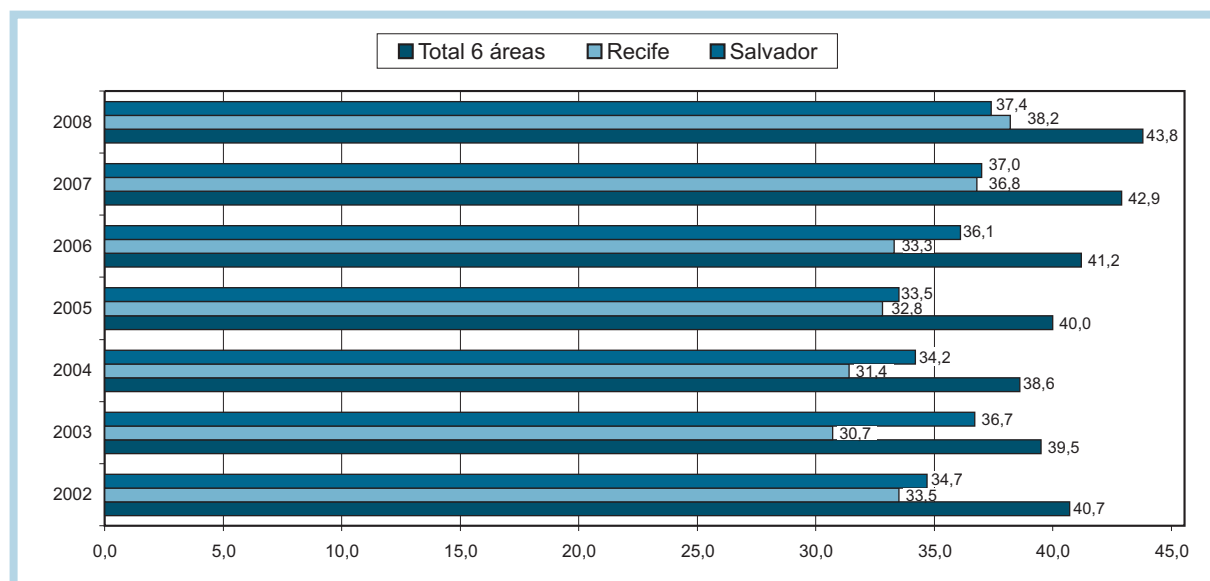
Por outro lado, os trabalhadores sem carteira assinada, nesse mesmo intervalo, apresentaram uma expansão de 6%, superior à dos trabalhadores com carteira. É provável que o desempenho da construção civil haja contribuído para o incremento da informalidade, já que o setor é importante porta de entrada no mercado de trabalhadores com baixa qualificação.

Em termos de participação de cada categoria na população ocupada para os meses de agosto entre 2002 e 2006, Recife segue a tendência do

agregado das regiões metropolitanas, com aumento da parcela dos “com carteira” e recuo dos “sem carteira”. Por outro lado, Salvador registra crescimento da parcela dessas duas modalidades no total da população ocupada (Gráfico 3).

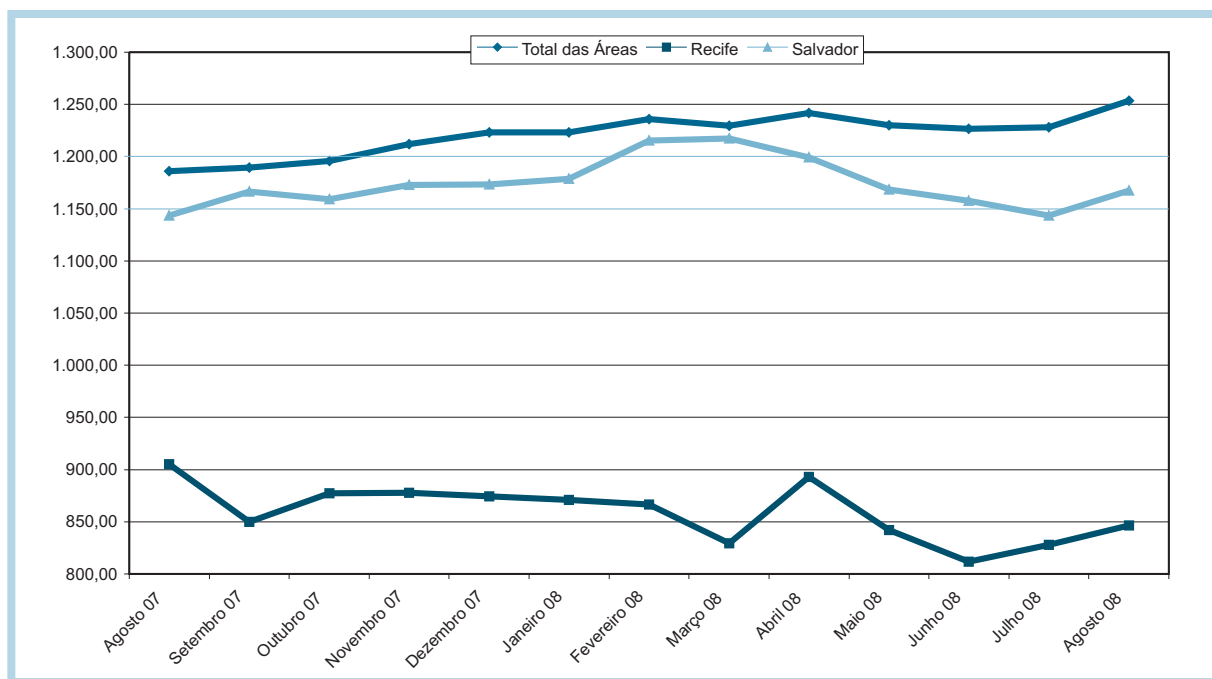
O valor do rendimento médio real recebido pelos trabalhadores das seis regiões foi estimado em R\$ 1.253,7 – acréscimo de 2,1% em relação a julho de 2008. Já na comparação com o mesmo mês de 2007, esse rendimento cresceu 5,7% (Gráfico 4).

O aumento do rendimento médio decorre, principalmente, das conquistas salariais no primeiro semestre de 2008. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2008a), cerca de 86% de um total de 309 resultados de negociações salariais entre entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários avaliadas asseguraram, no mínimo, a recomposição da inflação acumulada em cada data-base, segundo o INPC-IBGE. Já o percentual de reajustes acima da inflação alcançou aproxima-



**Gráfico 3 – Participação do Número de Trabalhadores com Carteira no Total da População Ocupada para o Total das Áreas, Salvador e Recife (Ago./02 – Ago./08)**

Fonte: (IBGE, 2008e).



**Gráfico 4 – Rendimento Médio Real para o Total das Áreas, Salvador e Recife - Agosto de 2007 a Agosto de 2008**

Fonte: (IBGE, 2008d).

damente 74% dos acordos. A conjuntura de forte crescimento foi decisiva para esse desempenho.

A região Nordeste obteve resultado positivo em aproximadamente 70% dos acordos efetivados, desempenho inferior ao observado para as regiões Sul e Centro-Oeste, com 85% das negociações resultando em aumentos reais de salários.

Vale destacar que a expansão do consumo das famílias no Nordeste também tem se beneficiado significativamente dos programas de transferência de renda e do sistema de previdências e pensões, assim como da política de valorização do salário mínimo.

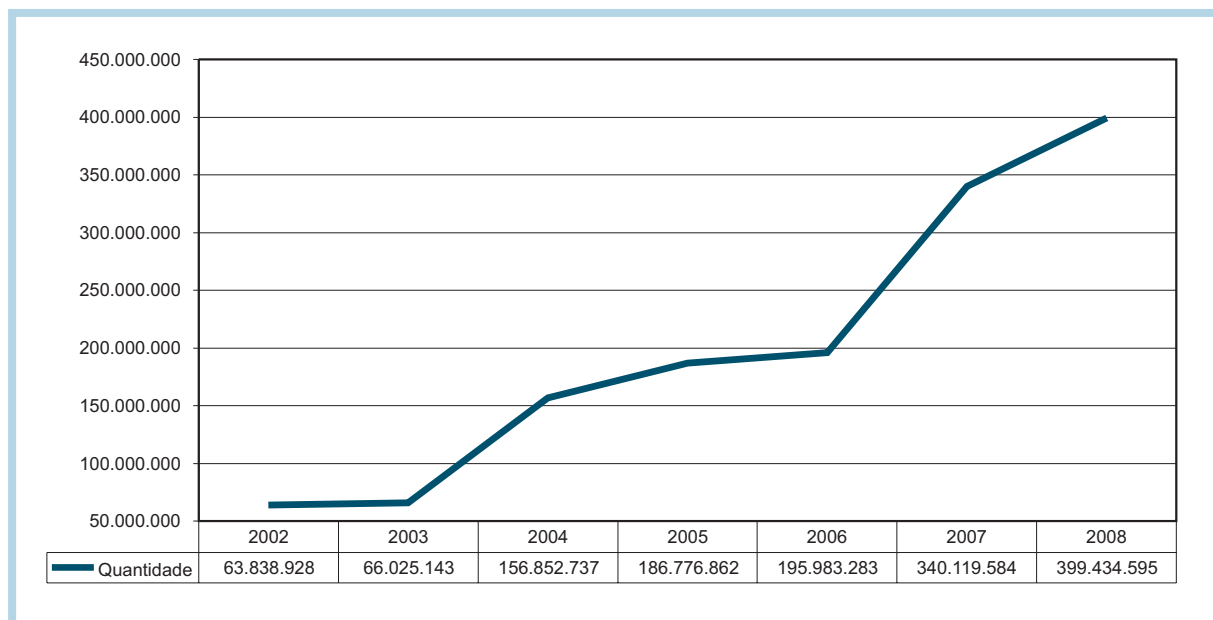
A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) fechou o segundo trimestre com incremento de 16,2% em relação ao mesmo período de 2007 – crescimento superior ao observado no primeiro trimestre nessa mesma base de comparação. Vale destacar que essa taxa é 165% superior à evolução do PIB. Esse desempenho elevou a taxa

de investimento de 18,3% no primeiro trimestre para 18,7% no segundo semestre.

O crescimento das importações de máquinas e equipamentos, ainda no contexto de câmbio apreciado, refletiu tanto a expansão das importações como da produção local. Dados da Funcex (2008) revelam que o *quantum* das importações de bens de capital cresceu 39,8% no acumulado dos últimos oito meses, como decorrência do aquecimento da demanda interna e da apreciação cambial.

No Nordeste, esse crescimento dos bens de investimentos é particularmente importante nos estados com estruturas produtivas mais diversificadas, que passam por processos de modernização tecnológica. A Bahia, por exemplo, nos oito primeiros meses de 2008 importou produtos do setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes, etc, em comparação com o mesmo período de 2007 (Gráfico 5).





**Gráfico 5 – Bahia – Importações de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico, e suas partes, etc – Janeiro/Agosto de 2002 a Janeiro/Agosto de 2008**

Fonte: (BRASIL, 2008b).

Já no setor de reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., a quantidade importada passou de 3.383.686 no acumulado janeiro/agosto de 2002 para 17.267.922 no mesmo período de 2008 – incremento de 410,3%.

Essa configuração se observa também em Pernambuco e no Ceará, que assinalaram acréscimos de, respectivamente, 47,5% e 327,8% na quantidade importada de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes entre janeiro/agosto de 2002 e janeiro/agosto de 2008. No capítulo reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., constata-se um crescimento de 21,8% em Pernambuco e de 212,7% no Ceará nesse mesmo intervalo.

A recente apreciação do dólar<sup>1</sup>, refletindo as turbulências financeiras, assim como a desaceleração da economia mundial afetarão a continuidade desse ciclo de modernização das estruturas produtivas da região Nordeste.

A expansão das importações não comprometeu o desempenho da produção local de máquinas, que cresceu 18,1% no período janeiro/junho, liderando a expansão industrial. Todos os subsetores da indústria de bens de capital registraram aumento no indicador acumulado-no no ano, com ênfase para a produção de bens de capital para o setor agropecuário e para infra-estrutura. A maior demanda por bens de capital de infra-estrutura reflete, sobretudo, os investimentos realizados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Vale mencionar que os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor de infra-estrutura já alcançaram R\$ 33,7 bilhões nos últimos 12 meses – incremento de 31% em relação ao período anterior. Esse montante é superior às liberações vinculadas à indústria.

Contudo, alguns fatores podem reduzir o ritmo de crescimento da Formação Bruta de Capital

1 Segundo a Economia, o dólar já acumulava alta de 53,4% ante o real no segundo semestre até 08.10.2008 (UOL, 2008).

Fixo (FBCF). Em primeiro lugar, a crise financeira internacional já afetou o índice de confiança da indústria, que caiu 2,2% entre agosto e setembro de 2008 (FGV; IBRE, 2008). Ademais, o encarecimento das importações de bens de capital, como decorrência da apreciação do dólar, influenciará negativamente as decisões de investimento.

No caso específico do Nordeste, o forte crescimento das exportações de produtos básicos vem sendo apontado como o grande responsável pela manutenção de investimentos na região. O movimento de correção dos preços das *commodities* prejudicará os programas de investimento da indústria extrativa e de bens intermediários, representativos da matriz industrial nordestina. Vale destacar que algumas plantas industriais programadas ou em fase de implantação na região são voltadas principalmente para a exportação.

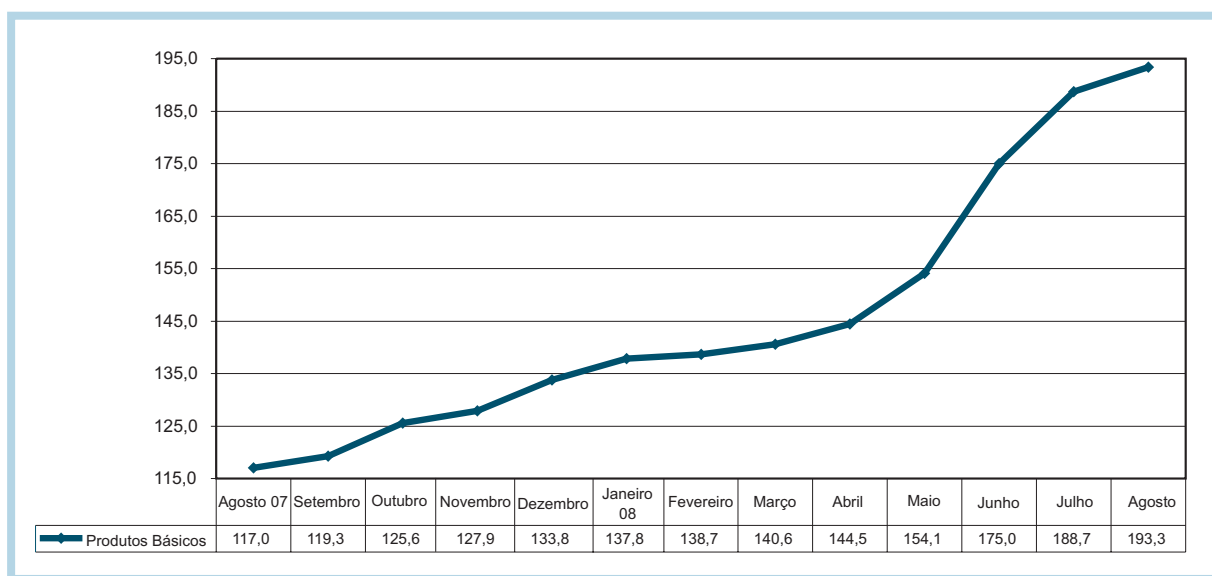
Com relação ao mercado externo, as vendas internacionais apresentaram crescimento de 5,1%, recuperando-se do desempenho negativo verificado no trimestre anterior. Por outro lado, o aumento de 25,8% das importações foi o décimo nono seguido desde o quarto trimestre de 2003.

Vale salientar que o incremento das importações supera o das exportações desde 2006.

Informações da Funcex revelam que a balança comercial registrou um superávit de US\$ 16,9 bilhões nos oito primeiros meses do ano – recuo de 38,4% em relação ao saldo acumulado em correspondente período de 2007. Nesse intervalo, as importações totalizaram US\$ 113,9 bilhões e as exportações US\$ 130,8 bilhões. Considerando-se o mês de agosto, o saldo da balança comercial ficou em US\$ 2,2 bilhões, com US\$ 19,7 bilhões de exportações e o recorde de US\$ 17,5 bilhões em importações.

Os produtos básicos continuam contribuindo substancialmente para o aumento das vendas internacionais, com incremento de 59,7% em agosto de 2008 comparativamente ao mesmo mês de 2007, decorrente do aumento de 65,2% dos preços internacionais, enquanto o *quantum* exportado caiu 3,2% (Gráfico 6).

Portanto, os bons resultados estão associados à manutenção dos preços internacionais ainda elevados das *commodities*. Na avaliação do FMI,



**Gráfico 6 – Brasil. Índice de Preços das Exportações Brasileiras de Produtos Básicos – Agosto/2007 – Agosto/2008. Base (2006=100)**

Fonte: (SECEX; MDIC, 2008).

dois fatores deverão segurar os preços das *commodities*. Em primeiro lugar, o crescimento das economias emergentes acima da média mundial, impulsionado pelo dinamismo do mercado interno. Se a crise financeira não assumir proporções alarmantes, os grandes países emergentes manteriam taxas de crescimento ainda significativas. Ademais, a falta de maior capacidade de oferta desses produtos nos próximos anos seria decisiva para evitar a redução nos seus preços.

Outras análises já consideram que a desaceleração da economia mundial produzirá um mo-

vimento de correção dos preços, com aumento dos estoques de determinadas matérias-primas, como o petróleo.

Este momento de incerteza é extremamente prejudicial para as exportações nordestinas, em vista da forte participação das *commodities* metálicas e agrícolas na pauta exportadora da região. Considerando-se as exportações do Nordeste para a China, por exemplo, apenas cinco setores produtores de *commodities* são responsáveis por mais de 90% do valor exportado (Tabela 1).

**Tabela 1 – Nordeste - Principais Setores Exportadores para China de 2008 – Janeiro-Agosto**

Código Capítulo NCM	Descrição do Capítulo NCM	US\$ FOB (Em US\$ 1,00)	Participação
12	Sementes e Frutos Oleaginosos, Grãos, Sementes, etc.	1.093.769.059	60%
47	Pastas de Madeira ou Materias Fibrosas Celulósicas, etc.	251.942.394	14%
15	Gorduras, Óleos e Ceras Animais ou Vegetais, etc.	217.486.467	12%
74	Cobre e suas Obras	51.952.646	3%
84	Reatores Nucleares, Caldeiras, Máquinas, etc., Mecânicos	44.490.001	2%
	Total das Exportações	1.821.812.578	101%

Fonte: (BRASIL, 2008b).

## 3.2 - Produção Industrial do Brasil

As informações divulgadas pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) referentes a agosto assinalaram retração da produção industrial em 1,3% frente ao mês de julho, na série dessazonalizada. Essa retração atingiu quinze dos 27 segmentos investigados, com destaque para os recuos de produtos químicos (-5,5%) e alimentos (-3,1%). Este último ramo já registra uma perda de 6,2% no acumulado dos últimos quatro meses.

Entretanto, no período janeiro/agosto, a indústria brasileira apresentou expansão de 6%, liderada pelo dinamismo dos setores de bens de capital (18,1%) e bens de consumo duráveis

(11,8%). Em contrapartida, os setores de bens intermediários (5%) e bens de consumo não-duráveis (1,7%) tiveram incrementos abaixo da média nacional.

O acelerado ritmo de crescimento da indústria de bens de capital no acumulado do ano continua resultando da *performance* dos segmentos de bens de capital peças agrícolas (84,9%) e bens de capital agrícolas (39,8%), refletindo o dinamismo da agroindústria. Vale mencionar também a expansão dos segmentos vinculados à infraestrutura, como os bens de capital para o setor de energia elétrica, que cresceu 13,3% (Tabela 2).

**Tabela 2 – Brasil: Produção Física – Índices Especiais de Bens de Capital**

Segmentos	Mensal (1)			Acumulado (2)		
	Jun	Jul	Ago	Jan-Jun	Jan-Jul	Jan-ago
Bens de Capital Para Fins Industriais	109,03	115,49	105,45	110,04	110,86	110,11
Bens de Capital Para Fins Industriais Seriadados	106,90	115,20	103,18	108,94	109,88	108,94
Bens de Capital Para Fins Industriais Não-Seriados	125,00	117,31	122,73	117,41	117,40	118,07
Bens de Capital Agrícolas	132,67	141,66	125,32	142,63	142,48	139,82
Bens de Capital Peças Agrícolas	165,96	170,72	136,98	206,49	198,25	184,92
Bens de Capital Para Construção	100,48	116,67	94,89	106,03	107,60	105,74
Bens de Capital Para o Setor de Energia Elétrica	130,65	117,23	104,66	114,31	114,79	113,30
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	133,00	132,75	120,42	128,67	129,32	127,93
Bens de Capital de Uso Misto	116,31	119,44	112,11	110,39	111,71	111,76

Fonte: (IBGE, 2008c).

(1) Base: Igual Mês do Ano Anterior = 100.

(2) Base: Igual Período do Ano Anterior = 100.

Nos oito primeiros meses do ano, o dinamismo do setor de bens de consumo duráveis decorreu, sobretudo, do comportamento do setor automobilístico. As informações da Anfavea (2008) revelam que já foram produzidos 1.380 mil veículos no período janeiro/setembro de 2008 – aumento de 22,7% em relação a correspondente período do ano anterior. Entretanto, na comparação com ajuste sazonal, a produção caiu 16,7% em relação a julho, já refletindo a redução do crédito com recursos estrangeiros e domésticos. A aversão dos bancos nacionais ao risco já está provocando incremento no custo das operações de crédito, assim como uma redução dos prazos de financiamentos das famílias.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, alcançou 86,4% em setembro de 2008, sinalizando certa estabilidade nos últimos meses. Esse quadro contrasta com o ritmo de crescimento acelerado da produção e do emprego industrial, o que pode estar revelando a maturação de investimentos na modernização e ampliação da capacidade produtiva (Gráfico 7).

Ademais, os ganhos de produtividade obtidos nos últimos quatro anos e no primeiro semestre

de 2008 revelam a ocorrência de ampliação da capacidade produtiva. A expansão da produtividade no primeiro semestre de 2008 (3,5%) está associada ao crescimento da produção industrial (6,3%) e das horas pagas (2,7%) (Tabela 3).

Dos 18 setores analisados, 11 apresentaram incremento da produtividade no período janeiro/junho de 2008 – e, em seis deles, o aumento se faz acompanhar de elevações nas horas pagas, com ênfase para fabricação de meios de transporte (7,6%), borracha e plástico (5,8%) e minerais não-metálicos (5,5%).

O alto nível de utilização da capacidade instalada está em grande medida sendo influenciado pelos setores produtores de material de consumo (92,1%) – o maior índice desde o início da série. A capacidade instalada da construção civil segue pressionada há algum tempo, devido ao grande número de empreendimentos no setor nos últimos dois anos.

Isso tem pressionado substancialmente os custos de produção do setor. De fato, o Índice Nacional da Construção Civil (INCC) subiu 12,08% no acumulado dos últimos 12 meses até setembro – a mais intensa alta nos últimos quatro anos.



**Gráfico 7 – Brasil: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%) com Ajuste Sazonal. Set./07 a Set./08**

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

**Tabela 3 – Brasil: Indicadores de Produção Física (PF), Pessoal Ocupado (PO) e Produtividade (PF/HP)**

Indicadores	Mês/Mês com Ajuste Sazonal						Acumulado					Mensal
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jan-Dez/04	Jan-Dez/05	Jan-Dez/06	Jan-Dez/07	Jan-Jun/08	jun/08
<b>Produção Física (PF)</b>	1,8	-0,4	0,5	0,3	-0,6	2,7	8,3	3,1	2,8	6,0	6,3	6,6
<b>Pessoal Ocupado (PO)</b>	-0,1	0,5	0,1	-0,3	-0,1	0,5	1,8	1,3	0,0	2,2	2,7	2,5
<b>Produtividade (PF/HP)</b>	1,8	-2,1	1,5	0,1	0,1	2,0	6,1	2,1	2,5	4,2	3,5	3,9

Fonte: (IEDI, 2008b).

O aço e o cimento figuram entre os insumos da construção civil com maior elevação de preços em 2008. Entretanto, a possibilidade de diminuição no ritmo de novas construções devido à menor oferta de crédito pode provocar um recuo no índice de inflação.

Convém assinalar o forte crescimento do Nuci no setor de bens de capital, que subiu de 85,5% em janeiro de 2008 para 89,2% em setembro de 2008, após atingir o pico de 89,9% em julho do mesmo ano. Essa progressão reflete a expansão

dos investimentos que vem ocorrendo na economia brasileira. A situação bastante favorável do ambiente empresarial foi decisiva para a realização dessas inversões.

Entretanto, a julgar pelo Índice de Confiança da Indústria divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em outubro, houve um recuo do otimismo dos empresários. O indicador geral alcançou 52,5 pontos – queda de 5,6 pontos em relação a julho de 2008 e de 7,9 pontos comparativamente a outubro de 2007.

O levantamento indica uma deterioração da percepção dos empresários com relação ao cenário econômico nos próximos seis meses, que caiu de 55,4 pontos em julho para 46,7 em outubro. De acordo com a metodologia da CNI, valores abaixo de 50 pontos revelam pessimismo. Dos setores investigados, cinco assinalam índice infe-

rior a 50 pontos (álcool, couro, calçados, papel e celulose e madeira), contra apenas dois em julho. Finalmente, o indicador revelou uma queda na confiança dos executivos das grandes empresas: 59,9 pontos em julho contra 51,5 pontos em outubro. Vale destacar que 80% dessas companhias são exportadoras.

## 3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

Em 2006, a taxa de crescimento do Valor de Transformação Industrial (VTI) da indústria nordestina foi de 15,6% comparativamente a 2005 – bastante superior à média nacional (9,2%). Esse desempenho deveu-se à liderança dos setores de bens intermediários e bens de consumo não-duráveis, com forte presença na estrutura industrial nordestina.

De acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) – empresa, do IBGE, para 2006, a expansão da atividade industrial elevou para 9,9% a participação do VTI do Nordeste no total da indústria brasileira. Considerando-se o universo das grandes empresas com 1.000 ou mais pessoas ocupadas no total nacional do segmento, a participação da região é ainda mais significativa, chegando a 10,5% (Gráfico 8).

Vale destacar que as grandes empresas do Nordeste respondem por 68,4% do total da produção industrial e 43,8% do pessoal ocupado da região. Os ramos com maior VTI nesse grupo de empresas são refino de petróleo e produção de álcool, alimentos e bebidas, produtos químicos e indústria extrativa, com 71% da produção total do conjunto dessas empresas.

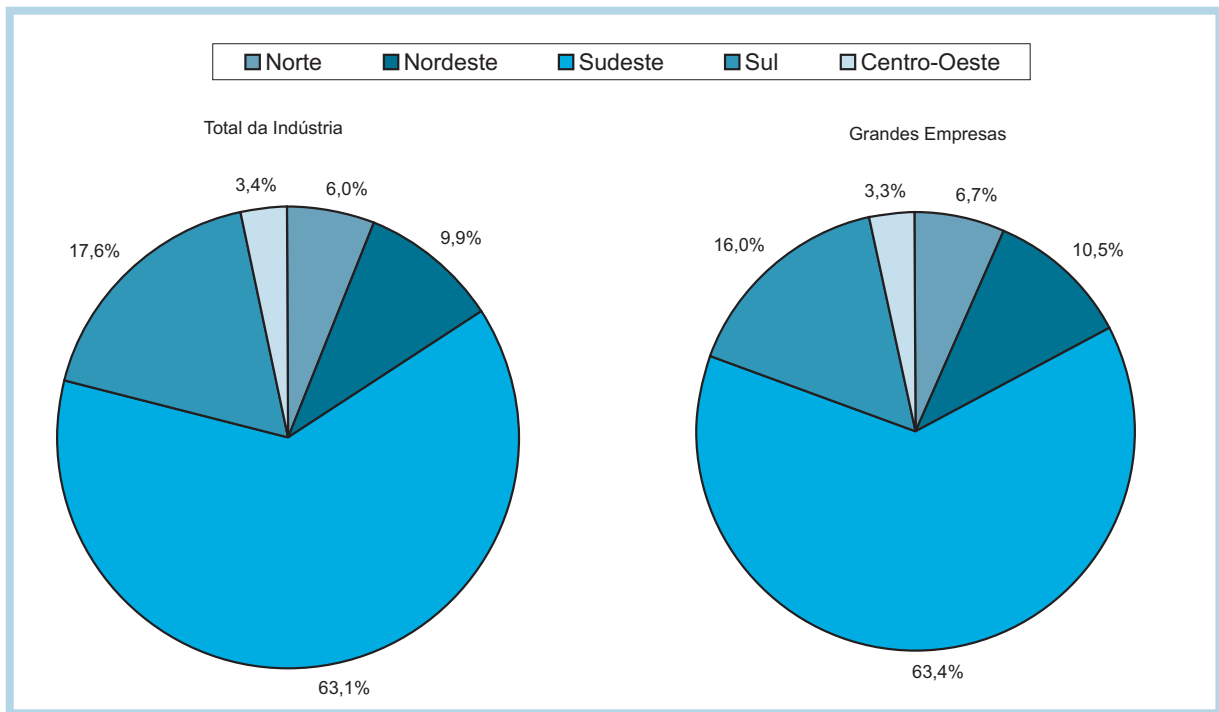
Em 2007, constata-se um descompasso entre os desempenhos da atividade industrial nordestina e brasileira, prejudicando o aumento da participação da região no PIB do país (Gráfico 9).

Esse descompasso se explica fundamentalmente pelo maior dinamismo das categorias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que estão localizados, sobretudo, no eixo Sul/Sudeste. As boas condições de financiamento e o crescimento da massa salarial foram determinantes para garantir a expansão da demanda interna em detrimento das exportações líquidas.

Para os oito primeiros meses de 2008, o crescimento do Nordeste continua inferior à média nacional. O aumento de 3,6% refletiu o avanço de nove dos onze setores pesquisados pelo IBGE, com destaque para celulose e papel (28,9%), refino de petróleo e produção de álcool (4,2%), alimentos e bebidas (5,7%) e indústria extrativa (4,1%), segmentos com forte parcela no conjunto das grandes empresas da região (Gráfico 10).

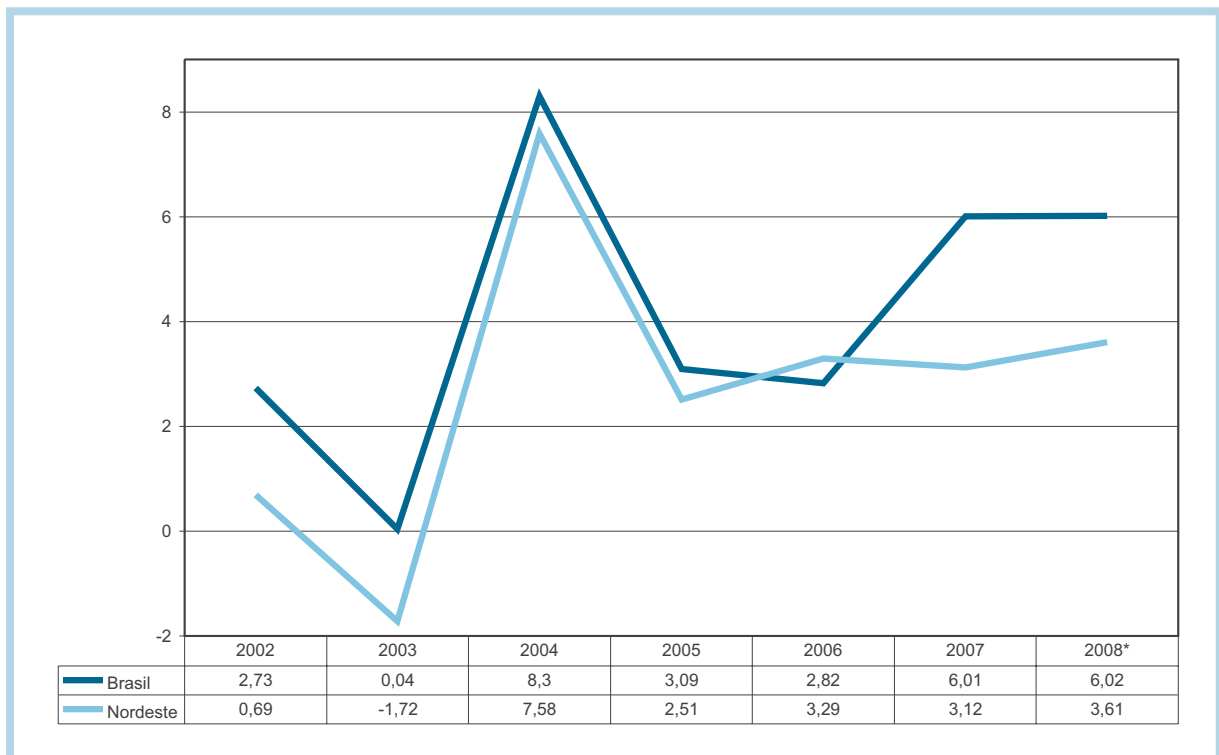
Os segmentos produtores de *commodities* foram beneficiados pelas altas cotações vigentes no mercado internacional e pela forte demanda dos países emergentes. No caso da produção de papel e celulose, a região Nordeste vem se beneficiando substancialmente da expansão dos investimentos das principais empresas do setor (Gráfico 11).

De acordo com a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), as vantagens competitivas do país e, em particular, da região Nordeste, têm viabilizado inversões substanciais de



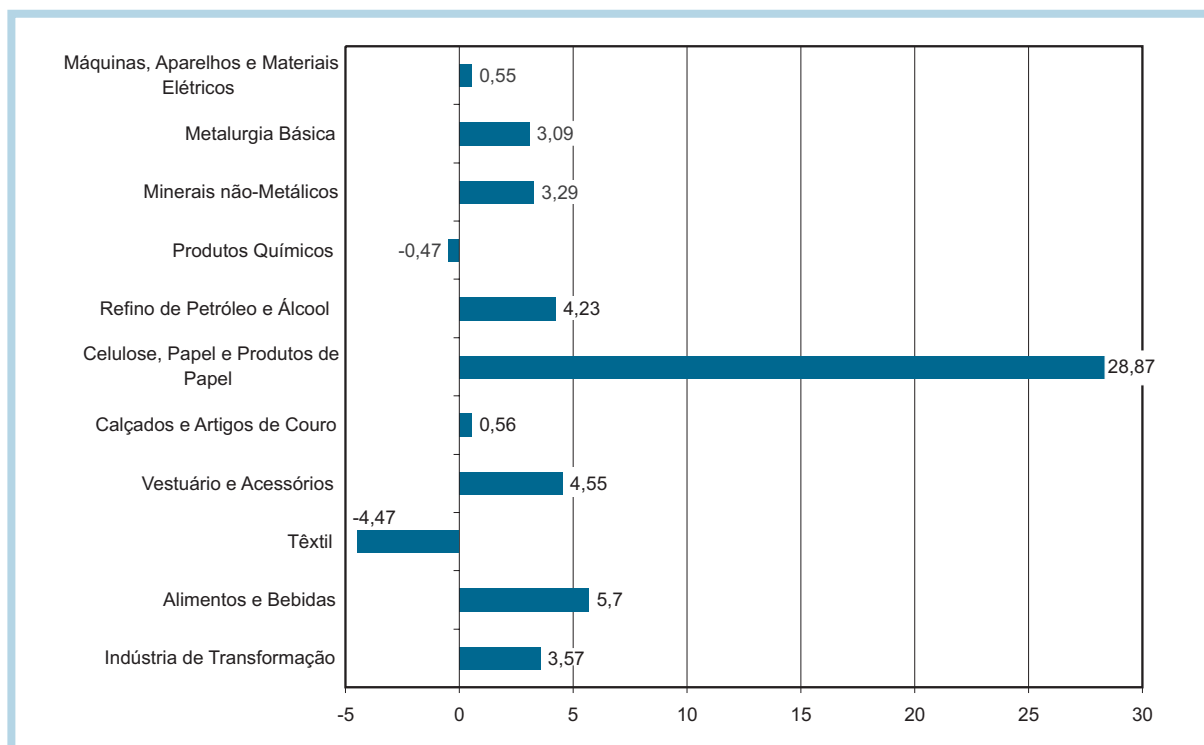
**Gráfico 8 – Brasil. Estrutura do Valor da Transformação Industrial no Total da Indústria e nas Grandes Empresas, Segundo as Regiões – 2006**

Fonte: (IBGE, 2008b).



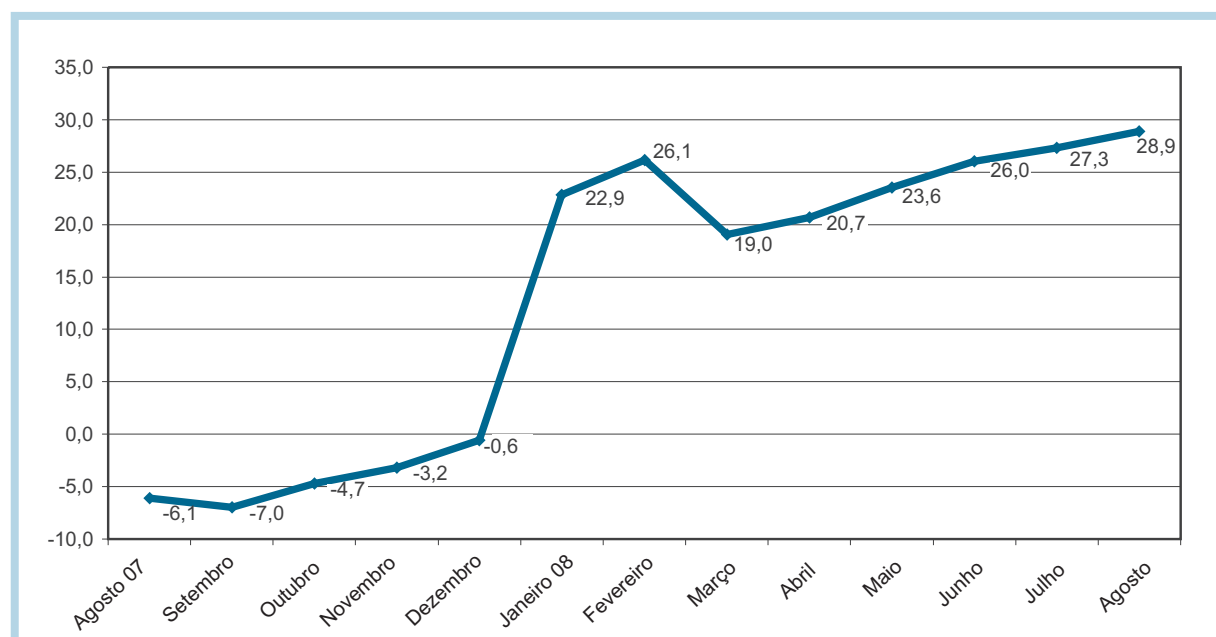
**Gráfico 9 – Brasil e Nordeste: Taxas de Crescimento da Indústria Geral 2002 – 2008**

Fonte: (IBGE; SIDRA, 2008a).



**Gráfico 10 – Nordeste: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Ago.08 – Variação Acumulada no Ano (%)**

Fonte: (IBGE; SIDRA, 2008a).



**Gráfico 11 – Nordeste - Desempenho da Produção de Papel e Celulose – Ago/2007 – Ago/ 2008 – Variação Acumulada no Ano**

Fonte: (IBGE; SIDRA, 2008a).



empresas como Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose, Votorantim Celulose e Varecel. A Suzano, por exemplo, prevê para os próximos anos a construção de três fábricas no Nordeste e ampliação de unidades existentes, perfazendo um desembolso total de US\$ 6,6 bilhões, visando triplicar sua capacidade para 6 milhões de toneladas. Com a realização desses investimentos o Brasil ultrapassará a China, atingindo a terceira posição no *ranking* de países produtores de celulose até 2012 (GLOBAL, 2008a).

Ademais, a região pode se beneficiar do crescente interesse das multinacionais do setor em investir no país. Nos últimos anos, vem se intensificando a transferência de plantas industriais de países do hemisfério Norte para o hemisfério Sul. A sueco-finlandesa Stora Enso, uma das maiores do setor, fechou quatro fábricas na Europa nos últimos dois anos, concentrando sua produção, sobretudo, em países da América Latina e na China. No Brasil, a empresa estuda ampliar a capacidade de produção de celulose por meio da Varecel, uma *joint venture* com a Aracruz no sul da Bahia (GLOBAL, 2008b).

Entretanto, dois fatores podem afetar a programação de investimentos dessas empresas para os próximos anos. O primeiro está relacionado com a desaceleração da economia mundial, com reflexos negativos nos preços das *commodities*. Adicionalmente, as empresas do setor tiveram perdas significativas no mercado financeiro em decorrência da valorização do dólar e do forte crescimento dos seus passivos externos, com reflexos negativos nos respectivos programas de investimento.

A Suzano, por exemplo, anunciou a interrupção de uma linha de produção da unidade localizada em Mucuri, na Bahia, alegando uma forte retração do mercado asiático. A crise financeira também provocou o adiamento do projeto de aquisição da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel (VCP).

As perdas substanciais da Aracruz no mercado financeiro resultantes das suas operações com derivativos cambiais explicam esse adiamento.

Outro segmento com forte desempenho no acumulado dos oito primeiros meses do ano no Nordeste foi o de alimentos e bebidas, em contraste com a tendência nacional. O crescimento da demanda interna, devido à expansão salarial e do crédito e às políticas de transferência de renda, vem sendo o grande responsável pelo dinamismo desse setor.

Já a expansão da indústria extrativa nordestina foi beneficiada pelo aumento dos preços dos produtos básicos no mercado internacional nos primeiros meses do ano. Esses itens, representativos na estrutura industrial do Nordeste, responderam por 37,1% de todas as vendas do Brasil para o exterior no período de janeiro a setembro de 2008 – o maior índice desde 2003.

Os preços dos básicos registraram o expressivo aumento de 46,6% em relação aos vigentes nos oito primeiros meses de 2007. Em se tratando de *quantum*, a categoria dos produtos básicos assinalou incremento positivo, embora bem modesto (0,6%). No caso nordestino, vários setores pertencentes a essa categoria apresentaram forte participação nas exportações da região no período janeiro/agosto (Tabela 4).

A restrição de crédito no mercado internacional poderá afetar o desempenho da indústria extrativa, assim como o de outros setores exportadores da região. De acordo com o Bacen, o volume de empréstimos para empresas que precisam financiar as vendas internacionais caiu 19,6% nos últimos 12 meses. Essa informação refere-se ao mecanismo Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)<sup>2</sup>, modalidade mais difundida de financiamento à exportação. A redução do volume de

---

2 Mecanismo por meio do qual exportadores recebem antecipadamente, pelo embarque da mercadoria, a conversão das divisas, em moeda nacional, as quais serão obtidas por exportações futuras (G. FILHO, 2004).

**Tabela 4 – Nordeste – Participação do Setor nas Vendas Internacionais – Janeiro/Agosto de 2008**  
Em US\$ 1,00

Código NCM	Produto	US\$ FOB	Participação
27	Combustíveis Minerais, Óleos Minerais, etc. Ceras Minerais	1.182.538.410	11,54%
47	Pastas de Madeira ou Materias Fibrosas Celulosicas, etc.	857.680.788	8,37%
29	Produtos Químicos Orgânicos	734.251.600	7,16%
74	Cobre e suas Obras	704.718.301	6,87%
72	Ferro Fundido, Ferro e Aço	697.838.482	6,81%
17	Açúcares e Produtos de Confeitaria	649.300.761	6,33%
12	Sementes e Frutos Oleaginosos, Grãos, Sementes, etc.	558.823.699	5,45%
87	Veículos Automóveis, Tratores, etc. suas partes/Acessórios	441.118.134	4,30%
76	Alumínio e suas obras	428.473.900	4,18%
26	Minérios, Escorias e Cinzas	404.232.719	3,94%
64	Calçados, Polainas e Artefatos Semelhantes, e suas partes	355.648.768	3,47%
<b>Total</b>		<b>10.250.756.579</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: (BRASIL, 2008c).

novos empréstimos se faz acompanhar de uma elevação no custo das operações, com aumento de 6,3 pontos percentuais da taxa de agosto (17,4%) em relação à de 12 meses atrás (11,1%) (IEDI, 2008a).

### Bahia, Ceará e Pernambuco

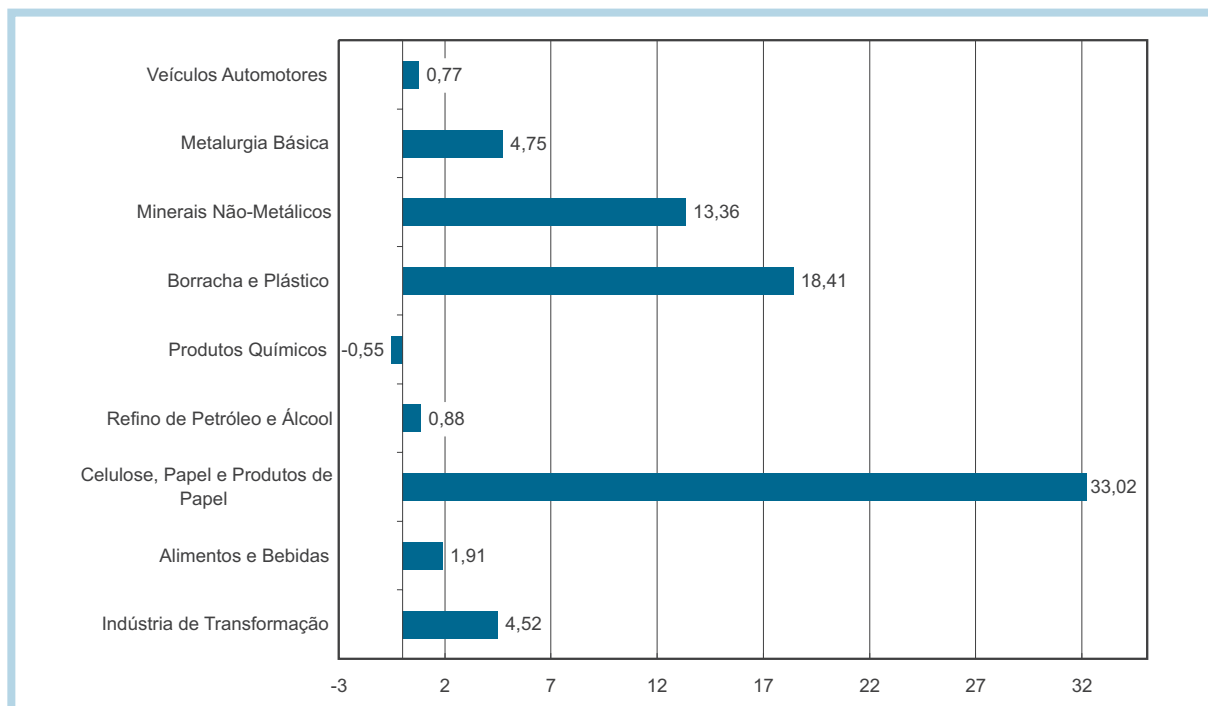
Dos estados investigados pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE, o destaque foi a Bahia, com taxa de crescimento positiva (7%) e acima da média nacional na comparação agosto/2008 – agosto/2007. O bom desempenho da indústria baiana nesse indicador resultou do crescimento de sete dos nove segmentos pesquisados. Os maiores incrementos ocorreram em celulose e papel (48%), borracha e plástico (21,5%) e produtos químicos (6,7%). Em contrapartida, as contribuições negativas vieram de alimentos e bebidas (-3,2%) e veículos automotores (-6%). Esse resultado foi de recuperação, já que no mês anterior a produção industrial do estado cresceu apenas 0,5% no indicador mensal, contra 8,5% da indústria brasileira.

No acumulado do ano, o incremento de 4,4% da produção industrial baiana foi inferior ao da média nacional. A explicação encontra-se, em parte, na fraca *performance* dos setores mais representativos da indústria da Bahia, no caso o

refino de petróleo e produção de álcool (39,8% do VTI do estado em 2006), com acréscimo de 0,8%, e produtos químicos (21,1% do VTI), que caiu 0,6%. Outros dois setores relevantes, ou seja, alimentos e bebidas e veículos automotores, assinalaram crescimento pouco expressivo, de 1,9% e 0,7%, respectivamente (Gráfico 12).

O emprego industrial na Bahia registrou crescimento de 1,9% no acumulado janeiro/agosto, abaixo da média do país (2,8%). Analisando-se por segmento, é fácil constatar que um grupo cresce a taxas bem superiores à média geral da indústria. São exemplos desse grupo os ramos de calçados e couro (12,6%), vestuário (4,3%), máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e comunicação (19,5%), minerais não-metálicos (17,9%) e metalurgia básica (5,1%).

Observa-se, portanto, que alguns ramos tradicionalmente empregadores, assim como a produção de máquinas e equipamentos, com alto coeficiente de importação no estado, são destaques nesse conjunto. Por outro lado, outros segmentos considerados intensivos em mão-de-obra, como o têxtil (-9%) e o de alimentos e bebidas (-2,3%), assim como o ramo de produtos químicos (-21%),



**Gráfico 12 – Bahia: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Variação Acumulado no Ano (%)**

Fonte: (IBGE; SIDRA, 2008b).

fortemente atingido pela redução das importações, estão desempregando.

No que se refere à produtividade da indústria baiana, o pequeno diferencial entre o crescimento da produção industrial e o das horas pagas implicou o aumento de apenas 1,2% da produtividade no primeiro semestre de 2008 (IEDI, 2008c) – o menor resultado observado entre os estados investigados.

Setorialmente, a maior produtividade foi observada no ramo de borracha e plástico (5,6%), em que a expansão da produção industrial foi acompanhada por um aumento do emprego e das horas pagas. No segmento de alimentos e bebidas, o ganho de produtividade de 4,3% está associado a investimentos de substituição, já que o aumento da produção se faz acompanhar de redução do emprego e das horas pagas (Gráfico 13).

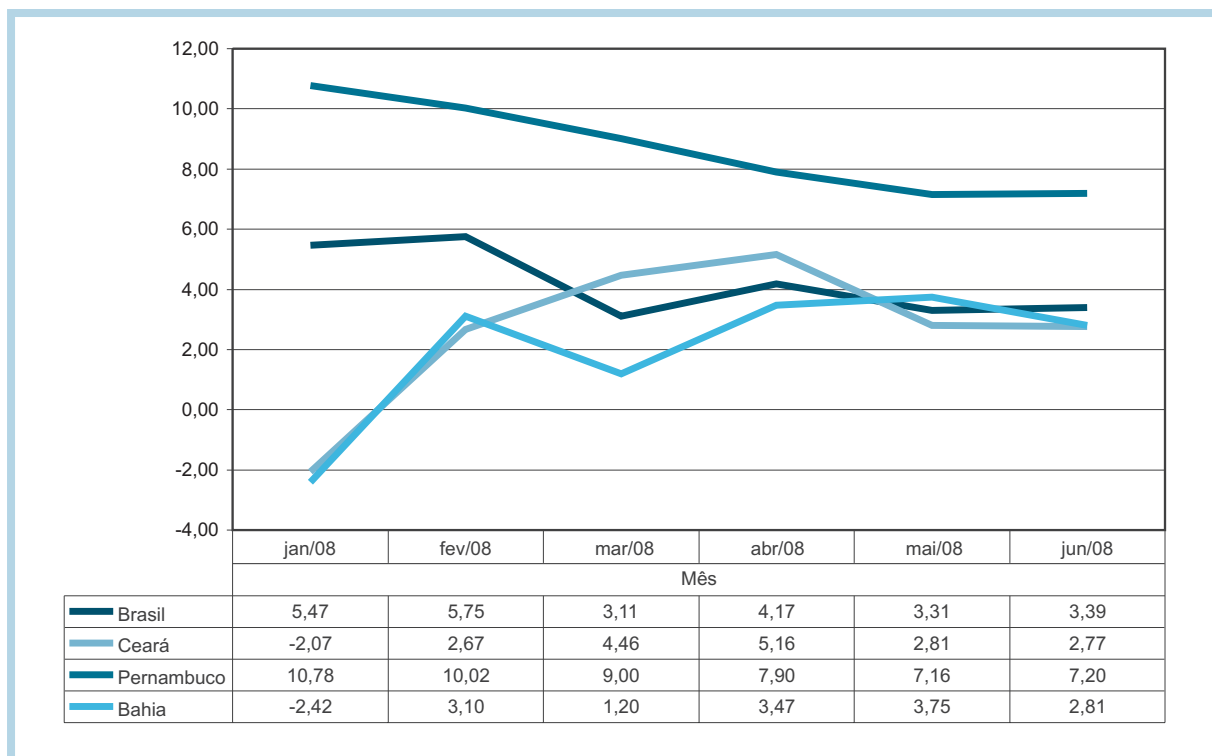
Em contraposição à *performance* da produção e do emprego industrial, o comércio exterior apresentou excelente resultado nos oito primeiros me-

ses de 2008. As exportações acumulam até agosto de 2008, US\$ 6,1 bilhões, registrando alta de 30,8% comparativamente aos resultados de janeiro/agosto de 2007. Enquanto isso, as importações cresceram 25,1%, atingindo US\$ 4,4 bilhões.

Somente em agosto, as exportações alcançaram US\$ 746,8 milhões, com incremento de 10,2% em relação a agosto de 2007. O principal produto exportado foi a celulose – reflexo dos grandes investimentos realizados no setor –, seguida pela soja e os automóveis.

As projeções para 2008 apontam para um valor de US\$ 9 bilhões, 21,6% superior ao recorde histórico de 2007 (US\$ 7,4 bilhões). A forte elevação dos preços dos produtos básicos e semimanufaturados explica o dinamismo das exportações baianas. Esses itens têm participação relevante no total exportado pelo estado.

Na indústria cearense, sete dos dez ramos investigados foram responsáveis pelo acréscimo de 5,9% da produção industrial em agosto, no



**Gráfico 13 – Brasil e Unidades da Federação. Indicador Acumulado de Produtividade (PF/HP) Variação Jan.-Jun./2008**

Fonte: (IBGE; SIDRA, 2008b).

confronto com igual mês de 2007, com destaque para alimentos e bebidas (15,8%), que apresenta o maior peso na estrutura industrial, produtos químicos (19,6%) e metalurgia básica (33,8%). A principal influência negativa veio de minerais não-metálicos (27,4%), em decorrência da forte queda na produção de cimento.

A boa *performance* do setor de alimentos e bebidas deve-se, principalmente, à produção e exportação de castanha de caju. Entretanto, vale destacar que outras empresas cearenses desse setor estão cada vez mais procurando ingressar no mercado externo. Um encontro realizado no início de outubro na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) entre a empresa francesa Cape Team, especializada na distribuição e introdução de produtos estrangeiros no varejo da Europa, e empresas cearenses do segmento de alimentos e bebidas demonstra o interesse desses produtores pelo mercado internacional.

Segundo o consultor na área internacional da Refrigerantes Wilson, Glauro Campello, a empresa está enviando um mostruário e embalagens de dois litros para o mercado europeu, no sentido de verificar se o produto atende aos padrões e normas europeias vinculados aos itens químicos e quantidade de açúcar. Segundo o consultor, a empresa, com fábricas no Ceará e no Maranhão, tem condições de expandir a capacidade produtiva para atender à demanda externa.

Já a fábrica de geléias e doces Allnat, sediada em Horizonte, que já destina uma parte da produção para os mercados norte-americano e português, pretende ampliar sua participação no mercado europeu, exportando para a França e a Alemanha. Atualmente, a empresa apresenta uma capacidade exportadora de 200 mil potes de geléias e igual quantidade de doces por mês, equivalente a quatro contêineres. Uma das especialidades dessa fabricante é a produção de geléias e do-

ces orgânicos, artigos mais elaborados e voltados, sobretudo, para o mercado externo, com preços bem superiores aos dos produtos convencionais.

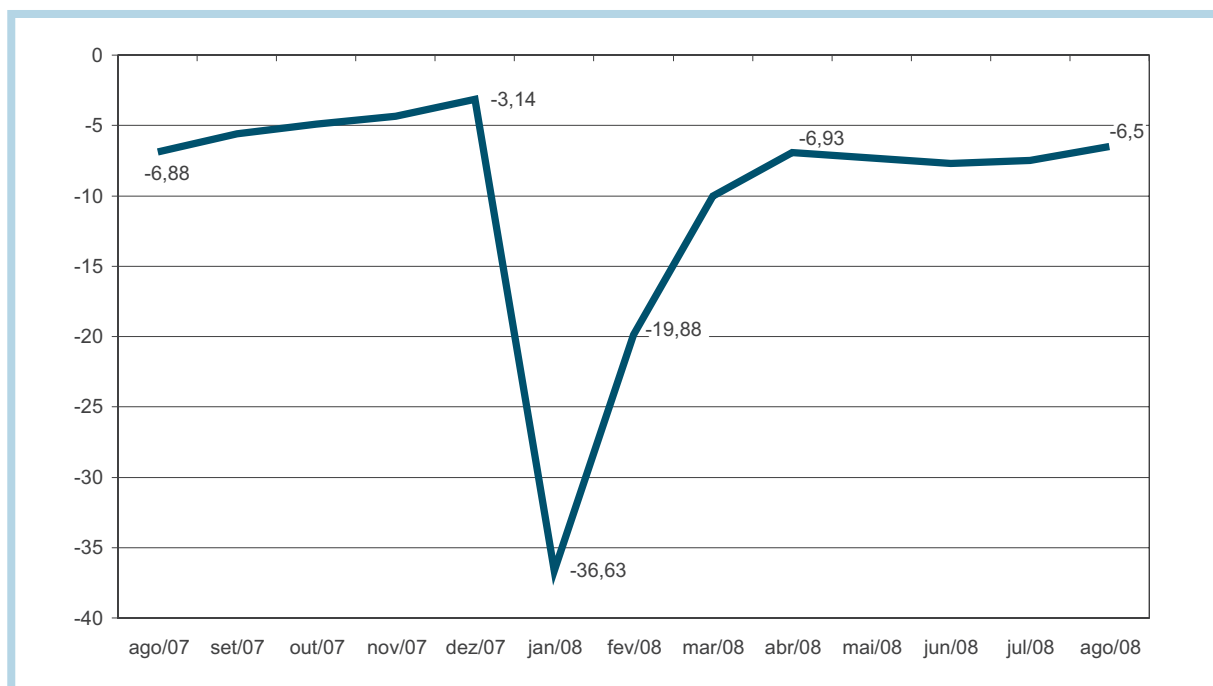
A recente expansão da empresa envolveu a aquisição da marca “Doços Real”, cuja fábrica fechou há cinco anos, e investimento no montante de R\$ 1 milhão em equipamentos, desenvolvimento da marca e prospecção de mercado (INDI; FIEC, 2008).

No período janeiro/agosto, observou-se um aumento de 3,7% da indústria cearense, comparativamente ao mesmo período de 2007. As principais influências positivas foram novamente registradas em alimentos e bebidas (13,8%) e produtos químicos (13,5%). Em sentido oposto, os destaques negativos foram observados em têxtil (-6,5%) e refino de petróleo e produção de álcool (-23,5%) (Gráfico 14).

O desempenho negativo do setor têxtil nessa fase anterior à crise financeira segue a tendência

nacional, ainda refletindo a perda de competitividade decorrente da apreciação do real, da forte concorrência asiática e do dinamismo do consumo doméstico. Entre janeiro e agosto deste ano, o segmento têxtil brasileiro registrou um saldo negativo de US\$ 1,1 bilhão, com importações de US\$ 2,5 bilhões e exportações de US\$ 1,4 bilhão – o pior resultado desde 1990. No caso do Ceará, as importações de produtos têxteis registraram um acréscimo nos oito primeiros meses de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

As variações do pessoal ocupado foram satisfatórias para a indústria do estado. De fato, comparando-se agosto de 2008 e de 2007, o pessoal empregado na indústria expandiu 5,1%, enquanto no acumulado janeiro/agosto aumentou apenas 1%. Nesta última base de comparação, assinalaram resultados significativos no número de pessoas empregadas os ramos de produtos químicos (14,3%), borracha e plástico (12,9%), metalurgia básica (11,5%) e calçados e couro (6,3%).



**Gráfico 14 – Ceará - Desempenho da Produção Têxtil – Ago/2007 – Ago/ 2008 – Variação Acumulada no Ano**

Fonte: (IBGE; SIDRA, 2008b).

O crescimento do emprego na indústria de calçados reflete o incremento da produção e das exportações. Vale destacar que a significativa elevação das importações cearenses de calçados nos últimos cinco anos, sobretudo da China, não implicou um processo de substituição de importações. O estado reagiu a essa concorrência especializando-se na produção de calçados sintéticos, em que prevalece a concorrência preço. Ou seja, o câmbio valorizado e a forte concorrência chinesa não afetaram substancialmente o desempenho desse segmento no Ceará<sup>3</sup>.

Entretanto, os produtores do Brasil e do Ceará prevêem um expressivo aumento das importações de calçados provenientes da China. De acordo com o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Milton Cardoso, alguns fabricantes chineses estão concedendo descontos de 40% e até 50% em seus produtos, para o mercado brasileiro. Diante da retração dos mercados domésticos norte-americano e europeu, as exportações chinesas se voltam para mercados emergentes com taxas positivas de crescimento econômico. Além da desaceleração da atividade econômica nos países desenvolvidos, a valorização da moeda chinesa (yuan) e as novas leis trabalhistas chinesas em vigor desde janeiro de 2008 contribuem para a queda dos preços dos calçados.

Em contrapartida, chama a atenção o recuo de 11,5% do emprego registrado no setor de alimentos e bebidas, apesar do forte crescimento da produção industrial. Uma explicação pode estar relacionada com a realização de investimentos de substituição no setor. De fato, a produtividade da indústria de alimentos e bebidas cresceu 28% no primeiro semestre de 2008, sendo superada apenas pelo segmento de produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (42,3%). Os ganhos de produtividade do setor de alimen-

tos podem estar vinculados a mudanças técnicas e organizacionais poupadoras de mão-de-obra.

Já a produtividade geral da indústria cearense teve um acréscimo de apenas 1,7% nos seis primeiros meses do ano. Dos oito segmentos pesquisados, seis apresentaram variação negativa. As maiores retrações verificaram-se nos ramos de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (-24,8) e têxtil (-10,4%). Nessas duas atividades, observam-se recuos da produção, do emprego e das horas pagas.

Pernambuco registrou incremento de 3,7% da indústria em agosto na comparação com idêntico mês do ano anterior, com oito dos onze setores pesquisados apresentando variações positivas. Os segmentos que mais contribuíram para o crescimento da produção industrial foram: metalurgia básica (14,9%) e borracha e plástico (11,5%). As principais pressões negativas ficaram por conta de alimentos e bebidas (-0,9%) e minerais não-metálicos (-2,9%).

No acumulado do ano, o acréscimo de 6,6% da produção industrial pernambucana foi superior ao da média nacional (6%). O bom desempenho da economia pernambucana nesse indicador deveu-se ao crescimento de sete das onze atividades industriais pesquisadas. Os maiores incrementos estão vinculados à indústria de metalurgia básica (10%), refino de petróleo e produção de álcool (130,2%) e produtos químicos (7%). As maiores baixas foram observadas nos segmentos de celulose e papel (-9,2%) e calçados e artigos de couro (-18,5%).

A expansão da produção industrial não se fez acompanhar de aumento do emprego, que sofreu um decréscimo de 0,6%. Analisando-se por atividade econômica, o grupo envolvendo ramos intensivos em mão-de-obra apresenta ta-

---

3 Sobre o assunto, ver Melo; Moreira; Veloso, 2008.

xas negativas de crescimento. Assim, por exemplo, alimentos e bebidas (-0,4%), têxtil (-0,8%), vestuário (-16,8%) e calçados e couro (-5,1%) vêm registrando queda do emprego. Ou seja, as atividades tradicionalmente empregadoras estão reduzindo seus efetivos de mão-de-obra.

Por outro lado, o emprego no ramo de fumo (23,6%), coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (14,2%), máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (14,2%) e borracha e plástico (8,3%) tiveram variações positivas. Nesse grupo, constata-se a existência de segmentos

intensivos em capital e, portanto, pouco absorvedores de mão-de-obra. Essa configuração explica a expressiva diferença entre o crescimento da produção industrial e o do emprego no estado.

No que tange à produtividade, Pernambuco assinalou uma variação positiva de 7,7% – a terceira maior entre os 11 estados pesquisados. Os maiores destaques foram coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (92,1%) e metalurgia básica (13,1%). Em sentido contrário, os segmentos calçados e couro (-26,1%) e têxtil (-12,7%) registraram quedas acentuadas.

## 3.3 - Comércio

### 3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

Segundo o relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgado pelo IBGE, referente a agosto de 2008, o comércio varejista no país apresentou crescimento de 1,1% no volume de vendas e de 1,2% na receita nominal, comparativamente ao mês anterior, descontados os efeitos sazonais (Tabela 5).

Nas comparações sem ajustamento sazonal, o volume de vendas do comércio varejista registrou expansão de 9,8% relativamente a agosto de 2007, 10,6% no acumulado do ano e 10,2% nos últimos 12 meses. Em relação à receita nominal nesses mesmos períodos, o comércio varejista registrou crescimento de 16,5%, 16,4% e 15,3%, respectivamente. Segundo análise da Tendências Consultoria Integrada, o desempenho positivo do comércio varejista em agosto foi impulsionado pelos dois principais condicionantes da deman-

da: massa salarial e crédito. Vale ressaltar que os efeitos da crise internacional ainda não estavam presentes nesse período.

Todas as atividades que compõem o comércio varejista relacionadas na PMC apresentaram, em agosto último, crescimento real no volume de vendas relativamente a agosto de 2007. Os segmentos que apresentaram maiores taxas de crescimento nesse período foram equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, outros artigos de uso pessoal e doméstico, móveis e eletrodomésticos e combustíveis e lubrificantes. Com relação às taxas apresentadas no período anterior, julho de 2008/07, apenas equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registraram desempenho superior.

**Tabela 5 – Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC - (ago./08)**

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Agosto	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Agosto	Acumulado	
			Jan.-Ago./08	12 Meses			Jan.-Ago./08	12 Meses
<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>	1,2	16,5	16,4	15,3	1,1	9,8	10,6	10,2
1. Combustíveis e Lubrificantes	-0,6	13,6	8,8	6,4	0,3	11,7	9,6	8,0
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,2	20,3	18,1	17,2	1,1	7,8	6,1	6,1
2.1. Super e Hipermercados	1,0	19,9	17,7	16,9	1,7	7,5	5,9	6,0
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	1,3	10,7	15,5	15,1	0,7	4,3	10,2	10,4
4. Móveis e Eletrodomésticos	0,4	9,3	13,3	12,1	1,0	13,1	17,9	16,3
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	0,6	12,3	14,8	14,0	0,4	8,7	12,5	11,9
6. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	2,0	18,2	13,4	14,2	3,2	33,7	31,3	33,0
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-1,5	6,9	12,5	11,3	-1,0	5,3	10,6	9,4
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-0,5	21,6	26,0	25,0	-1,3	14,9	20,6	20,8
<b>COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO</b>	-0,7	12,6	18,7	17,9	-1,6	7,0	13,5	13,4
9. Veículos e Motos, partes e peças	-4,0	6,0	22,8	22,9	-3,7	2,9	19,8	20,3
10. Material de Construção	-1,1	13,9	19,2	18,6	-1,6	2,4	11,0	11,6

**Fonte:** (IBGE, 2008e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.  
(\*) Série com ajuste sazonal

O segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação registrou o expressivo aumento de 33,7% no volume de vendas sobre agosto de 2007, de 31,3% no acumulado janeiro/agosto do ano e de 33% no acumulado dos últimos 12 meses. Segundo o relatório da PMC, a redução dos preços dos produtos do gênero, a importância crescente desses bens na cesta de consumo das famílias e a facilidade de financiamento foram os principais fatores que determinaram esse desempenho.

O segmento outros artigos de uso pessoal e doméstico, que compreende as lojas de departamentos, óticas, joalherias, artigos esportivos, brinquedos, etc., apresentou crescimento real no volume comercializado, registrando taxas de 14,9% em agosto de 2008 comparativamente a agosto de 2007, 20,6% no acumulado do ano e

20,8% para os últimos 12 meses. Esse desempenho foi influenciado pelo quadro geral da economia e pela comemoração do Dia dos Pais.

O volume de vendas de móveis e eletrodomésticos, sensível à oferta de crédito, cresceu 13,1% em agosto último comparativamente a agosto do ano passado. No acumulado do ano e nos últimos 12 meses, apresentou 17,9% e 16,3%, respectivamente, de incremento nas vendas.

O segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou, em agosto de 2008, crescimento real de 7,8% no volume de vendas em relação a agosto de 2007. No acumulado do ano e nos últimos 12 meses, o acréscimo registrado nas vendas foi de 6,1%. Segundo o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (2008), o segmento foi beneficiado



pelo fim do ciclo de aumento dos preços dos alimentos que vinha sendo registrado no país.

Considerando-se o comércio varejista ampliado, que inclui a venda de veículos e motos, partes e peças e material de construção, o volume de vendas e a receita nominal, na série com ajuste sazonal, registraram, em agosto de 2008 relativamente ao mês anterior, queda de 1,6% e 0,7%, respectivamente. Na análise do período de agosto/2008 a agosto/2007 sem ajustamento sazonal, o comércio

varejista ampliado teve variação de 7% no volume de vendas e de 12,6% na receita nominal.

O volume de vendas do segmento veículos e motos, partes e peças experimentou ligeiro aumento de 2,9% em relação a agosto de 2007, enquanto o segmento material de construção cresceu 2,4% em relação a agosto/2007. Segundo a PMC, a desaceleração dessas atividades indica uma acomodação do mercado após forte crescimento dos últimos meses.

## 3.3.2 - O Comércio no Nordeste

Em agosto de 2008, quatro estados da região apresentaram desempenho comercial (varejo ampliado) acima da média brasileira (Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí). A Bahia apresentou taxa de crescimento – ante o volume comercializado em agosto de 2007<sup>4</sup> – semelhante à brasileira (7%). A Paraíba obteve o maior percentual (13,3%), seguida do Ceará (11,7%), do Piauí (10,8%) e do Maranhão (10%) (Tabela 6).

No acumulado do ano, considerado ainda o volume de vendas, apenas o Rio Grande do Norte (14,1%) cresceu acima da média brasileira (13,5%), enquanto o Ceará registrou desempenho similar ao nacional.

Considerando-se a receita nominal (conceito ampliado), quatro dos nove estados (Ceará, Paraíba, Maranhão e Piauí) superaram a taxa de expansão brasileira (12,6%) em agosto de 2008. A Paraíba registrou o maior percentual (21,9%), seguida do Ceará (17,5%), do Piauí (17,3%) e do Maranhão (15,9%).

No acumulado do ano, até agosto, apenas o Rio Grande do Norte (19,5%) obteve crescimento acima da taxa brasileira (18,7%), embora todos os estados tenham apresentado crescimento superior a 10% no mesmo período.

Tudo isso corrobora a tendência de convergência do desempenho regional ao brasileiro expressa na edição anterior da Conjuntura (BNB, 2008b).

Embora a PMC não forneça dados desagregados, por atividade, para todos os estados, pode-se perceber que a inclusão de “material de construção” e “veículos e motos, partes e peças”, para compor o índice ampliado, eleva o resultado dos índices comerciais em algumas economias da região. Prova disso é que, em sete estados, o volume de vendas, no acumulado do ano até agosto, apresentou expansões mais acentuadas quando observadas as taxas do comércio varejista ampliado (que inclui essas atividades). As exceções foram Rio Grande do Norte (desempenho próximo) e Paraíba (melhor desempenho no comércio varejista não-ampliado).

4 Comércio varejista ampliado na comparação mensal: volume comercializado no mês de referência comparado ao mesmo mês do ano anterior (2007).

**Tabela 6 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (Ago. e Jan.- Ago. de 2008)\***

Unidade da Federação	Volume de vendas		Receita nominal	
	Ago./08	Jan.- Ago. /08	Ago./08	Jan.- Ago. /08
<b>BRASIL</b>	7,0	13,5	12,6	18,7
<b>Maranhão</b>	10,0	12,2	15,9	17,6
<b>Piauí</b>	10,8	12,4	17,3	18,0
<b>Ceará</b>	11,7	13,5	17,5	18,6
<b>Rio Grande do Norte</b>	3,4	14,1	9,0	19,5
<b>Paraíba</b>	13,3	10,1	21,9	17,3
<b>Pernambuco</b>	3,3	9,2	10,3	16,3
<b>Alagoas</b>	4,1	10,7	11,2	17,8
<b>Sergipe</b>	1,2	6,7	7,1	12,8
<b>Bahia</b>	7,0	10,8	12,3	15,4

**Fonte:** (IBGE, 2008e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

\*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

Para três estados nordestinos, Bahia, Ceará e Pernambuco, o relatório da PMC detalha o desempenho do comércio por atividade, em termos mensais, anuais e no acumulado de 12 meses (Tabela 7).

No Ceará, setores conexos ao crédito têm apresentado bons resultados. No acumulado de janeiro a agosto de 2008 houve crescimento de 23% no volume de vendas e 34% na receita nominal do comércio de materiais de construção<sup>5</sup>. Por sua vez, no comércio de veículos e motos, partes e peças houve crescimento de 22,6% no volume de vendas e de 27,9% na receita nominal.

Bahia e Pernambuco também apresentaram situação semelhante: veículos e motos, partes e peças com crescimento de 17,7% no volume de vendas (Bahia) e material de construção com elevação de 14,5% (Pernambuco).

Parte do bom desempenho na comercialização de veículos e motos pode ser atribuída ao crescimento mais acentuado na venda de motocicletas.

No país o crescimento da frota total de veículos, inclusive motocicletas, foi de 10,3% (comparação com agosto de 2007), ante elevação de 18,7% no número de motocicletas. Na região Nordeste o crescimento do número de motocicletas foi de 20,6%, enquanto a frota total cresceu 12,9% e, no caso específico do Ceará, houve um crescimento de 17,3% no número de motocicletas, ante 12,1% de crescimento da frota total<sup>6</sup>.

O crédito, portanto, tem cumprido importante papel no crescimento do comércio regional, dada a influência que exerce no desempenho dessas atividades.

A redução dos prazos e a elevação das taxas de juros, contudo, podem influenciar negativamente no desempenho de alguns setores. Em tempo, o crescimento do volume de crédito<sup>7</sup> destinado ao financiamento de veículos, que alcançou 28,3% em janeiro de 2008 (em comparação com janeiro de 2007) e manteve-se acima dos 12% nos meses seguintes, em setembro apresentou o menor índi-

5 Para os próximos meses, é natural que haja uma acomodação do desempenho do setor, dadas as elevadas taxas de expansão detectadas nos meses anteriores, comportamento que, aliás, já vem ocorrendo em âmbito nacional.

6 Na Bahia, a diferença foi mais acentuada: 24% de crescimento dentre as motocicletas, ante 13% na frota total.

7 Saldo da modalidade de operação em final de período.

**Tabela 7 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados, Ceará, Pernambuco e Bahia (Jan.- Ago. /08)\***

Atividades	Jan.-Ago. /08					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
<b>COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO</b>	13,5	18,6	9,2	16,3	10,8	15,4
1. Combustíveis e Lubrificantes	16,2	15,6	8,8	8,9	10,6	10,0
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-0,6	11,4	9,4	24,7	0,2	13,0
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	5,9	9,4	1,9	7,4	2,1	6,2
4. Móveis e Eletrodomésticos	12,8	8,5	15,0	12,0	20,8	14,3
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	6,0	9,8	-3,9	0,4	12,5	13,1
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	18,5	19,7	1,6	1,8	23,1	22,4
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	50,0	32,8	-10,2	-21,7	16,7	1,6
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	18,3	21,5	14,1	17,4	23,3	26,9
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	22,6	27,9	9,5	15,3	17,7	21,8
10. Material de Construção	23,0	34,0	14,5	22,6	14,2	19,9

**Fonte:** (IBGE, 2008e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

\*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

ce do ano (9,9%)<sup>8</sup>. Situação semelhante ocorreu com relação ao volume de recursos destinados ao financiamento imobiliário, com taxas declinantes de expansão desde julho de 2008, muito embora em setembro tenha avançado 64,3% comparativamente a setembro de 2007<sup>9</sup>.

O item “outros artigos de usos pessoal e doméstico”, que compreende diversificada gama de atividades comerciais, como lojas de departamentos, magazines e joalherias, registrou importantes resultados, graças aos números positivos de emprego e renda regionais: no acumulado do ano, até agosto, houve crescimento de 23,3% na Bahia, 18,3% no Ceará e 14,1% em Pernambuco no volume de vendas.

Na Região Metropolitana de Salvador, segundo o Dieese, o desemprego declinou pelo terceiro mês consecutivo, até agosto, quando apresentou redução de 2,5% em relação ao mês anterior, tendo ocorrido uma elevação da massa de rendimentos médios reais de 9,4% entre os ocupados e de 12,8% entre os assalariados, na comparação julho de 2008/julho de 2007<sup>10</sup>.

Na Região Metropolitana de Recife (RMR) ocorreu a geração de 87 mil postos de trabalho no acumulado de 12 meses, enquanto o nível de ocupação apresentou uma elevação de 6,8% em agosto deste ano comparativamente a agosto de 2007<sup>11</sup>.

8 As taxas de expansão mensais do volume de recursos destinado ao financiamento de veículos têm apresentado trajetória declinante desde o início de 2008.

9 Ressalte-se, contudo, que diante desse cenário, medidas governamentais têm sido implementadas para ampliar a liquidez da economia e manter as condições de crédito favoráveis.

10 Ocupados inclui o total de assalariados, com ou sem carteira assinada, os autônomos, domésticos e outros (empregadores, donos de negócios familiares e trabalhadores familiares).

11 O nível de ocupação leva em conta as variações do número de vagas do mercado de trabalho. A entrada de pessoas em quantidade maior do que a de vagas ofertadas pode resultar em elevação dos índices de desemprego, sem que isso, contudo, represente piora do quadro econômico. Na RMR, no entanto, a geração de 14 mil vagas e o ingresso de 12 mil pessoas no mercado de trabalho resultaram na saída de 2 mil pessoas da situação de desemprego (agosto de 2008).

No Ceará, a criação de empregos formais no acumulado até setembro, segundo o Caged<sup>12</sup>, superou o desempenho de 2007 (crescimento de 5,6%), com destaque para as contratações da construção civil, cujo saldo apresentou elevação de 21%.

A atividade hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e fumo obteve melhor desempenho em Pernambuco (crescimento de 9,4% no volume de vendas), enquanto no Ceará (-0,6%) e na Bahia (+0,2%) praticamente repetiu-se o desempenho do ano passado. Não obstante, na capital pernambucana foi observada, de acordo com o Dieese, a cesta básica mais barata dentre as três capitais (em agosto e setembro), enquanto na RMR os índices de inflação

referentes aos alimentos (INPC e IPCA) apresentaram comportamento declinante ao longo de três meses (IBGE, 2008d)<sup>13</sup>.

A recente apreciação da moeda norte-americana poderá influenciar negativamente setores que ultimamente vêm se beneficiando da importação de bens e componentes mais baratos, como no caso de móveis e eletrodomésticos e equipamentos para escritório, informática e comunicação, embora a redução de preços de algumas *commodities* possa, contudo, exercer efeito contrário, mitigando o risco de inflação e, secundariamente, contribuindo para reduzir o peso dos itens alimentícios na cesta do consumidor nordestino.

## 3.4 - Produção Agropecuária

### 3.4.1 - Agronegócio

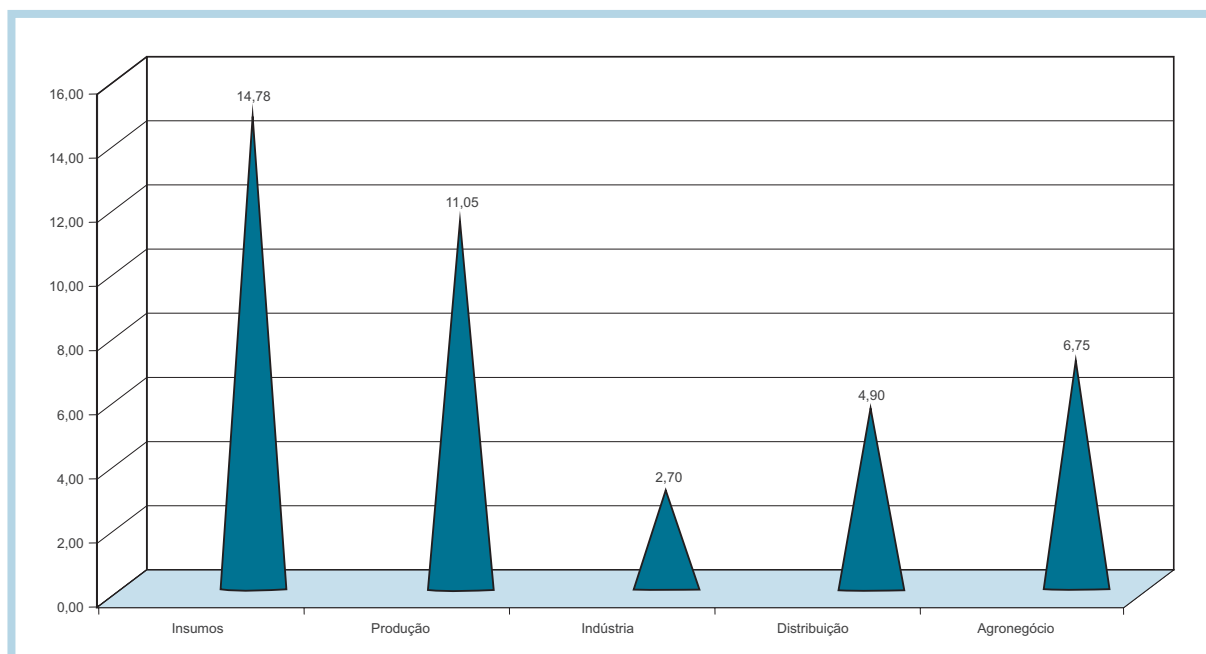
#### 3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o PIB do agronegócio registrou crescimento de 6,8% nos primeiros sete meses de 2008. O bom desempenho deve-se ao setor de insumos, que experimentou variações positivas nos preços e no volume, e à produção primária, com safra recorde de grãos e estabilização de preços no primeiro semestre (CNA, 2008b).

As duas subdivisões básicas do agronegócio – agricultura e pecuária – experimentaram expansão semelhante em seu PIB: 6,8% e 6,7%, respectivamente, no acumulado do ano. No caso da agricultura, o crescimento foi alavancado principalmente pela indústria de processamento vegetal (Gráfico 15).

12 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego.

13 O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apura inflação das famílias com rendimento de um a quarenta salários mínimos, da Região Metropolitana de Recife, para o subgrupo alimentação em domicílio, apresentou persistente recuo – -0,24%, -1,26% e -0,95% – em julho, agosto e setembro, respectivamente. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que apura a inflação de famílias com rendimento de um a seis salários mínimos, também apresentou recuos, sendo de 0,2% em julho, 1,03% em agosto e 0,91% em setembro.



**Gráfico 15 – Brasil - PIB do Agronegócio - Variação (%) Acumulada em 2008**

Fonte: (CNA, 2008b).

Ao se analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da porteira”), nesse caso, colocando-se à parte três dos quatro segmentos de análise do agronegócio (produção de insumos, indústria e distribuição) e focando-se a atenção apenas nas suas produções, percebe-se que a agricultura cresceu 13,7% e a pecuária 7,6% no acumulado do ano (Tabela 8).

A indústria de beneficiamento de produtos agrícolas, parte integrante do agronegócio, teve discreta evolução, com aumento acumulado no ano de apenas 2,7%. Apesar de modesto, esse desempenho constitui avanço, haja vista o incremento de 1,4% registrado na Conjuntura Econômica n. 17, o qual deve ser creditado à aceleração ocorrida na indústria de processamento vegetal. A indústria de beneficiamento da pecuária reduziu seu ritmo de expansão. Apesar disso, acumula crescimento anual no montante de 3,7%, superando o registrado nos produtos agrícolas. Ressalte-se que a indústria de laticínios registrou sua primeira queda no ano, mas mantém a sua

liderança no segmento de indústrias da pecuária, com um acumulado de 5,9% no ano.

A tendência de crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária observada em 2007 continuou no corrente ano, em decorrência do aumento na produção de grãos e da disparada dos preços de mercado. Em 2008, os produtos da lavoura temporária registraram conjuntamente aumento de 38,4% em seu VBP, enquanto os da lavoura permanente assinalaram crescimento de apenas 8,4%. O aumento do *quantum* e do preço da maior parte dos produtos agrícolas e pecuários ensejou um aumento de 32,8% no VBP, se comparado a 2007, passando de R\$ 234,5 bilhões para R\$ 311,5 bilhões em 2008 (Tabela 10).

Estima-se que o VBP da agropecuária do Nordeste deverá alcançar o montante de R\$ 36,1 bilhões em 2008, de acordo com a Tabela 11. Mais da metade desse valor virá da agricultura (R\$ 22,9 bilhões ou 63,4% do VBP estimado), enquanto a pecuária gerará o valor restante (R\$ 13,2 bilhões). A relação entre o VBP do Nor-

**Tabela 8 - Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2008 (%)**

Agropecuária					
2008	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Janeiro	1,75	1,33	0,41	0,67	0,86
Fevereiro	1,85	1,31	0,54	0,73	0,93
Março	1,95	1,65	0,42	0,73	0,99
Abril	2,02	1,61	0,44	0,76	1,01
Maio	2,33	1,76	0,27	0,67	1,00
Junho	2,23	1,67	0,06	0,56	0,87
Julho	1,79	1,23	0,53	0,68	0,90
<b>Acumulado em 2008</b>	<b>14,78</b>	<b>11,05</b>	<b>2,70</b>	<b>4,90</b>	<b>6,75</b>
Agricultura					
2008	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Janeiro	1,88	1,45	0,35	0,52	0,76
Fevereiro	2,11	1,61	0,53	0,73	0,95
Março	2,36	2,20	0,44	0,80	1,08
Abril	2,45	2,04	0,44	0,78	1,06
Maio	2,75	2,17	0,24	0,61	0,99
Junho	2,80	2,07	-0,04	0,41	0,81
Julho	2,13	1,46	0,56	0,67	0,94
<b>Acumulado em 2008</b>	<b>17,69</b>	<b>13,74</b>	<b>2,55</b>	<b>4,61</b>	<b>6,78</b>
Pecuária					
2008	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Janeiro	1,53	1,18	0,81	1,02	1,12
Fevereiro	1,45	0,92	0,58	0,74	0,88
Março	1,30	0,93	0,33	0,58	0,77
Abril	1,33	1,05	0,46	0,70	0,88
Maio	1,63	1,22	0,45	0,80	1,02
Junho	1,29	1,12	0,62	0,91	1,00
Julho	1,22	0,91	0,35	0,68	0,80
<b>Acumulado em 2008</b>	<b>10,17</b>	<b>7,56</b>	<b>3,66</b>	<b>5,56</b>	<b>6,65</b>

Fonte: (CNA, 2008).

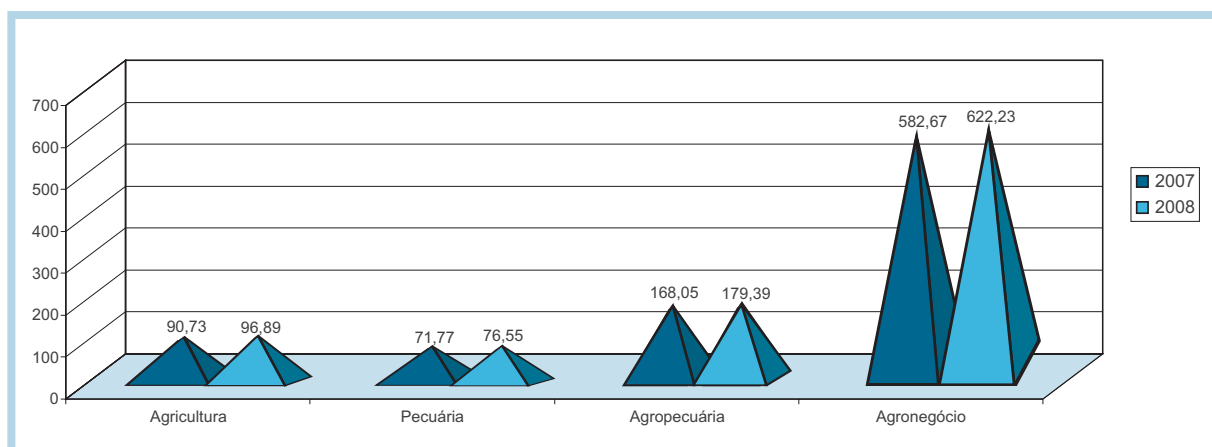
Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio.

**Tabela 9 – Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2007 e 2008**

Em R\$ bilhões, a preços de 2006

Atividades	Anos		Variação	
	2007	2008	(%)	Abs.
Agricultura	90,73	96,89	6,79	6,16
Pecuária	71,77	76,55	6,66	4,78
Agropecuária	168,05	179,39	6,75	11,34
Agronegócio	582,67	622,23	6,79	39,56
Outros segmentos	390,26	390,26	0,00	0,00

Fonte: (CNA, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 16 – Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2006)**

Fonte: (CNA, 2008b).

**Tabela 10 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) - 2007 e 2008**

R\$ Milhões de setembro/08

Produtos	2007	2008	Var. %	Var. Abs.
<b>Agrícolas</b>	<b>145.581</b>	<b>193.376</b>	<b>32,8</b>	<b>47.796</b>
- lavouras temporárias (1)	118.674	164.202	38,4	45.529
- lavouras permanentes (2)	26.907	29.174	8,4	2.267
<b>Pecuários</b>	<b>88.939</b>	<b>118.141</b>	<b>32,8</b>	<b>29.202</b>
- carnes (3)	67.476	89.791	33,1	22.315
- derivados (4)	21.463	28.350	32,1	6.887
<b>Total</b>	<b>234.520</b>	<b>311.517</b>	<b>32,8</b>	<b>76.997</b>

Fonte: (CNA, 2008b).

(1) algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, soja, tomate e trigo.

(2) banana, cacau, café, laranja, sisal e uva.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

deste e o VBP do Brasil deverá ficar abaixo de 2007 (redução de 13,8% para 11,1%), uma vez que se prevê um crescimento do VBP do Brasil da ordem de 32,2% contra apenas 6,8% para o do Nordeste. O faturamento da pecuária regional deverá crescer 31%, desempenho consideravelmente superior ao previsto para a agricultura (-3,4%). Esse resultado dos produtos agrícolas deve-se ao recuo de 14,2% no VBP das lavouras permanentes – especialmente pela queda nos preços da manga –, uma vez que as lavouras temporárias apresentaram um crescimento de 2,6% no VBP.

Com relação à distribuição do VBP entre os estados do Nordeste, prevê-se que o Maranhão

supere a participação do Ceará. Os três principais estados passariam a ser: Bahia, com 43,8%, seguida por Pernambuco (13,2%) e pelo Maranhão (10,5%), juntos respondendo por 67,5% do VBP da agropecuária nordestina. O Ceará passará a ocupar a quarta posição, com 10,4%. Esse avanço do Maranhão em relação ao Ceará deve-se, em parte, à produção dos cerrados, especialmente soja e milho, mas também à mandioca e ao arroz. Nesses quatro produtos, estima-se que o faturamento do Maranhão seja R\$ 1,5 milhão superior ao do Ceará (Tabela 12).

**Tabela 11 – Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2007 e 2008**

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Lavoura temporária (a)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>123.892.967</b>	<b>169.341.079</b>
<b>Nordeste</b>						<b>15.243.354</b>	<b>15.647.086</b>
Abacaxi	Mil frutos	797.485	759.316	1,03	0,88	822.396	666.842
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.109.828	1.189.720	1,09	0,99	1.211.819	1.173.361
Alho	Tonelada	5.683	4.482	3,06	3,06	17.368	13.698
Amendoim (em casca)	Tonelada	13.151	11.426	1,13	0,97	14.891	11.057
Arroz (em casca)	Tonelada	1.039.765	1.026.937	0,72	0,72	746.366	739.908
Batata - doce	Tonelada	181.470	181.470	0,44	0,44	78.954	78.954
Batata - inglesa	Tonelada	277.105	277.030	1,08	1,30	299.769	359.308
Cana-de-açúcar	Tonelada	68.736.750	68.640.543	0,04	0,04	2.942.375	2.638.528
Cebola	Tonelada	333.778	338.839	0,92	1,12	307.084	378.017
Fava (em grão)	Tonelada	14.128	14.128	1,91	1,91	26.986	26.986
Feijão (em grão)	Tonelada	829.306	797.764	1,65	2,18	1.366.660	1.740.443
Fumo (em folha)	Tonelada	30.389	28.508	3,96	3,96	120.437	112.982
Mamona (baga)	Tonelada	80.394	82.277	0,68	0,80	54.457	65.880
Mandioca	Tonelada	10.053.546	10.009.236	0,21	0,18	2.070.671	1.777.182
Melancia	Tonelada	560.817	560.817	0,41	0,36	232.097	204.172
Melão	Tonelada	480.658	480.658	0,98	0,69	471.375	329.626
Milho (em grão)	Tonelada	3.194.214	3.177.465	0,51	0,57	1.614.701	1.817.396
Soja (em grão)	Tonelada	3.908.978	3.908.978	0,55	0,73	2.157.001	2.858.440
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	111.579	115.159	0,20	0,20	22.562	23.032
Tomate	Tonelada	522.329	515.055	1,27	1,23	665.385	631.271
<b>Lavoura permanente (b)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>32.619.387</b>	<b>36.886.488</b>
<b>Nordeste</b>						<b>8.496.243</b>	<b>7.275.602</b>
Abacate	Tonelada	9.773	9.773	0,95	1,01	9.288	9.828
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	675	675	1,17	1,15	788	779
Banana	Tonelada	2.758.045	2.854.666	0,59	0,46	1.626.583	1.325.947
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	27.756	27.756	1,86	1,84	51.544	50.982
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	148.703	136.718	4,28	4,62	636.144	631.307
Café (beneficiado)	Tonelada	146.239	169.561	2,14	3,65	313.442	618.156
Caqui	Tonelada	61	61	2,82	2,79	172	170
<b>Lavoura permanente (b)</b>							
Castanha-de-caju	Tonelada	138.765	138.231	1,12	1,11	156.088	153.793
Coco-da-baía	Mil frutos	1.302.988	1.240.592	0,69	0,49	895.793	613.512
Dendê (coco)	Tonelada	176.089	176.089	0,18	0,18	31.878	31.530
Figo	Tonelada	85	85	3,01	2,98	256	253
Goiaba	Tonelada	135.988	135.988	0,59	0,59	80.811	79.931
Guaraná (semente)	Tonelada	1.885	1.905	3,24	3,20	6.101	6.098
Laranja	Tonelada	1.669.797	1.814.083	0,44	0,34	728.225	618.472
Limão	Tonelada	71.881	71.881	1,08	0,99	77.760	71.295
Maçã	Tonelada	15	15	1,92	1,90	29	28
Mamão	Tonelada	1.074.330	1.074.330	0,84	0,81	900.634	869.670
Manga	Tonelada	953.217	953.217	1,60	0,86	1.522.674	817.324
Maracujá	Tonelada	377.136	377.136	1,11	1,00	419.420	376.028
Marmelo	Tonelada	75	75	2,40	2,37	180	178
Palmito	Tonelada	18.127	18.127	0,38	0,38	6.925	6.849
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.365	4.813	3,75	3,71	16.351	17.833
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	249.271	245.289	1,10	0,97	274.699	237.368
Tangerina	Tonelada	42.415	42.415	1,25	0,92	53.174	38.960
Urucum (semente)	Tonelada	2.771	2.771	2,47	2,45	6.851	6.777
Uva	Tonelada	295.184	294.140	2,31	2,35	680.434	692.532

(continua)



**Tabela 11 – Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2007 e 2008**

(conclusão)

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Agricultura (c)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>156.512.354</b>	<b>206.227.568</b>
<b>Nordeste</b>						<b>23.739.597</b>	<b>22.922.687</b>
<b>Pecuária (d)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>88.939.406</b>	<b>118.141.033</b>
<b>Nordeste</b>						<b>10.098.752</b>	<b>13.228.233</b>
Carne bovina	Tonelada	1.174.840	1.149.300	3,78	4,65	4.446.564	5.347.501
Frango	Tonelada	771.599	844.866	2,39	2,99	1.842.677	2.527.055
Leite	milhões de litros	3.223	3.319	0,62	0,82	1.986.962	2.716.944
Ovos	mil cx. de 30 dúzias	11.048	11.562	1,94	2,50	714.503	965.152
Suínos	Tonelada	423.640	448.000	2,62	3,73	1.108.045	1.671.581
<b>Agropecuária (c + d)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>245.451.760</b>	<b>324.368.601</b>
<b>Nordeste</b>						<b>33.838.349</b>	<b>36.150.921</b>
<b>Relações Nordeste/Brasil</b>							
Lavoura temporária (a)						12,3	9,2
Lavoura permanente (b)						26,0	19,7
Agricultura (c)						15,2	11,1
Pecuária (d)						11,4	11,2
Agropecuária (c + d)						13,8	11,1

**Fonte:** (CNA, 2008b).

Obs: (1) As quantidades foram obtidas do LSPA (03/2008); PAM (2006) e CNA (2008).

(2) Os preços foram obtidos de CNA (2008c), SIGMAN (2007 e 2008) e PAM (2006), corrigidos para jun/2008.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional, cfe. A PPM-2006.

(4) As quantidades de carne de bovinos, aves e suínos do NE foram calculadas com base na participação regional estimada por FNP-2006.

**Tabela 12 – Nordeste - Estimativa da Participação dos Estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2008**

Em R\$ milhões

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.157	13,79	81	1,11	2.238	9,76	1.540	11,64	3.778	10,45
Piauí	820	5,24	62	0,86	882	3,85	851	6,43	1.733	4,79
Ceará	1.098	7,02	575	7,90	1.673	7,30	1.795	13,57	3.468	9,59
Rio Grande do Norte	626	4,00	241	3,32	868	3,79	574	4,34	1.441	3,99
Paraíba	855	5,46	234	3,21	1.088	4,75	650	4,92	1.739	4,81
Pernambuco	1.595	10,20	896	12,31	2.491	10,87	2.295	17,35	4.786	13,24
Alagoas	1.239	7,92	91	1,25	1.329	5,80	611	4,62	1.940	5,37
Sergipe	456	2,92	455	6,25	911	3,97	529	4,00	1.440	3,98
Bahia	6.801	43,47	4.641	63,79	11.443	49,92	4.384	33,14	15.827	43,78
Bahia + Pernambuco + Maranhão	10.554	67,45	5.618	77,22	16.172	70,55	8.219	62,13	24.390	67,47
Demais	5.093	32,55	1.658	22,78	6.751	29,45	5.010	37,87	11.761	32,53
Soma	15.647	100,00	7.276	100,00	22.923	100,00	13.228	100,00	36.151	100,00

**Fonte:** CNA, 2008; IBGE, 2008. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

## 3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

O saldo comercial do agronegócio nacional caiu 26,7%, atingindo o montante de US\$ 46,4 bilhões. Esse resultado deve-se ainda ao efeito da valorização da moeda nacional<sup>14</sup>. Verificou-se um crescimento de 43,8% das importações, enquanto as exportações aumentaram em 29,2%.

O mesmo comportamento ocorreu no Nordeste. As exportações nordestinas reduziram-se em

2% (passaram de US\$ 3,42 bilhões para US\$ 3,35 bilhões no mesmo período) e as importações cresceram 20,7% (de US\$ 927,2 bilhão para US\$ 1,12 bilhão), determinando uma queda de 10,5% no saldo. Com isso, o saldo da balança do agronegócio nordestino alcançou US\$ 2,2 bilhões, apesar de a balança comercial regional total ter apresentado saldo negativo de US\$ 0,68 bilhão (Tabela 13).

**Tabela 13 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2007 e 2008\***

Em US\$ milhões

Região/Estado	2007			2008		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	116.599,1	85.656,8	30.942,3	150.868,0	131.212,0	19.656,0
Brasil – Agronegócio(b)	42.814,0	6.171,0	36.643,0	55.309,0	8.874	46.435,0
Nordeste – Total (c)	9.383,7	8.587,5	796,2	11.685,6	12.367,9	-682,3
Nordeste – Agronegócio (d)	3.425,3	927,2	2.498,1	3.354,7	1.119,3	2.235,2
Alagoas	455,3	22,5	432,8	559,1	21,6	537,5
Bahia	1.518,6	268,6	1.250,0	1.635,8	352,0	1.283,8
Ceará	555,8	226,6	329,2	482,0	284,5	197,5
Maranhão	207,8	16,0	191,8	123,7	20,3	103,4
Paraíba	108,0	74,3	33,7	68,2	49,3	18,9
Pernambuco	270,4	257,9	12,5	235,7	329,0	-93,3
Piauí	32,0	4,2	27,8	60,5	2,1	58,4
Rio Grande do Norte	206,9	29,4	177,5	150,0	30,3	119,7
Sergipe	70,5	27,7	42,8	39,7	30,4	9,3
<b>Variações 2007/2008</b>						
Brasil – Total				29,4	53,2	-36,5
Brasil – Agronegócio				29,2	43,8	26,7
Nordeste – Total				24,5	44,0	-185,7
Nordeste – Agronegócio				-2,1	20,7	-10,5
Alagoas				22,8	-4,0	24,2
Bahia				7,7	31,0	2,7
Ceará				-13,3	25,6	-40,0
Maranhão				-40,5	26,9	-46,1
Paraíba				-36,9	-33,6	-43,9
Pernambuco				-12,8	27,6	-846,4
Piauí				89,1	-50,0	110,1
Rio Grande do Norte				-27,5	3,1	-32,6
Sergipe				-43,7	9,7	-78,3
<b>Relações</b>						
b/a	36,7	7,2	118,4	36,7	6,8	236,2
d/c	36,5	10,8	313,8	28,7	9,1	-327,6
d/b	8,0	15,0	6,8	6,1	12,6	4,8

**Fonte:** (BRASIL, [2008]a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(\*) Dados de janeiro a setembro de cada ano.

<sup>14</sup> Esse comportamento da taxa de câmbio foi seriamente revertido a partir do recrudescimento da crise financeira internacional, inclusive, com grande volatilidade.

Os destaques entre os estados exportadores permaneceram com Alagoas, Bahia e Ceará, responsáveis em conjunto por 79,8% das exportações do agronegócio regional (US\$ 2,7 bilhões). Somente Alagoas, Bahia e Piauí apresentaram crescimento nas exportações. Nos outros estados as exportações do agronegócio diminuíram, especialmente no Maranhão e em Sergipe, com queda em torno dos 40%.

Com respeito à concentração das importações por estado, do total importado, 86,2%, destinaram-se à Bahia, Pernambuco e Ceará (nessa ordem), com um montante de US\$ 0,96 bilhão em compras de produtos do agronegócio. Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco foram os estados onde as importações mais cresceram – todos com índices superiores a 25%, ou seja, maiores que a média do Nordeste.

Metade do valor das exportações do agronegócio do Nordeste originou-se de três produtos: celulose, açúcar e soja em grão. Quatorze produtos responderam por 90,5% das exportações do agronegócio nordestino, no período sob análise, na qual se destacam também os principais estados de origem dos produtos (Tabela 14).

Cereais, cacau inteiro ou partido e produtos e subprodutos da indústria de moagem constituem os três principais capítulos do agronegócio importados pelo Nordeste no período sob análise, tendo respondido por 62,5% do valor das importações. Pernambuco é o estado com maior frequência entre os principais importadores, muito provavelmente por desempenhar o papel de distribuidor por vias internas dos produtos importados (Tabela 15).

**Tabela 14 – Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio – de Janeiro a Setembro/2008**

Em US\$ milhões

Produtos	Valor	%	% Acum.	Principais Exportadores
1 Celulose	736,7	22,0	22,0	BA
2 Açúcar	603,1	18,0	39,9	AL, PE
3 Soja em grãos	349,9	10,4	50,4	BA, MA
4 Couro e pele de bovino	187,7	5,6	56,0	CE, BA
5 Algodão e produtos têxteis de algodão	166,6	5,0	60,9	CE, PB
6 Álcool	162,4	4,8	65,8	AL, PE
7 Produtos do cacau	145,5	4,3	70,1	BA
8 Nozes e castanhas	138,9	4,1	74,2	CE, RN
9 Farelo de soja	126,4	3,8	78,0	BA
10 Frutas frescas	115,6	3,4	81,5	RN, BA, CE
11 Produtos de couro e peleteria	97,0	2,9	84,4	CE
12 Papel	79,9	2,4	86,7	BA
13 Crustáceos e moluscos	67,7	2,0	88,7	RN, CE
14 Café verde e café torrado	57,9	1,7	90,5	BA, PE
15 Outros	319,5	9,5	100,0	
Total	3.354,7	100,0		

Fonte: (BRASIL, [2008]a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 15 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio – de Janeiro a Setembro/2008**

Em US\$ milhões

Produtos		Valor	%	% Acum.	Principais Importadores
1	Cereais	458,8	41,0	41,0	CE, PE, BA
2	Cacau inteiro ou partido	134,9	12,1	53,0	BA
3	Produtos e subprodutos da indústria de moagem	106,3	9,5	62,5	PE
4	Algodão e produtos têxteis de algodão	83,6	7,5	70,0	CE, PB
5	Óleos vegetais	75,0	6,7	76,7	CE, BA
6	Papel	56,4	5,0	81,7	PE
7	Borracha natural e gomas naturais	36,6	3,3	85,0	BA
8	Peixes	32,0	2,9	87,9	PE
9	Couro e pele de bovino	27,8	2,5	90,3	CE, BA
10	Bebidas alcóolicas	20,1	1,8	92,1	PE
11	Óleo de soja	17,9	1,6	93,7	PE
12	Carne bovina	11,3	1,0	94,7	PE, CE
13	Rações para animais domésticos	7,3	0,6	95,4	PE
14	Couros e peles de outros animais	6,7	0,6	96,0	BA, PI
15	Outros	45,0	4,0	100,0	
Total		1.119,3	100,0		

Fonte: (BRASIL, [2008]a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

## 3.4.2 - Agricultura

A segunda estimativa de plantio para a safra brasileira de grãos 2008/2009 divulgada pela Conab (2008h) aponta para um incremento de 0,5% na área plantada brasileira, sendo destinados a essa atividade 47,6 milhões de hectares. A produção total da safra 2008/2009 deverá recuar 2,1% em relação à safra 2007/2008, sendo produzidas 140,7 milhões de toneladas de grãos (Tabela 16).

O Nordeste apresenta uma tendência de manutenção na área plantada, variando negativamente 0,1%. Entretanto, as condições climáticas desfavoráveis, principalmente devido à estiagem pela qual vêm passando a Bahia, o Ceará, o Maranhão, o Piauí e o norte de Minas Gerais, deverão conduzir à queda na produção dos principais grãos nordestinos, sendo produzidos 11,5 milhões de toneladas (-8,3%).

### Algodão

A área de plantio no Brasil para a safra 2008/2009 tende a ser de aproximadamente 942,5 mil hectares, 12,5% inferior à área de 2007/2008. Acompanhando esse ritmo, a produção deverá sofrer uma retração em 12,9%, ficando 3,6 milhões de toneladas. Desse total, 1,4 milhão de toneladas (38,9%) equivale à pluma e 2,2 milhões de toneladas (61,1%) correspondem ao caroço de algodão (Tabela 17).

Acompanhando a tendência nacional, a região Nordeste deverá também reduzir a sua área plantada com algodão, ainda que em proporção inferior à brasileira, destinando 360,9 mil hectares (-3,4%). Essa tendência à redução de área inferior à média nacional pode ser explicada pela logística no oeste da Bahia, região próxima das indústrias de beneficiamento que concentra 85%

**Tabela 16 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos<sup>(\*)</sup>. Safras 2007/2008 e 2008/2009**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
<b>NORTE</b>	<b>1.711,00</b>	<b>1.722,8</b>	<b>0,7</b>	<b>2.364</b>	<b>2.297</b>	<b>(2,8)</b>	<b>4.044,3</b>	<b>3.957,1</b>	<b>(2,2)</b>
Roraima	44,6	44,6	0,0	4.217	4.090	(3,0)	188,1	182,4	(3,0)
Rondônia	397,4	397,4	0,0	2.230	2.153	(3,4)	886,1	855,7	(3,4)
Acre	43,0	43,0	0,0	1.519	1.384	(8,9)	65,3	59,5	(8,9)
Amazonas	23,2	23,2	0,0	2.091	1.970	(5,8)	48,5	45,7	(5,8)
Amapá	7,1	7,1	0,0	944	915	(3,0)	6,7	6,5	(3,0)
Pará	568,1	568,1	0,0	2.068	2.013	(2,6)	1.174,8	1.143,70	(2,6)
Tocantins	627,6	639,4	1,9	2.669	2.602	(2,5)	1.674,8	1.663,6	(0,7)
<b>NORDESTE</b>	<b>8.213,5</b>	<b>8.205,6</b>	<b>(0,1)</b>	<b>1.527</b>	<b>1.401</b>	<b>(8,2)</b>	<b>12.541,5</b>	<b>11.499,1</b>	<b>(8,3)</b>
Maranhão	1.352,8	1.345,4	(0,5)	1.863	1.769	(5,1)	2.520,8	2.380,4	(5,6)
Piauí	950,5	946,2	(0,5)	1.552	1.389	(10,5)	1.475,5	1.314,1	(10,9)
Ceará	1.359,6	1.359,6	0,0	833	712	(14,6)	1.133,1	968,1	(14,6)
Rio Grande do Norte	193,5	193,4	(0,1)	652	615	(5,7)	126,1	118,9	(5,7)
Paraíba	409,4	409,4	0,0	558	481	(13,9)	228,6	196,8	(13,9)
Pernambuco	672,5	672,5	0,0	568	537	(5,4)	381,7	360,9	(5,4)
Alagoas	194,3	194,3	0,0	638	616	(3,5)	124,0	119,7	(3,5)
Sergipe	212,9	212,9	0,0	2.229	1.873	(16,0)	474,6	398,7	(16,0)
Bahia	2.868,2	2.871,9	0,1	2.119	1.964	(7,3)	6.077,1	5.641,5	(7,2)
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>15.345,8</b>	<b>14.951,0</b>	<b>(2,6)</b>	<b>3.287</b>	<b>3.156</b>	<b>(4,0)</b>	<b>50.438,2</b>	<b>47.188,2</b>	<b>(6,4)</b>
<b>SUDESTE</b>	<b>4.827,0</b>	<b>4.890,0</b>	<b>1,3</b>	<b>3.615</b>	<b>3.485</b>	<b>(3,6)</b>	<b>17.448,9</b>	<b>17.042,0</b>	<b>(2,3)</b>
<b>SUL</b>	<b>17.304,7</b>	<b>17.876,0</b>	<b>3,3</b>	<b>3.430</b>	<b>3.416</b>	<b>(0,4)</b>	<b>59.347,6</b>	<b>61.059,6</b>	<b>2,9</b>
<b>NORTE/NORDESTE</b>	<b>9.924,5</b>	<b>9.928,4</b>	<b>0,0</b>	<b>1.671</b>	<b>1.557</b>	<b>(6,8)</b>	<b>16.585,8</b>	<b>15.456,3</b>	<b>(6,8)</b>
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>37.477,5</b>	<b>37.717,0</b>	<b>0,6</b>	<b>3.395</b>	<b>3.322</b>	<b>(2,2)</b>	<b>127.234,6</b>	<b>125.289,8</b>	<b>(1,5)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>47.402,0</b>	<b>47.645,5</b>	<b>0,5</b>	<b>3.034</b>	<b>2.954</b>	<b>(2,6)</b>	<b>143.820,4</b>	<b>140.746,1</b>	<b>(2,1)</b>

Fonte: (CONAB, 2008h).

(\*) Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, trigo e triticale.

da produção regional. Com a manutenção da produtividade média, a produção deverá recuar 3,5%, atingindo 1,3 milhão de toneladas.

Contribuindo negativamente para a redução da área destinada ao plantio de algodão, podemos mencionar a alta no preço dos insumos (efeito da desvalorização do real frente ao dólar) e a concorrência com a soja, que na fase do plantio apresentava preços e custos de implantação mais favoráveis.

As previsões para o cenário internacional não se confirmaram de acordo com análise realizada na Conjuntura Econômica n. 17, devido aos efeitos da crise financeira norte-americana.

A previsão de alta de preços foi revista para baixo, acompanhando as quedas nos mercados futuros. O International Cotton Advisory Committee (ICAC) rebaixou a projeção de preço médio do algodão em pluma (Índice A do Cotton Outlook) para US\$ 79 cents/lb, ante US\$ 82 cents/lb previsto em setembro de 2008. Os contratos futuros da Bolsa de Nova York (NYBOT) vinham apresentando curva ascendente até julho de 2008, decrescendo a partir de então e de forma acelerada com a crise norte-americana. Os contratos com vencimentos em maio, julho e dezembro de 2009 decresceram em um mês 18,8%, 18,6 e 16,6%<sup>15</sup>, respectivamente. Apesar disso, a valorização do dólar trouxe alívio para os exportadores brasileiros, que poderão garantir uma melhor remuneração, dependen-

15 Valores referentes a 09/04/2008.

**Tabela 17 – Algodão em Carço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
<b>NORTE</b>	1,6	1,6	0,0	3.750	3.750	0,0	6,0	6,0	0,0
<b>NORDESTE</b>	373,6	360,9	(3,4)	3.666	3.662	(0,1)	1369,5	1321,5	(3,5)
Maranhão	12,3	11,2	(8,9)	3.748	3.750	0,1	46,1	42,0	(8,9)
Piauí	14,6	10,9	(25,3)	3.397	3.404	0,2	49,6	37,1	(25,2)
Ceará	4,5	4,5	0,0	756	756	0,0	3,4	3,4	0,0
Rio Grande do Norte	7,9	7,9	0,0	772	772	0,0	6,1	6,1	0,0
Paraíba	4,0	4,0	0,0	825	825	0,0	3,3	3,3	0,0
Pernambuco	3,1	3,1	0,0	774	774	0,0	2,4	2,4	0,0
Alagoas	11,6	11,6	0,0	353	353	0,0	4,1	4,1	0,0
Bahia	315,6	307,7	(2,5)	3.975	3.975	0,0	1.254,5	1.223,1	(2,5)
<b>CENTRO-OESTE</b>	658,4	543,0	(17,5)	3.918	3.919	0,0	2.579,5	2.128,0	(17,5)
<b>SUDESTE</b>	37,3	31,7	(15,0)	3.609	3.397	(5,9)	134,6	107,7	(20,0)
<b>SUL</b>	6,5	5,2	(20,0)	2.662	2.654	(0,3)	17,3	13,8	(20,2)
<b>NORTE/NORDESTE</b>	375,2	362,5	(3,4)	3.666	3.662	(0,1)	1375,5	1327,5	(3,5)
<b>CENTRO-SUL</b>	702,2	579,9	(17,4)	3.890	3.879	(0,3)	2731,4	2249,5	(17,6)
<b>BRASIL</b>	1.077,4	942,5	(12,5)	3.812	3.795	(0,4)	4106,9	3577,1	(12,9)

Fonte: (CONAB, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

do, porém, do aprofundamento da recessão em curso nos EUA, Europa e parte da Ásia.

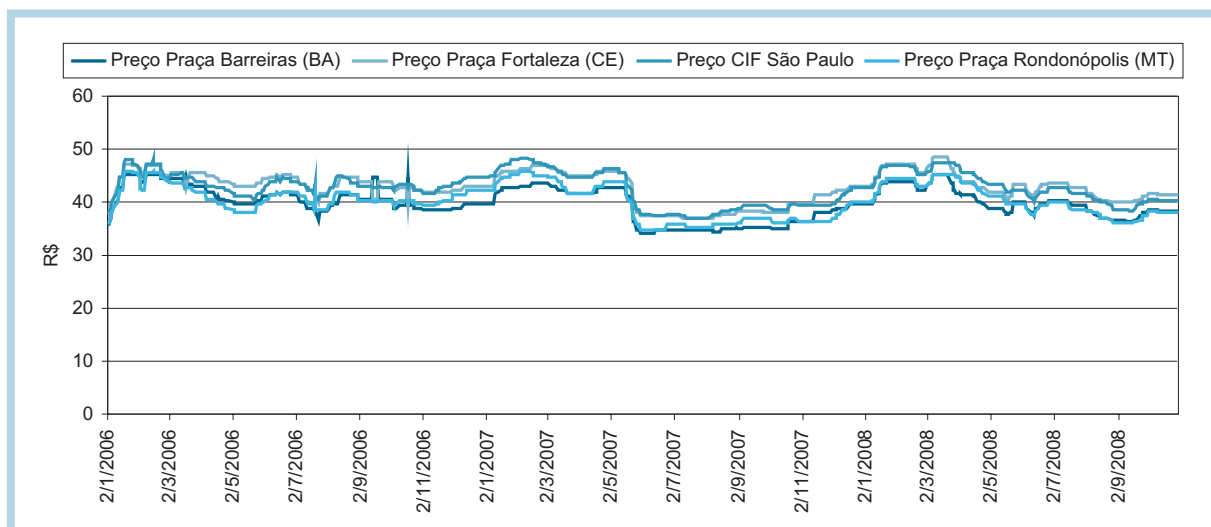
O mercado interno tem apresentado preços mais estáveis, devido à relutância dos produtores em vender, inclusive elevando os valores de suas ofertas e focando apenas no cumprimento de contratos antecipados. Houve, também, a intensificação da venda de pluma com diferencial de qualidade, o que ajudou a segurar os preços. Esse comportamento pode ter como base o relatório do USAD para a safra 2007/2008, com a produção mundial estimada em 24,4 milhões de toneladas, enquanto o consumo alcançou 26,9 milhões de toneladas. A cotação da arroba da pluma de algodão chegou a R\$ 40,34 em São Paulo, assinalando elevação de 2,5% no ano e 0,8% no mês. Em Barreiras (BA), a arroba do algodão estava cotada em R\$ 38,36 (0,9% superior à do mês anterior) e em Fortaleza a R\$ 41,34 (0,8% superior à do mês anterior)<sup>16</sup> (Gráfico 17).

## Feijão

A alta dos preços do feijão verificada no último trimestre de 2007, alcançando 205% em São Paulo e 343,9% na Bahia (BNB, 2008) animou os produtores, repercutindo no aumento da área destinada ao plantio da primeira safra de feijão no país. Com o plantio em andamento no Centro-Sul (out./nov.) e no Norte-Nordeste (nov./dez.), a expectativa é de que a área destinada ao plantio cresça 8,4% em relação à safra 2007/2008, sendo cultivado em 1,4 milhão de hectares. A melhoria das condições climáticas do Centro-Sul tende a elevar a produtividade, conduzindo a uma produção de 1,4 milhão de toneladas, 13,3% superior à safra anterior (Tabela 18).

Nessa 1ª safra de feijão, o Nordeste produz apenas na Bahia, no Maranhão e no Piauí. Apesar da elevação do preço do feijão verificada em 2007, o elevado custo de produção e a preocupação com os riscos climáticos moderaram as

<sup>16</sup> Valores referentes a 28/10/2008.



**Gráfico 17 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), São Paulo (CIF) e Rondonópolis (MT), de janeiro/2006 a outubro/2008**

Fonte: (CMA, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 18 – Feijão 1ª Safra. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009**

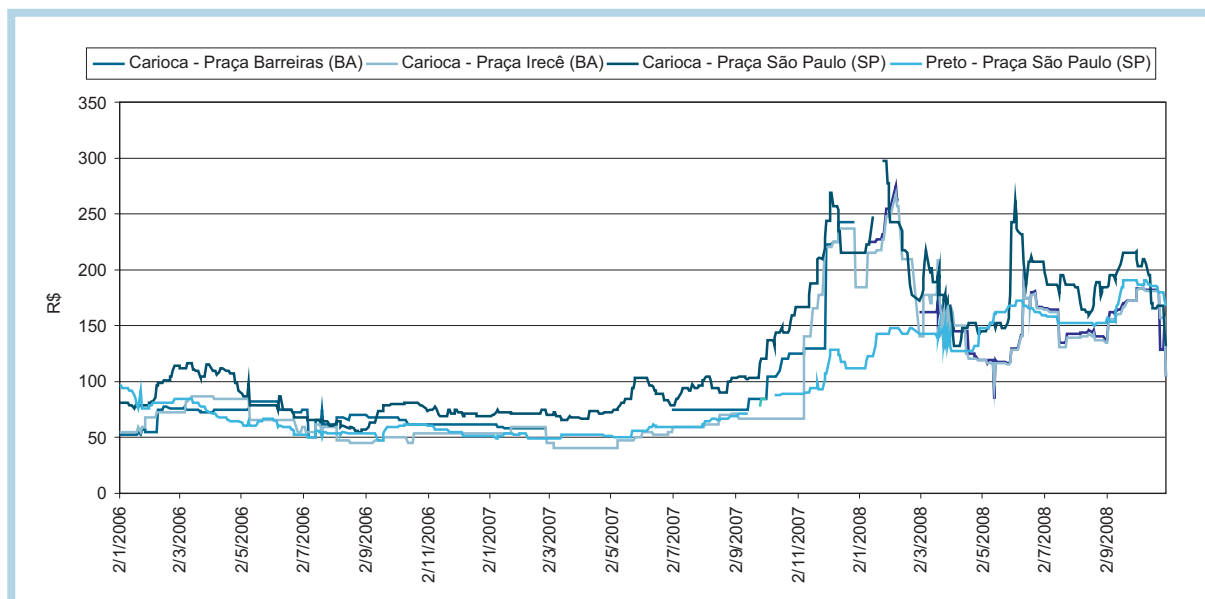
Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
<b>NORTE</b>	4,9	4,9	0,0	531	571	7,7	2,6	2,8	7,7
<b>NORDESTE</b>	537,3	544,0	1,2	349	352	1,1	187,3	191,7	2,3
Maranhão	38,6	38,6	0,0	389	391	0,7	15,0	15,1	0,7
Piauí	231,9	231,9	0,0	263	266	1,1	61,0	61,7	1,1
Bahia	266,8	273,5	2,5	417	420	0,7	111,3	114,9	3,2
<b>CENTRO-OESTE</b>	58,9	64,8	10,0	1.924	1.809	(6,0)	113,3	117,2	3,4
<b>SUDESTE</b>	274,1	295,9	8,0	1.127	1.202	6,7	308,9	355,8	15,2
<b>SUL</b>	438,3	514,6	17,4	1.440	1.439	(0,1)	631,2	740,7	17,3
<b>NORTE/NORDESTE</b>	542,2	548,9	1,2	350	354	1,2	189,9	194,5	2,4
<b>CENTRO-SUL</b>	771,3	875,4	13,5	1.366	1.387	1,5	1.053,4	1.213,8	15,2
<b>BRASIL</b>	1.313,4	1.244,3	(5,3)	947	1.132	19,6	1.243,3	1.408,3	13,3

Fonte: (CONAB, 2008d).

expectativas dos produtores, que sinalizam para um aumento de área plantada em apenas 1,2%, totalizando 544 mil hectares. Essa preocupação está consubstanciada na estiagem que assola os estados produtores durante o período de plantio. O volume produzido aponta para um incremento de 2,3%, produzindo-se na região aproximadamente 191,7 mil toneladas de feijão na 1ª safra 2008/2009. Com relação à 2ª e à 3ª safras (os demais estados nordestinos concentram sua produção na 2ª safra), que deverão ser plantadas

em março e junho, respectivamente, ainda é cedo para projeções confiáveis.

Os preços internos do feijão carioca tipo 1 continuaram apresentando fortes oscilações no segundo semestre (Gráfico 18). Na principal praça de comercialização do feijão no país, a Bolsinha de Cereais de São Paulo, a oferta foi bem superior à demanda, o que provocou queda nos preços. O feijão carioca tipo 1 em São Paulo teve queda de 38,4% em um mês e de 16,7% em um ano, sendo comercializado a R\$ 132,50 a saca de 60 kg, en-



**Gráfico 18 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2006 a outubro/2008**

Fonte: (CMA, 2008).

quanto o feijão preto teve queda de 11,8% em um mês, sendo comercializado a R\$ 167,50 a saca de 60 kg. Esse comportamento tem afetado também as regiões produtoras, com recuo de preços em Barreiras (BA) de 39,3% (R\$ 105,00) e em Irecê (BA) de 39,4% (R\$ 104,50) (Gráfico 18)<sup>17</sup>.

A redução expressiva na demanda pelos varejistas é explicada em parte pela valorização do dólar, decorrente da crise norte-americana, e pela reduzida demanda do produto no final do ano. No caso do feijão preto, ao contrário, a valorização do dólar poderá limitar a entrada do produto importado, beneficiando os produtores nacionais.

### Milho

A expectativa de elevação nos preços internacionais do milho prevista na Conjuntura Econômica n. 17 não se confirmou, devido à crise econômica internacional, fator que, aliado ao elevado custo de produção, contribuiu para a re-

dução na área destinada ao plantio desse grão no país para a safra 2008/2009, que começou a ser plantada em setembro no Centro-Sul e em dezembro no Norte-Nordeste. A área estimada para o plantio do milho deve aproximar-se dos 14,6 milhões de hectares, redução de 1,5% em relação à safra 2007/2008. As condições climáticas desfavoráveis nas principais regiões de plantio deverão provocar uma redução também na quantidade produzida, que deverá se situar em 54,8 milhões de toneladas, 6,6% inferior à safra de referência (Tabela 19).

A região Nordeste concentra sua produção na 1ª safra (apenas a Bahia produz uma pequena parte na 2ª safra). Nessa região, o plantio começa em dezembro e se estende até abril, fato que torna precipitada uma projeção. Tomando-se por base, no entanto, a estiagem já verificada na Bahia, no Ceará e no Piauí, a Conab (2008h) estima uma redução em torno de 11,4% na produção

<sup>17</sup> Valores referentes a 29/10/2008.



**Tabela 19 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
<b>NORTE</b>	571,2	571,2	0,0	2.404	2.225	(7,4)	1372,9	1270,9	(7,4)
<b>NORDESTE</b>	3.003,2	3.003,2	0,0	1.453	1.288	(11,4)	4.365,0	3.867,3	(11,4)
Maranhão	353,3	353,3	0,0	1.388	1.234	(11,1)	490,4	436,0	(11,1)
Piauí	290,9	290,9	0,0	1.110	890	(19,8)	322,9	258,9	(19,8)
Ceará	694,2	694,2	0,0	1.084	853	(21,3)	752,5	592,2	(21,3)
Rio Grande do Norte	89,4	89,4	0,0	729	635	(12,9)	65,2	56,8	(12,9)
Paraíba	193,0	193,0	0,0	666	540	(18,9)	128,5	104,2	(18,9)
Pernambuco	304,2	304,2	0,0	610	563	(7,7)	185,6	171,3	(7,7)
Alagoas	83,0	83,0	0,0	651	667	2,6	54,0	55,4	2,6
Sergipe	164,0	164,0	0,0	2.435	1.980	(18,7)	399,3	324,7	(18,7)
Bahia	831,2	831,2	0,0	2.366	2.247	(5,0)	1.966,6	1.867,8	(5,0)
<b>CENTRO-OESTE</b>	3.774,7	3.656,5	(3,1)	4.421	4.086	(7,6)	16.686,3	14.939,3	(10,5)
<b>SUDESTE</b>	2.351,1	2.326,0	(1,1)	4.568	4.653	1,9	10.739,0	10.822,3	0,8
<b>SUL</b>	5.086,2	5.006,6	(1,6)	4.872	4.767	(2,2)	24.780,0	23.864,2	(3,7)
<b>NORTE/NORDESTE</b>	3.574,4	3.574,4	0,0	1.605	1.438	(10,4)	5.737,3	5.138,2	(10,4)
<b>CENTRO-SUL</b>	11.212,0	10.989,1	(2,0)	4.717	4.516	(4,3)	52.884,8	49.625,8	(6,2)
<b>BRASIL</b>	14.786,4	14.563,5	(1,5)	3.965	3.760	(5,2)	58.622,1	54.764,0	(6,6)

Fonte: (CONAB, 2008f).

nordestina, que deverá limitar-se a 3,9 milhões de toneladas.

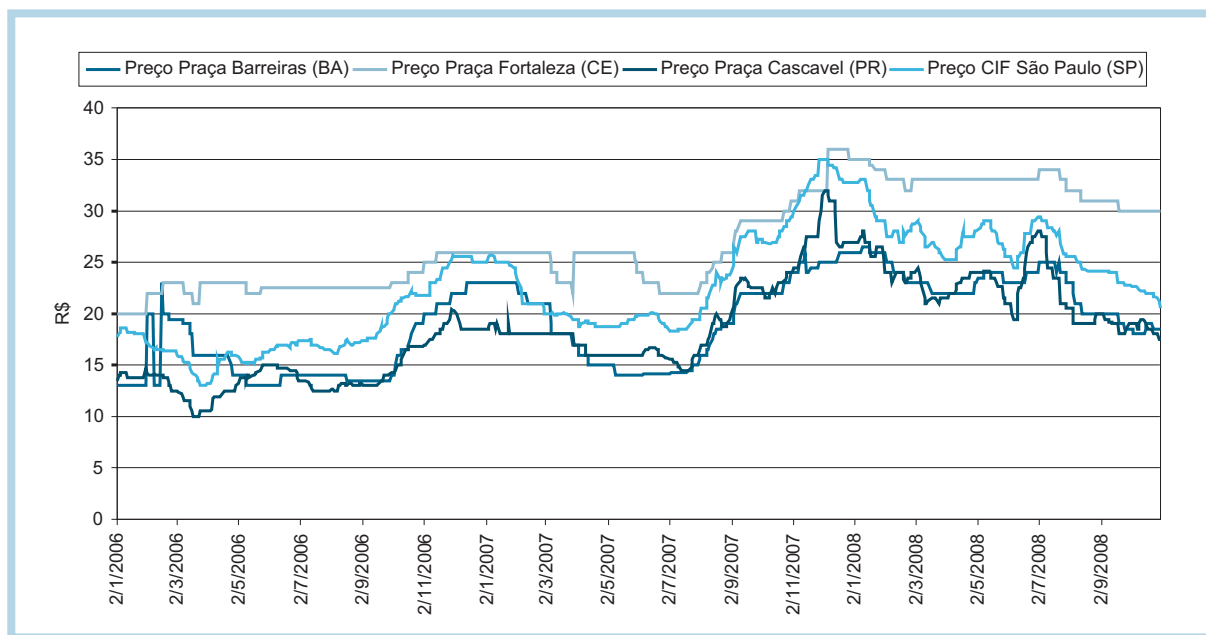
A expectativa de aumento das exportações do milho não se concretizou, devido à baixa aceitação pelo mercado externo, ocasionada em parte pela crise internacional. Em decorrência disso, os estoques se acumularam no mercado interno, o que, somado à maior produção em relação à demanda, ocasionou quedas nos preços dessa *commodity*. Em um mês, os preços da saca de 60kg do milho sofreram redução de 7,9% em Cascavel (PR) e 10,1% em São Paulo (preço CIF)<sup>18</sup>, cotados a R\$ 17,50 e R\$ 20,50, respectivamente. Já em Barreiras (BA) e Fortaleza os preços se mantiveram estáveis, cotados a R\$ 18,50 e R\$ 30,00, respectivamente. No acumulado do ano, os recuos se situaram em 28,8% em Barreiras (BA), 14,3% em Fortaleza, 35,2% em Cascavel (PR) e 37,5% em São Paulo (preço CIF). Em consequência desses fatores, os produtores estão receosos, o que tem projetado menor área plantada para a próxima safra (Gráfico 19).

No cenário global, o mercado do milho acompanhou o desenrolar da crise internacional, com queda nos preços dos contratos futuros, apesar de se esperar menor safra em 2008/2009 nos Estados Unidos e na Argentina. Na Bolsa de Chicago (CBOT), os contratos com vencimentos em maio e julho de 2009 sofreram queda de 14,8% e 14,5% em um mês. Apesar disso, ainda se observam ganhos quando comparados os preços de 2008 com os do mesmo período de 2007 (posição de 29/10/2008), de 3,2% e 4,8%, para os contratos com vencimentos em maio e julho de 2009, respectivamente.

## Soja

A queda dos preços internacionais da soja devido à crise econômica internacional, que também elevou o preço dos insumos e restringiu o crédito aos produtores, deverá conduzir à redução aproximada de 0,4% na área plantada com soja na safra 2008/2009, destinando-se 21,2 milhões de hectares. A elevação do preço dos insumos deverá provocar a diminuição no uso de defensivos agrí-

<sup>18</sup> Valores referentes a 29/10/2008.



**Gráfico 19 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2006 a outubro/2008**

Fonte: (CMA, 2008).

colas, reduzindo-se a quantidade produzida para 58,8 milhões de toneladas, 1,9% inferior à safra 2007/2008 (Tabela 20).

A área destinada ao plantio no Nordeste deverá seguir a tendência nacional, sendo produzida em 1,6 milhão de hectares, com redução média de 0,6%. As condições climáticas desfavoráveis, aliadas às condições nacionais já citadas, deverão reduzir a produção regional de forma mais acentuada (-9,4%), a qual deverá limitar-se a 4,4 milhões de toneladas.

Os preços internos da soja, que vinham se recuperando no primeiro semestre de 2008, voltaram a decrescer a partir do agravamento da crise internacional e da forte oscilação do câmbio brasileiro. Em um mês (de setembro a outubro de 2008), o índice Cepea/Esalq recuou 3,1%. Em Barreiras (BA), queda de 10%, em Balsas (MA), 9,8% e em Sorriso (MT), 8,3%. Esses resultados têm acarretado a redução dos ganhos que os

produtores vinham acumulando. Em um ano, o preço da saca de 60 kg da soja elevou-se 2,9% em Barreiras, 4,5% em Balsas, 6,7% em Sorriso (MT) e 9,9% do índice Cepea/Esalq, alcançando R\$ 36,00, R\$ 37,00, R\$ 36,50 e R\$ 44,63, respectivamente<sup>19</sup> (Gráfico 20).

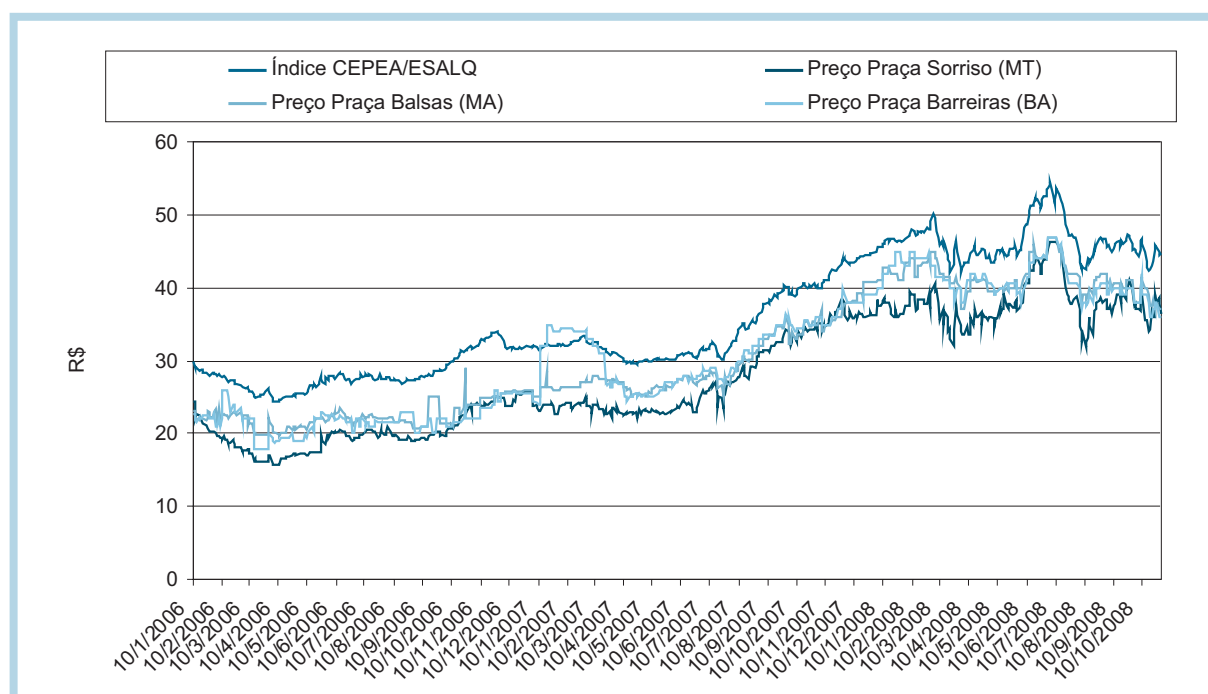
Algumas ações implementadas pelo governo norte-americano afetaram positivamente os preços do grão. Entretanto, após a divulgação da nova safra nos Estados Unidos e diante da crise internacional, os preços na Bolsa de Chicago (CBOT) voltaram a recuar. Os contratos futuros para a soja na CBOT com vencimentos para maio, julho, agosto e setembro de 2009 sofreram queda de preços de 40% de julho a outubro de 2008, em média. Esses contratos acumulam perdas significativas desde o seu lançamento na CBOT, com exceção do contrato com vencimento em julho de 2009, cujos compradores acumulam ganhos de 25,7%.

<sup>19</sup> Valores referentes a 29/10/2008.

**Tabela 20 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
<b>NORTE</b>	517,5	517,5	0,0	2.845	2.794	(1,8)	1472,3	1446,0	(1,8)
<b>NORDESTE</b>	1580,1	1570,1	(0,6)	3.057	2.787	(8,8)	4829,7	4376,3	(9,4)
Maranhão	421,5	415,2	(1,5)	2.996	2.890	(3,5)	1262,8	1199,9	(5,0)
Piauí	253,6	252,9	(0,3)	3.231	2.930	(9,3)	819,3	741,1	(9,5)
Bahia	905,0	901,9	(0,3)	3.036	2.700	(11,1)	2747,6	2435,2	(11,4)
<b>CENTRO-OESTE</b>	9634,8	9443,3	(2,0)	3.022	2.939	(2,7)	29114,0	27752,3	(4,7)
<b>SUDESTE</b>	1396,0	1428,4	2,3	2.853	2.841	(0,4)	3983,4	4058,3	1,9
<b>SUL</b>	8184,7	8275,6	1,1	2.519	2.565	1,8	20618,0	21223,3	2,9
<b>NORTE/NORDESTE</b>	2.097,6	2.087,6	(0,5)	3.004	2.789	(7,2)	6.302,0	5.822,3	(7,6)
<b>CENTRO-SUL</b>	19.215,5	19.147,4	(0,4)	2.795	2.770	(0,9)	53.715,4	53.034,0	(1,3)
<b>BRASIL</b>	21.313,0	21.235,0	(0,4)	2.816	2.772	(1,6)	60.017,4	58.856,3	(1,9)

Fonte: (CONAB, 2008h).



**Gráfico 20 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2006 a outubro/2008**

Fonte: (CMA, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

## Café

Assim como ocorreu com outras *commodities*, o café tem apresentado retração nos preços, principalmente influenciada pela crise internacional. Os contratos futuros do café arábica com vencimento em março de 2009 reduziram 13% em um mês (de setembro a outubro de 2008) e 15,7%

em um ano. Desde quando alcançou seu valor máximo, em fevereiro de 2008, esses contratos já se desvalorizaram 34,1%, alcançando US\$ 117,1 cents/lb na Bolsa de Nova York (NYBOT). Contratos com vencimentos posteriores apresentaram quedas menos acentuadas, o que poderia ser interpretado como uma sinalização de que os

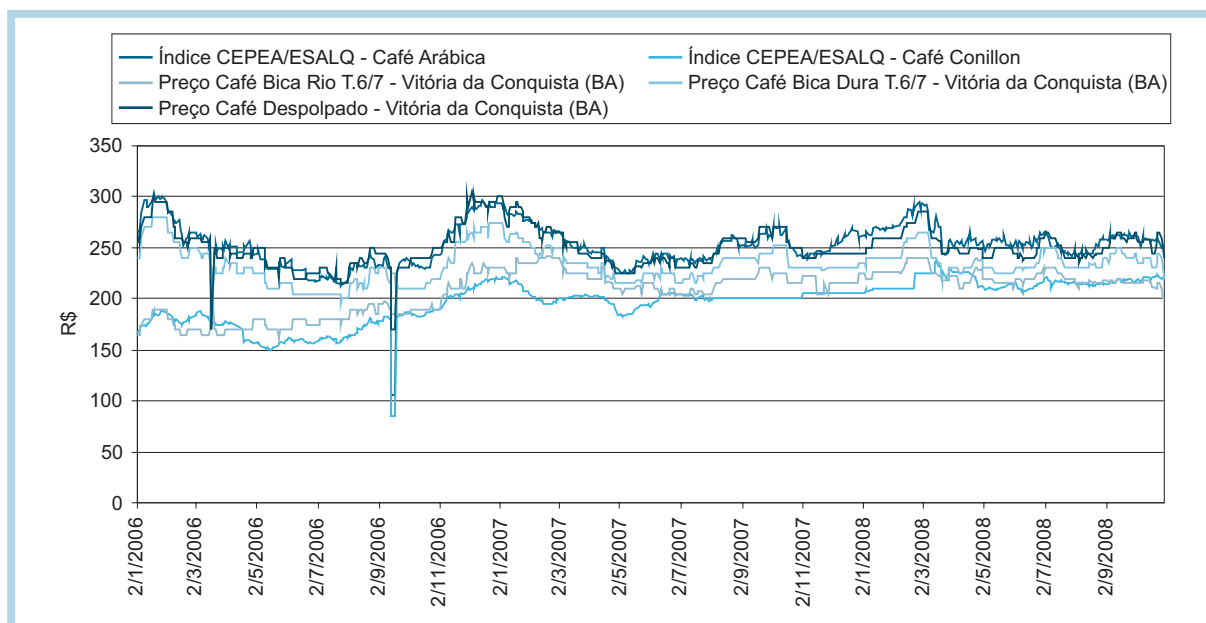
investidores acreditam em uma recuperação do setor no médio prazo.

No mercado interno, o comportamento dos preços segue a tendência mundial, porém com quedas menos acentuadas. Em outubro de 2008, o índice Cepea/Esalq para o café arábica foi cotado a R\$ 254,16 a saca de 60 kg, registrando queda de 3% em comparação com o mês anterior, sendo, porém, 4,9% superior ao de igual período de 2007. O índice para o café conillon está cotado a R\$ 220,67 a saca de 60 kg, com alta de 2,1% em relação ao mês anterior e 9,8% superior ao ano de 2007. Em Vitória da Conquista (BA), os preços chegaram a R\$ 210,00 para o café Bica Rio T.6/7 (queda de 7% em relação a 2007), R\$ 230,00 para o café Bica Dura T.6/7 (queda de 4,3%) e R\$ 250,00 para o café despulpado (queda de 4%)<sup>20</sup> (Gráfico 21).

## Mamona

A área brasileira destinada ao plantio da mamona para a safra 2008/2009 deverá aumentar 5,1%, sendo cultivados 171 mil hectares, fruto principalmente do aumento de 6,5% da área plantada na Bahia, que representa 76,6% da produção nacional. Esse fato, aliado à tendência de significativa melhoria na produtividade cearense, deverá conduzir à produção de 137,1 mil toneladas, 11,1% superior à safra 2007/2008 (Tabela 21).

Apesar das especulações quanto à viabilidade do uso da mamona para a produção de biocombustível, o mercado desse produto encontra-se aquecido. O preço da mamona pago ao produtor em Irecê (BA) estava cotado a R\$ 78,00 a saca de 60 kg de bagas na última semana de setembro e na primeira de outubro de 2008, superior em 30% em relação ao mês anterior. No atacado, o



**Gráfico 21 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2006 a outubro/2008.**

Fonte: (CMA, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

<sup>20</sup> Valores referentes a 29/10/2008.

**Tabela 21 – Mamona. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
<b>NORDESTE</b>	<b>155,9</b>	<b>163,9</b>	<b>5,1</b>	<b>728</b>	<b>774</b>	<b>6,3</b>	<b>113,5</b>	<b>126,8</b>	<b>11,7</b>
Piauí	2,7	2,7	0,0	407	407	0,0	1,1	1,1	0,0
Ceará	26,4	26,4	0,0	432	621	43,9	11,4	16,4	43,9
Rio Grande do Norte	0,1	0,1	0,0	1.000	1.000	0,0	0,1	0,1	0,0
Pernambuco	3,7	3,7	0,0	432	514	18,8	1,6	1,9	18,8
Bahia	123,0	131,0	6,5	807	819	1,5	99,3	107,3	8,1
<b>SUDESTE</b>	<b>6,8</b>	<b>7,1</b>	<b>4,4</b>	<b>1.456</b>	<b>1.451</b>	<b>(0,4)</b>	<b>9,9</b>	<b>10,3</b>	<b>4,0</b>
<b>SUL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>NORTE/NORDESTE</b>	<b>155,9</b>	<b>163,9</b>	<b>5,1</b>	<b>728</b>	<b>774</b>	<b>6,3</b>	<b>113,5</b>	<b>126,8</b>	<b>11,7</b>
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>6,8</b>	<b>7,1</b>	<b>4,4</b>	<b>1.456</b>	<b>1.451</b>	<b>(0,4)</b>	<b>9,9</b>	<b>10,3</b>	<b>4,0</b>
<b>BRASIL</b>	<b>162,7</b>	<b>171,0</b>	<b>5,1</b>	<b>758</b>	<b>802</b>	<b>5,7</b>	<b>123,4</b>	<b>137,1</b>	<b>11,1</b>

Fonte: (CONAB, 2008e).

preço encontra-se no patamar de R\$ 80,00, com alta de 16% em relação ao praticado no mesmo período de 2007 e 29% comparativamente ao praticado no mês anterior. No mercado internacional, a tonelada do óleo de mamona estava cotada a US\$ 1.870,00 em Roterdã, na Holanda, 45,5% superior em relação a 2007.

### Cana-de-açúcar

Com a proximidade da colheita no Nordeste e a quase conclusão da colheita no Sudeste, já é possível uma revisão da tendência de produção da cana-de-açúcar no país para a safra 2008. Segundo a Conab (2008b), a produção foi estimada em 710,3 milhões de toneladas, 27% superior à safra 2007. Desse volume produzido, aproximadamente 240,9 milhões de toneladas (33,9%) destinar-se-ão à produção de açúcar, 317,8 milhões de toneladas (44,7%) irão para a produção de álcool e o restante (151,5 milhões de toneladas) usado na fabricação de cachaça e alimentação animal, sementes e outros fins. A área destinada ao plantio deverá experimentar um incremento de 26,9% em relação à safra 2007, atingindo 9 milhões de hectares.

A área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar no Nordeste deverá crescer 6,7%, atingindo 1,3 milhão de hectares. O ótimo comportamento do regime pluviométrico nordestino, principalmente em Alagoas, Paraíba e Pernambuco (que concentram 76,1% da área plantada regional), contribuiu para um crescimento vegetativo adequado, elevando a produtividade média regional e, conseqüentemente, a produção, que deverá atingir 83,4 milhões de toneladas, 11,9% superior à safra 2007. Desse total, 38,4 milhões de toneladas (46%) destinar-se-ão à produção de açúcar, 31,5 milhões de toneladas (37,8%) irão para a produção de álcool e 13,5 milhões (16,2%) para os demais derivados.

No tocante aos preços dos derivados da cana-de-açúcar, houve retração no segundo semestre de 2008. A colheita na região Centro-Sul e a crise financeira internacional pressionaram negativamente os preços desses derivados. O índice Cepea/Esalq para o açúcar cristal fechou outubro estável em relação ao mês anterior (-0,1%), em R\$ 31,00 a saca de 50 kg<sup>21</sup>. Em um ano, o índice acumulou ganho de 31,4%. Em relação aos preços do álcool, todas as praças apresen-

21 Com imposto, Posto Usina.

taram queda no período de um mês (setembro-outubro/2008): álcool anidro – índice Cepea/Esalq (-4,9% – R\$ 0,88/litro), Alagoas (-4,5% – R\$ 1,01/litro), Pernambuco (-4,5% – R\$ 1,01/litro); álcool hidratado, índice Cepea/Esalq

(-10,7% – R\$ 0,68/litro), Alagoas (-8,0% – R\$ 0,83/litro), Pernambuco (-8,5% – R\$ 0,83/litro). Apesar disto, comparativamente a um ano atrás, os preços estão ainda bastante atraentes.

### 3.4.3 - Pecuária

Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), as exportações brasileiras do produto bateram novo recorde em setembro de 2008, com receita de US\$ 533,2 milhões e incremento de 52% sobre o mesmo mês no ano anterior. No acumulado dos nove meses do ano, as exportações somaram US\$ 3,91 bilhões, excedendo em 22% o desempenho do mesmo período de 2007. Esse aumento se deve à variação positiva nos preços, uma vez que o volume exportado diminuiu de 1,22 milhão de toneladas, em 2007, para 1,02 milhão, em 2008 (ABIEC, 2008).

O setor exportador de produtos lácteos passa por dificuldades que poderão vir a comprometer o ní-

vel das exportações no futuro. Em outubro de 2008 houve recuo de 7,3% nos preços recebidos pelos pecuaristas pelo litro de leite, em comparação com o mês anterior. Na comparação com o desempenho de outubro de 2007, chega-se a uma perda de 18,9%. Isso se deve ao aumento da produção (15%) combinado com a redução na demanda de leite e seus derivados, devido à alta nos preços dos alimentos. Atualmente, os ganhos obtidos não conseguem cobrir os custos totais da atividade, mas apenas o custo operacional efetivo, que incorpora somente os gastos correntes, como, por exemplo, sal mineral, mão-de-obra e medicamentos, etc. (CNA, 2008b).

## REFERÊNCIAS

ABIEC. **Exportação de carne bateu recorde em setembro.** Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 6 nov. 2008.

ANFAVEA. **Carta da Anfavea**, set. 2008. Disponível em: <<http://www.anfavea.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**, out. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/depec/NITJ200810.xls>>. Acesso em: 27 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Sistema gerenciador de séries temporais (cesta básica Recife, Salvador, Fortaleza)**, out. 2008. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 27 out. 2008b.

BNB-ETENE. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários – SIGMAN**. Fortaleza: BNB, 2008.

BNB. **Revista Conjuntura Econômica**, Fortaleza, n. 15, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 6 nov. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Revista Conjuntura Econômica**, Fortaleza, n. 17, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/rce.aspx>>. Acesso em: 28 out. 2008b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: [2008]a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2008b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2008c.

CAGED. **Evolução de emprego do Caged**, set. 2008. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2008.

CEPEA; ESALQ. **Indicador de algodão**. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/09\\_setembro/Algodao.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/09_setembro/Algodao.htm)>. Acesso em: 28 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Indicador de café**. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/09\\_setembro/Cafe.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/09_setembro/Cafe.htm)>. Acesso em: 28 out. 2008b.

\_\_\_\_\_. **Indicador de milho**. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/09\\_setembro/Milho.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/09_setembro/Milho.htm)>. Acesso em: 28 out. 2008c.

\_\_\_\_\_. **Indicador de soja**. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/09\\_setembro/Soja.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2008/09_setembro/Soja.htm)>. Acesso em: 28 out. 2008d.

CEPEA. **Indicadores pecuários regionais**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

CMA – Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A. **Trading analysis information**. São Paulo: CMA, 2008.

CNA. **Agência CNA**. Brasília: CNA, 2008. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 6 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Indicadores rurais**, n. 90, set./out. 2008. Brasília: CNA, 2008. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2008b.

CONAB. **Conjuntura semanal: algodão**, 13-17 out. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura semanal: café**, 29 set.-03 out. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008b.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura semanal: cana-de-açúcar**, 20-24 out. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008c.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura semanal: feijão**, 13-17 out. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008d.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura semanal: mamona**, 29 set.-03 out. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008e.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura semanal: milho**, 13-17 out. 2008. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008f.

\_\_\_\_\_. **Segundo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**: ago. 2008. Brasília: Conab, 2008g.

\_\_\_\_\_. **Segundo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de grãos**: nov. 2008. Brasília: Conab, 2008h.

\_\_\_\_\_. **Terceira estimativa da safra brasileira de café 2008:** set. 2008. Brasília: Conab, 2008i.

DENATRAN – Sistema Renavan-bin. **Frota de veículos, por tipo e com placa, segundo as grandes regiões e unidades da federação,** ago. 2007. Disponível em: <<http://www2.cidades.gov.br/re-naest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=120>>. Acesso em: 27 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Frota de veículos, por tipo e com placa, segundo as grandes regiões e unidades da federação,** ago. 2008. Disponível em: <<http://www2.cidades.gov.br/re-naest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=120>>. Acesso em: 27 out. 2008b.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais. **Estudos e Perspectivas.** ano 4, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 5 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Mercado de trabalho na região metropolitana do Recife,** ago. 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedr-mr0808.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2008b.

\_\_\_\_\_. **Mercado de trabalho na região metropolitana do Salvador,** ago. 2008. Disponível em: <[http://www.dieese.org.br/ped/ssa/peds-sa\\_2008.xml#](http://www.dieese.org.br/ped/ssa/peds-sa_2008.xml#)>. Acesso em: 27 out. 2008c.

\_\_\_\_\_. **Preços continuam em queda em 14 capitais,** out. 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/racout08.xml#>>. Acesso em: 27 out. 2008d.

FGV; IBRE. **Índice de confiança da indústria:** sondagem da indústria de transformação. Set. 2008.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior,** ano XII, n. 9, set. 2008.

G. FILHO, E. **Dicionário de comércio exterior e câmbio.** São Paulo: Saraiva, 2004.

GLOBAL 21. **Brasil deve ultrapassar China na produção de celulose até 2012.** Disponível em: <<http://www.gobal21.com.br>>. Acesso em: 18 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Indústria de celulose fecha as portas na Europa e abre no Brasil.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 18 out. 2008b.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais,** abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa industrial mensal:** produção física, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2008b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa industrial mensal:** produção física, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008c.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de emprego,** ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2008d.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de emprego.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2008e.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** comércio. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008f.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2008b.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** INPC. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008c.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** IPCA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008d.

IEDI. **Crédito externo de exportações cai 19%.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 19 out. 2008a.



\_\_\_\_\_. Produtividade da indústria no primeiro semestre de 2008. **Carta IEDI**, n. 329. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 24 out. 2008b.

\_\_\_\_\_. **Produtividade da indústria no primeiro semestre de 2008**. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2008c.

INDI; FIEC. **Produtos do CE a caminho do varejo europeu**. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br>>. Acesso em: 6 out. 2008.

INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO DO VAREJO. **Conjuntura e comércio varejista**, out. 2008.

Disponível em: <<http://www.idv.org.br/conjuntura-ccv-texto.aspx?IdTextoCCV=369>>. Acesso em: 11 out. 2008.

SECEX; MDIC. Apud: FUNCEX. Estatística. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 14 out. 2008.

TENDÊNCIAS Setoriais: comércio varejista. São Paulo: Tendências Consultoria Integrada, out. 2008.

UOL. **Bolsa opera em forte alta, após perder 22,5 em cinco dias**. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>. Acesso em: 9 out. 2008.



# 4 - Emprego e Rendimento

## 4.1 - Brasil

As incertezas do cenário econômico mundial resultantes da crise do sistema financeiro americano sinalizam um momento de expectativa e cautela. Enquanto o quadro não se define, as oscilações das bolsas são constantes e a economia real sofre ameaças no mundo inteiro. Os esforços do governo americano para socorrer o mercado financeiro podem representar um sinal positivo, mas não parece ser tudo, uma vez que ainda não se conhecem a verdadeira dimensão da crise e suas possíveis implicações. Embora o Brasil se encontre hoje em situação mais confortável do que em anos anteriores, isso não significa que o país esteja imune à crise.

Com base nesse cenário, a previsão é de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro reduza o ritmo de crescimento em 2009, mas mantenha um patamar favorável em relação ao resto do mundo. Para 2008, o Banco Central mantém uma projeção de crescimento do PIB para 5%, superior à meta anteriormente estabelecida. Mesmo com previsão de desaceleração do ritmo de crescimento para o próximo ano, a posição do Banco Central continua otimista (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Conforme o CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2008a), a economia continua crescendo e o mercado de trabalho mantém-se aquecido. Os resultados apontam que, em termos absolutos, no acumulado dos últimos 12 meses, entre agosto de 2007 e 2008, fo-

ram criados 2.065.297 novos postos de trabalho com carteira assinada, superando os 1.377.440 obtidos no mesmo período anterior. O emprego continua apresentando resultados favoráveis em quase todos os setores, com destaque para serviços, indústria de transformação e comércio, que tiveram saldo líquido (admissões menos demissões) de 95.191, 54.576 e 54.159 empregos, respectivamente. O único setor que apresentou queda no volume de empregos foi a agropecuária, com redução de 4.995 vagas, provavelmente devido a fatores sazonais.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) também mostra resultados favoráveis em relação ao mercado de trabalho no mês de agosto. A taxa de desocupação estimada pela PME foi de 7,6%, ou seja, houve uma redução da taxa de desocupação de 0,5% (meio ponto porcentual) em relação a julho e de 1,9% (um ponto porcentual e nove décimos), no comparativo com agosto de 2007. A pesquisa aponta que em agosto deste ano foram criados aproximadamente 771.000 novos postos de trabalho nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife, dos quais 67,8% com carteira assinada (IBGE, 2008b).

Ainda segundo a PME, o rendimento real médio da população ocupada em agosto foi de R\$ 1.253,70, o que representa uma alta de 2,1%

em relação a julho e um crescimento de 5,7% na comparação com agosto de 2007. É importante registrar que o rendimento médio dos trabalhadores brasileiros continua crescendo estimulado pelo equilíbrio da economia até o momento. Não

se pode, contudo, assegurar a continuidade desse crescimento no próximo ano, quando os reflexos da crise sistêmica americana poderão, de fato, atingir a economia real brasileira.

## 4.2 - Nordeste

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, indica que o Nordeste contabilizou aproximadamente 6,2 milhões de empregos formais em 2006, representando 17,6% dos empregos formais do país<sup>1</sup>. Desses, pouco mais de um terço estava vinculado à administração pública (34,5%). Mas essa participação variava de 31,1%, no Ceará, a 46,7%, na Paraíba. Dentre os setores de atividade, destacaram-se: comércio varejista (13,4%); serviços relacionados com o turismo – alojamento e alimentação (7,4%); indústria de alimentos e bebidas (5,1%); e construção civil (5,1%). O setor agrícola respondeu por apenas 3,8% dos empregos formais. O setor de transformação, que envolve atividades que agregam maior valor aos produtos, detinha 13,6% dos empregos formais do Nordeste, percentual equivalente ao da região Norte; enquanto isso, no âmbito nacional, respondia, em 2006, por 18,8% dos empregos formais, proporção que chegava a 27,3% na região Sul. Bahia, Pernambuco e Ceará respondem por 62% dos empregos formais do Nordeste, com 27,2%, 18,8% e 16%, respectivamente.

Após essa breve apresentação de algumas características estruturais do mercado de trabalho

no Nordeste, vejamos os aspectos conjunturais mais recentes do emprego na região, considerando as principais fontes de pesquisa de emprego, destacando-se que as informações conjunturais devem ser analisadas pela ótica da estrutura do mercado de trabalho acima apresentada.

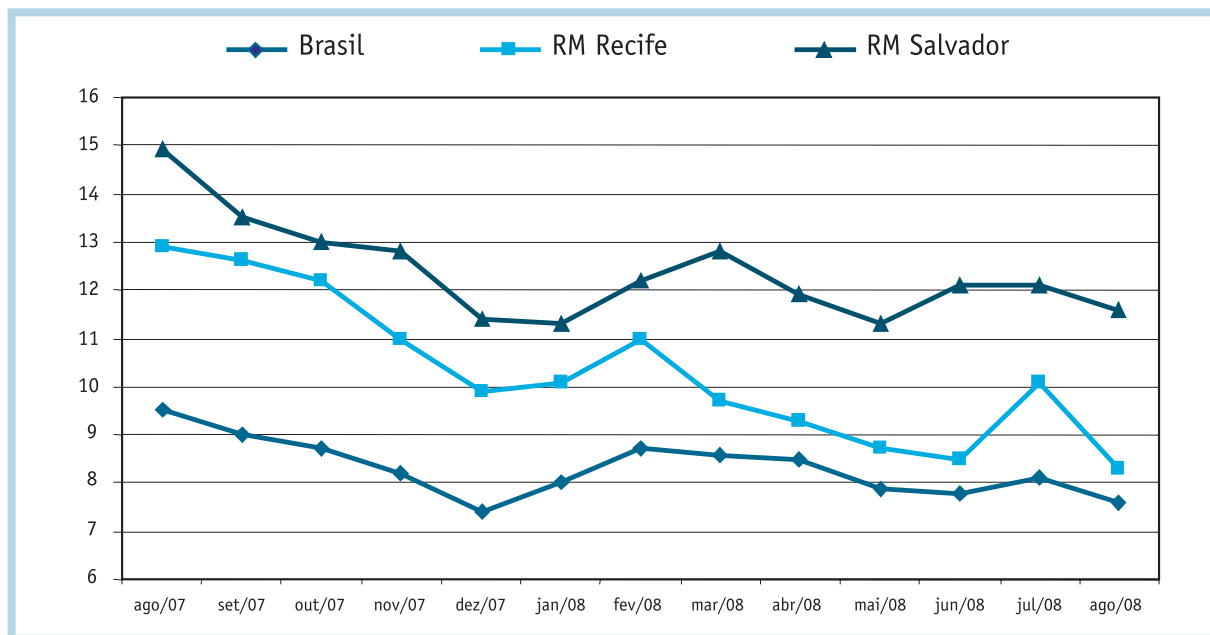
A PME estimou em 8,3% a taxa de desocupação<sup>2</sup>, referente a agosto de 2008, para a Região Metropolitana (RM) de Recife, a mais baixa desde 2002, tendo alcançado 12,9% em agosto de 2007. Para a RM de Salvador, a taxa de desocupação foi estimada em 11,6% contra 14,9% em agosto de 2007. Houve redução na taxa de desocupação para as seis regiões metropolitanas incluídas na PME. Para o Brasil, a taxa ficou em 7,6%, a menor da série histórica (Gráfico 1). O destaque ficou por conta dos trabalhadores por conta própria na RM de Recife, com alta anual do contingente estimada em 10,8%.

O CAGED registrou uma alta de 7,1% no estoque de empregos formais<sup>3</sup> no país entre agosto de 2007 e agosto de 2008, e um crescimento de apenas 5,7% no Nordeste. Entre os estados nordestinos, o destaque positivo ficou com o Maranhão (8,6%), especialmente no setor da construção

1 A RAIS é um registro administrativo do MTE, de periodicidade anual, com cobertura de 97% dos estabelecimentos formais do país. Suas características possibilitam o conhecimento da estrutura do mercado formal de trabalho no país. A última versão da RAIS reúne dados de 2006.

2 Desocupação, na metodologia da PME, diz respeito a pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos trinta dias anteriores ao da entrevista e que não exerceram trabalho nos últimos sete dias. Esse é o conceito de desemprego aberto.

3 Empregos com carteira assinada.



**Gráfico 1 – Taxa de Desocupação (%). Brasil, Recife e Salvador**

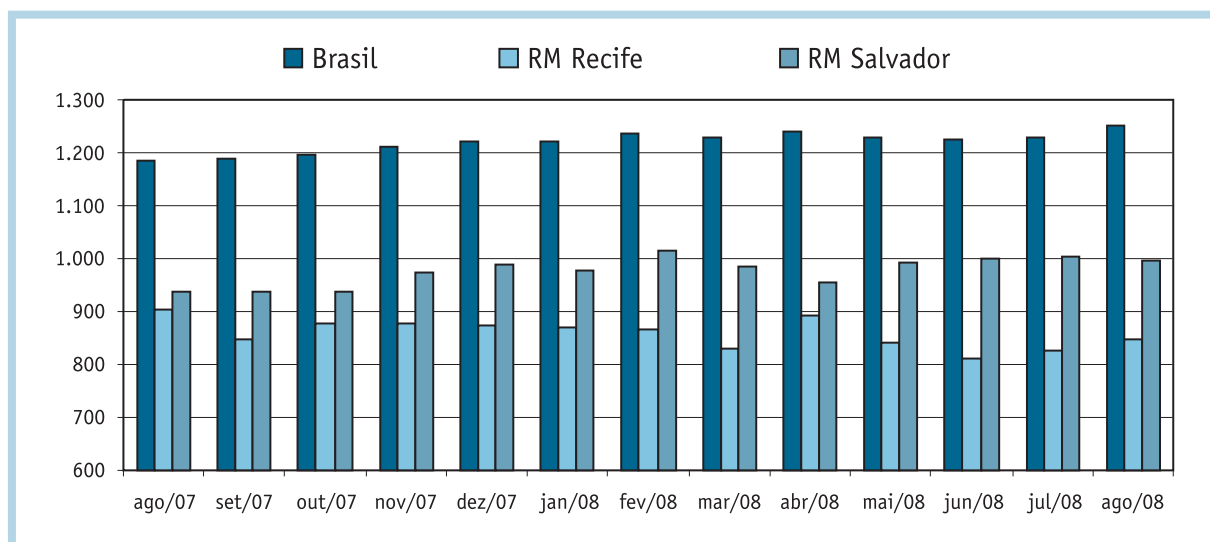
Fonte: (IBGE, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

civil (36,8%), enquanto que o destaque negativo ficou com Sergipe (-2,37%), especialmente no setor industrial de produção de alimentos e bebidas (-15,6%), sendo este o único estado nordestino com variação negativa.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), do IBGE, indicou que o emprego

formal na indústria<sup>4</sup> nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, entre agosto de 2007 e agosto de 2008, manteve-se praticamente estável. Para o Brasil, foi estimada alta de 3%.

Por fim, vale observar a comportamento do rendimento na região Nordeste, segundo a PME e a PIMES, com referência a agosto de 2008.



**Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$)**

Fonte: (IBGE, 2008b).

4 Empregos com carteira assinada na indústria.

De acordo com a PME, o rendimento médio real estimado, de R\$ 1.253,00, apresentou alta de 5,7%, em 12 meses, no conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas. Na RM de Recife, R\$ 846,00, queda de 6,5%. Na RM de Salvador, R\$ 997,00, alta de 6,5% (Gráfico 2). Segundo a PIMES, que considera os salários pagos na indústria, os valores reais médios cresceram no Ceará, 5,3%; em Pernambuco, 7,3%; e na Bahia, 8%. O crescimento nacional foi de 6,4%.

Segundo os dados acima apresentados, o emprego formal no Nordeste evoluiu 5,7%, um pouco

abaixo, porém, do ritmo médio nacional, de 7,1%, segundo o CAGED. No caso dos empregos na indústria, o Brasil também cresceu (3%) enquanto o Nordeste registrou 1%. Os números de desemprego indicam redução nas RMs de Recife e Salvador, mas registram patamares maiores do que a média nacional, segundo a PME e a PED. Quanto ao crescimento do rendimento do trabalho, a PME e a PIMES mostram números mais favoráveis ao Brasil, em relação ao Nordeste, com exceção dos bons números estimados para o estado da Bahia.

## REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2008/03/ri200803b3p.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2008..

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/Caged/estatistica/Textos/2008/Junho/Sumario.asp>>. Acesso em: 26 set. 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais**: referência 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em: 26 set. 2008b.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal de emprego e salário**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/default.shtm>>. Acesso em: 26 set. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de emprego**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm)>. Acesso em: 26 set. 2008b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: referência 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 26 set. 2008c.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 26 set. 2008d.

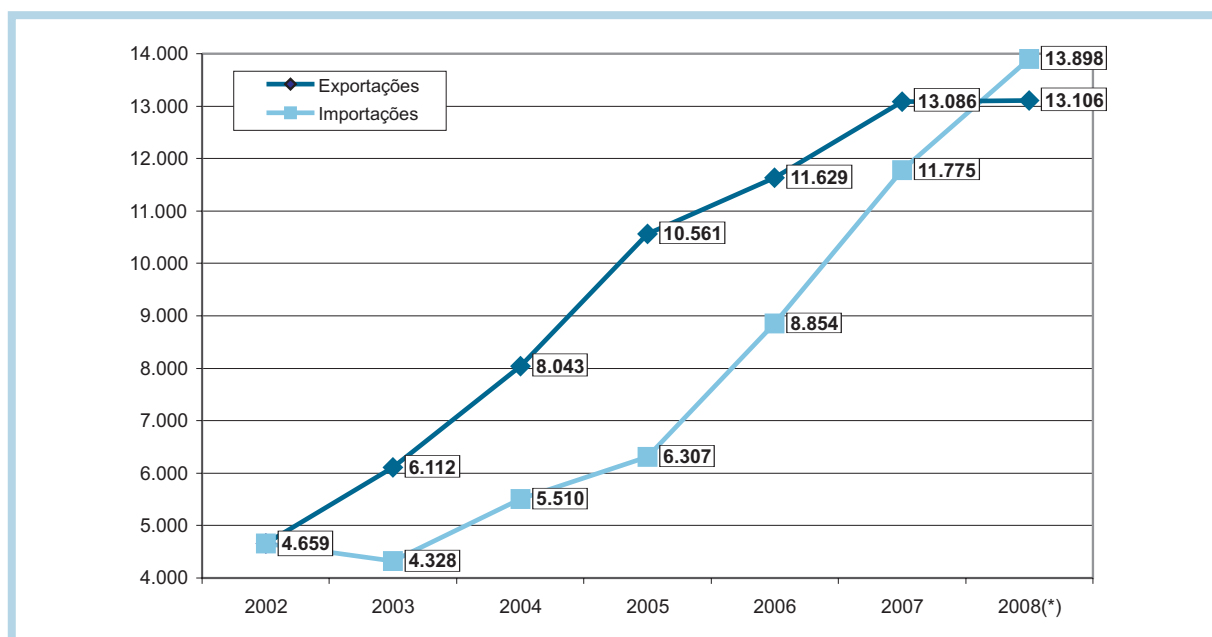
# 5 - Setor Externo

## 5.1 - Balança Comercial Nordestina

A balança comercial nordestina, que vinha apresentando superávits a partir de 2003, reverteu essa tendência. No período entre janeiro e outubro de 2008, as exportações regionais atingiram US\$ 13.106 milhões para importações de US\$ 13.898 milhões – implicando déficit de US\$ 791 milhões.

Esse resultado é fruto de crescimento tanto das compras como das vendas internacionais do Nordeste, observando-se taxas de expansão bem mais aceleradas das importações (Gráfico 1).

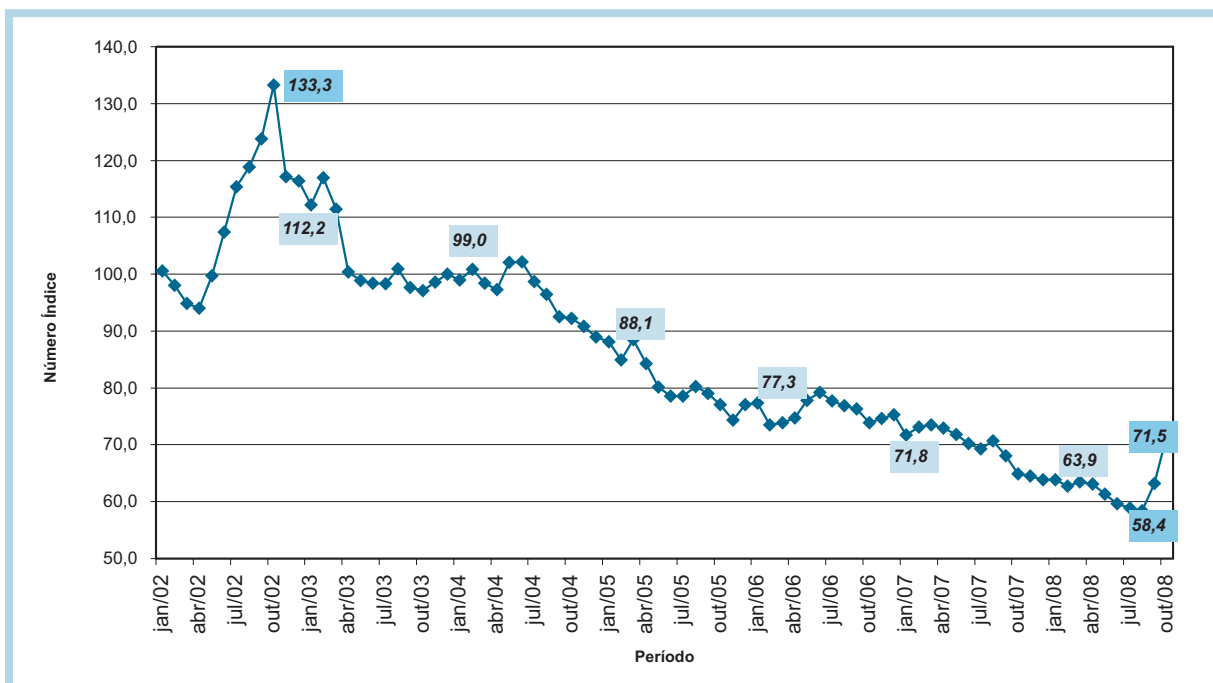
O incremento maior das importações do Nordeste ocorreu de forma mais acentuada a partir de 2005, quando a moeda nacional inicia um ciclo de apreciação contínua, correspondendo a menos de 90% do valor da taxa de dezembro de 2003 (Gráfico 2). Esse processo levou ao barateamento das importações e ao avanço das compras internacionais. Nos dez meses iniciais de 2008, quando comparados com o mesmo período de 2007, o aumento foi de 45%.



**Gráfico 01 – Nordeste. Exportações e Importações 2002 – 2008\* – US\$ (bilhões)**

Fonte: (BRASIL, 2008c)

(\*) Janeiro a Outubro.



**Gráfico 2 – Brasil. Índice de Taxa de Câmbio Real (Cesta de 13 Países)**

Fonte: (FUNCEX, 2008).

## 5.2 - Exportações

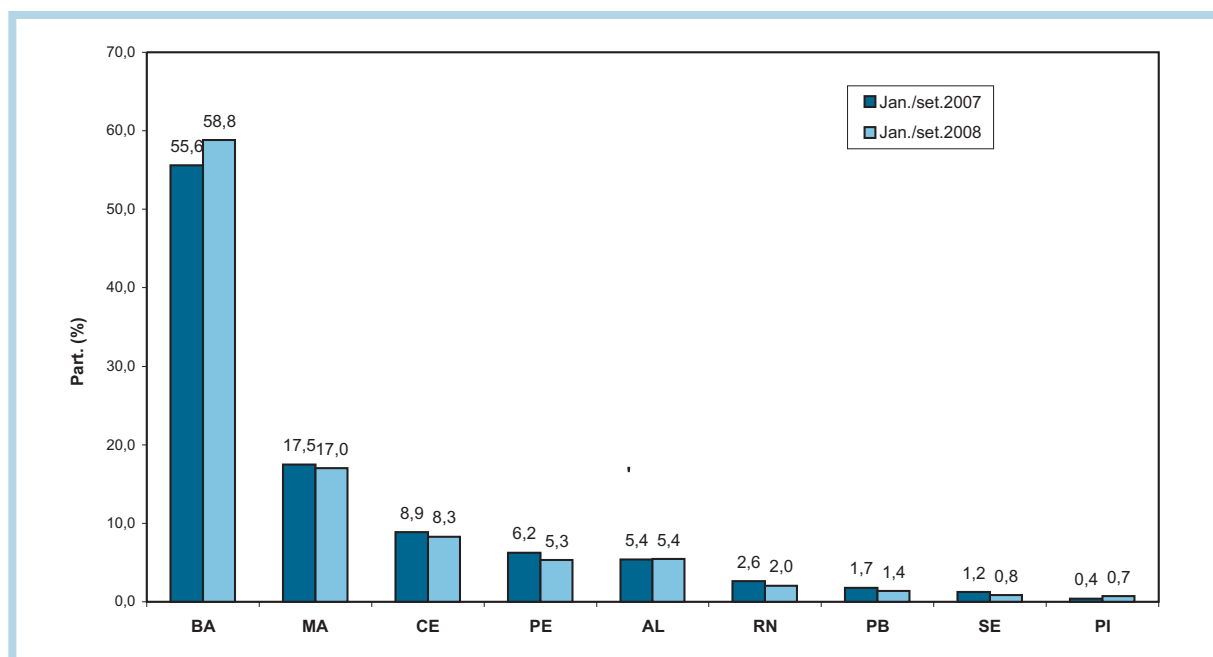
As exportações regionais cresceram 23,2% entre janeiro e setembro de 2008, concentrando-se preponderantemente em produtos industrializados (76,7%). Vale salientar nesse grupo a participação dos produtos semimanufaturados que respondem por 28% das exportações nordestinas (média entre 2002 e 2008). Em 2008, até outubro, participam com 34,3% da pauta contra 42,5% dos manufaturados e 21,5% dos básicos.

Tendo em vista a não ocorrência de mudanças estruturais recentes na matriz industrial regional, as exportações do Nordeste no período permanecem concentradas no segmento de insumos industriais (cerca de 55% do total), ou seja, o Nordeste ratifica no âmbito internacional o papel que também ocupa na matriz produtiva nacional: o de produtor de bens intermediários.

A análise das exportações nordestinas com maior nível de desagregação está disponível para o período entre janeiro e setembro de 2008. A distribuição espacial dos valores exportados mostra a Bahia como destaque, com 58,8% do total (Gráfico 3).

Os capítulos mais expressivos nas vendas externas do Nordeste, em termos de valor, foram os seguintes, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM): combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 1.245 milhões); pastas de madeiras ou outras matérias fibrosas (US\$ 1.001 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 833 milhões); ferro fundido, ferro e aço (US\$ 819 milhões); cobre e suas obras (US\$ 775 milhões); sementes e frutos oleaginosos, grãos (US\$ 695 milhões); açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 659 mi-





**Gráfico 3 – Participação dos Estados na Pauta de Exportação da Região Nordeste (Janeiro/Setembro 2007-2008)**

**Fonte:** (BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 04/11/2008.

lhões); veículos, automóveis e tratores (US\$ 528 milhões); alumínio e suas obras (US\$ 518 milhões); minérios escórias e cinzas (US\$ 492 milhões); calçados, polainas e suas partes (US\$ 416 milhões) e frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 389 milhões).

Na análise por Estado, a Bahia registrou o maior valor exportado pelo Nordeste nos três trimestres iniciais de 2008. Foram US\$ 6.884,5 milhões, mais da metade do total, e aumento de 31,5% no período janeiro-setembro/08 comparado ao mesmo período ano anterior. O estado continua com a pauta mais diversificada dentre os demais da região, com destaque para os seguintes grupos de produtos: combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 1.223 milhões); pastas de madeira e outras matérias fibrosas (US\$ 1.001,7 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 807,7 milhões); cobre e suas obras (US\$ 775,7 milhões); veículos, tratores e ciclos (US\$ 519 milhões); sementes e frutos oleaginosos e grãos (US\$ 386,7 milhões); ferro fundi-

do, ferro e aço (US\$ 218,2 milhões) e cacau e suas obras (US\$ 195,4 milhões).

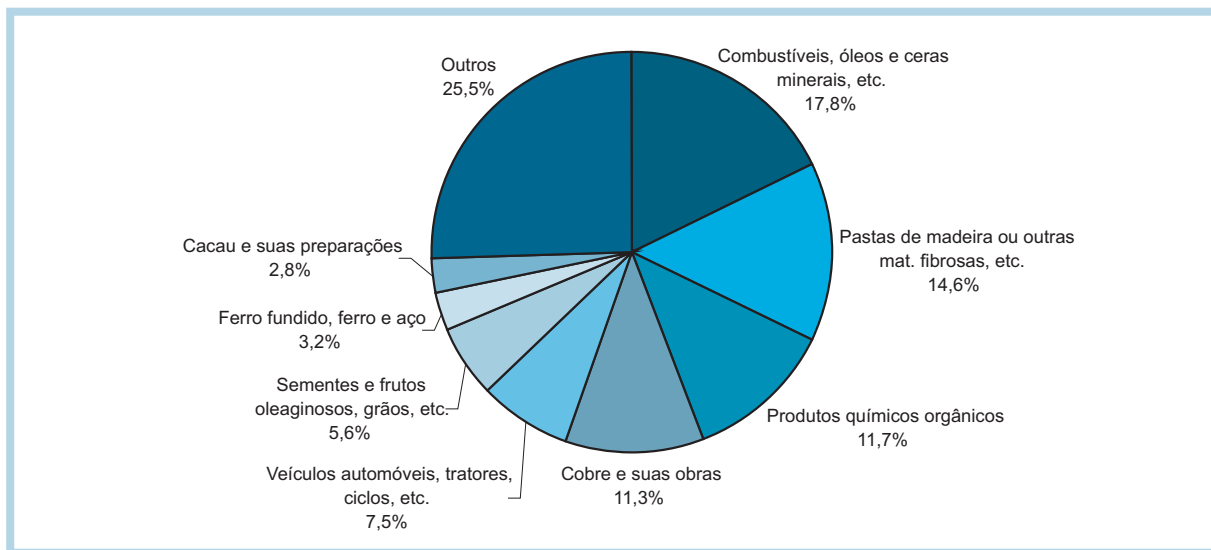
O crescimento das exportações baianas decorreu da elevação ocorrida na cotação dos combustíveis, cujo preço médio no período se expandiu 75%. Para 2009, a exploração desse produto tende a se reduzir em função da queda substancial do preço do petróleo (mais de US\$ 100 em relação ao início de jul./08) e o arrefecimento da economia global que já trouxe forte correção nos preços das matérias-primas.

O Maranhão foi o segundo maior exportador do Nordeste no período, com US\$ 1.991,2 milhões, crescimento de 20%. Os principais produtos exportados são de origem mineral: fósforo (US\$ 568,7 milhões), ligas de alumínio em forma bruta (US\$ 275,1 milhões), alumínio não ligado em forma bruta (US\$ 227,7 milhões), minérios de ferro, conglomerados e seus concentrados (US\$ 475,2 milhões). Em outro bloco, destaque

para as vendas de grãos de soja, com US\$ 266,8 milhões (Gráfico 5).

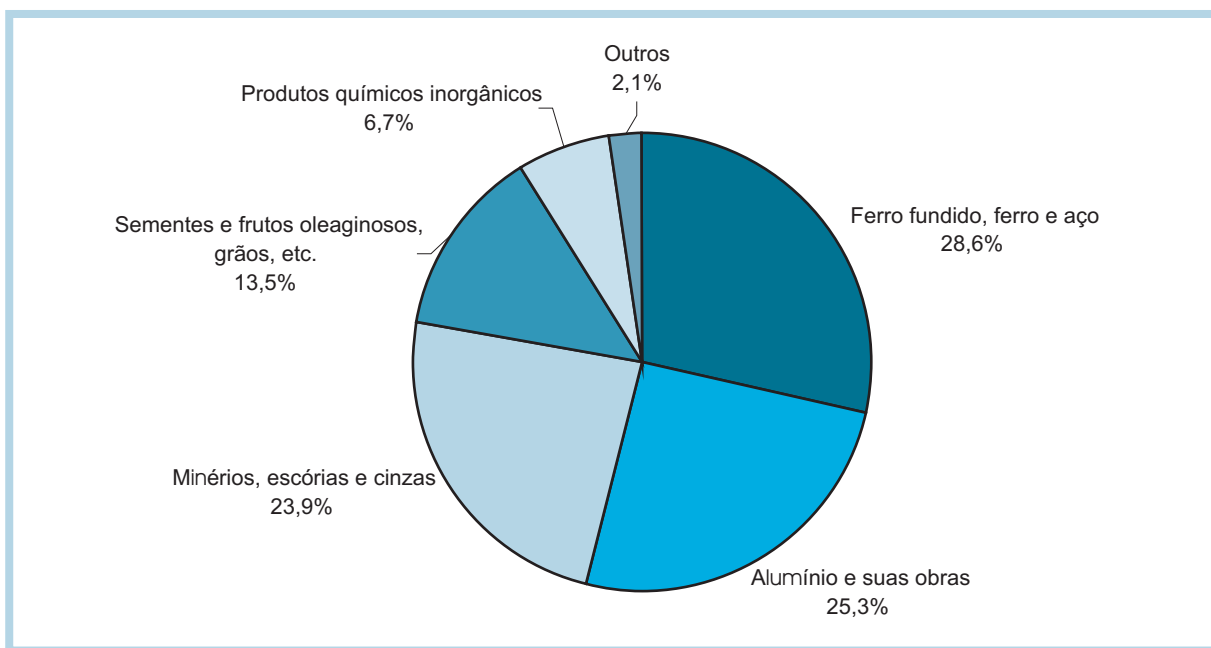
No Ceará, as exportações cresceram 15% relativamente a 2007, alcançando US\$ 965,7 milhões.

Os destaques principais foram para os capítulos de calçados, polainas e suas partes (US\$ 265,7 milhões); frutas, cascas de cítricos e melões (US\$ 185,6 milhões); peles e couros (US\$ 156,4 milhões) e algodão, US\$ 75,2 milhões (Gráfico 6).



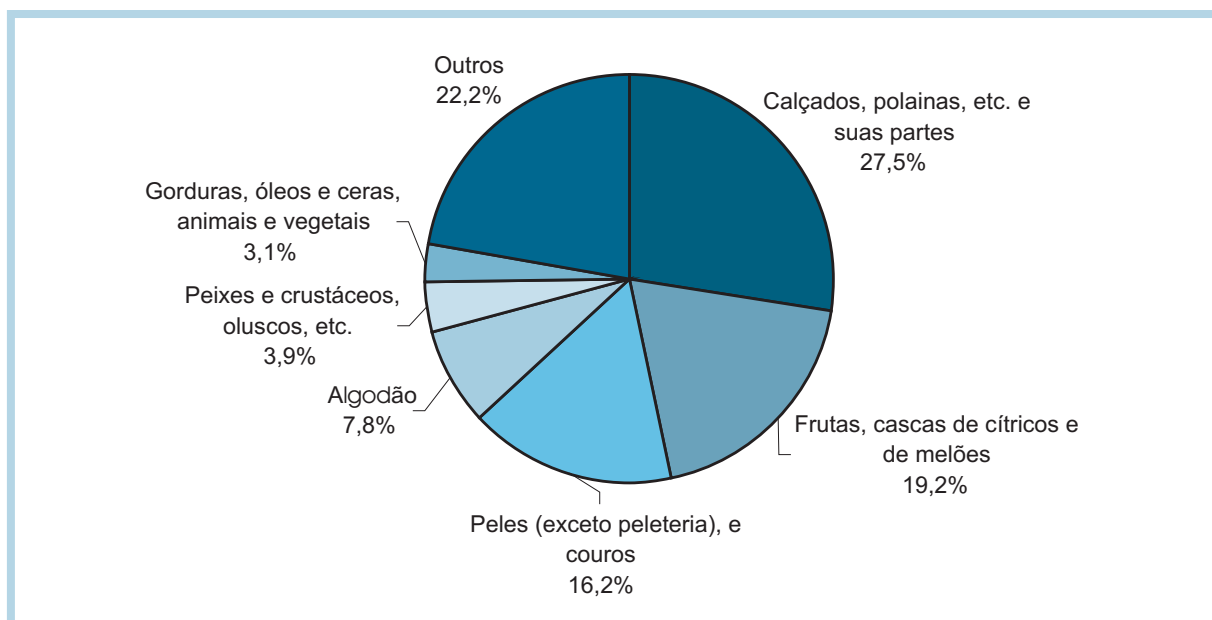
**Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia (Janeiro/Setembro 2008)**

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão (Janeiro/Setembro 2008)**

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará (Janeiro/Setembro 2008)**

**Fonte:** (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

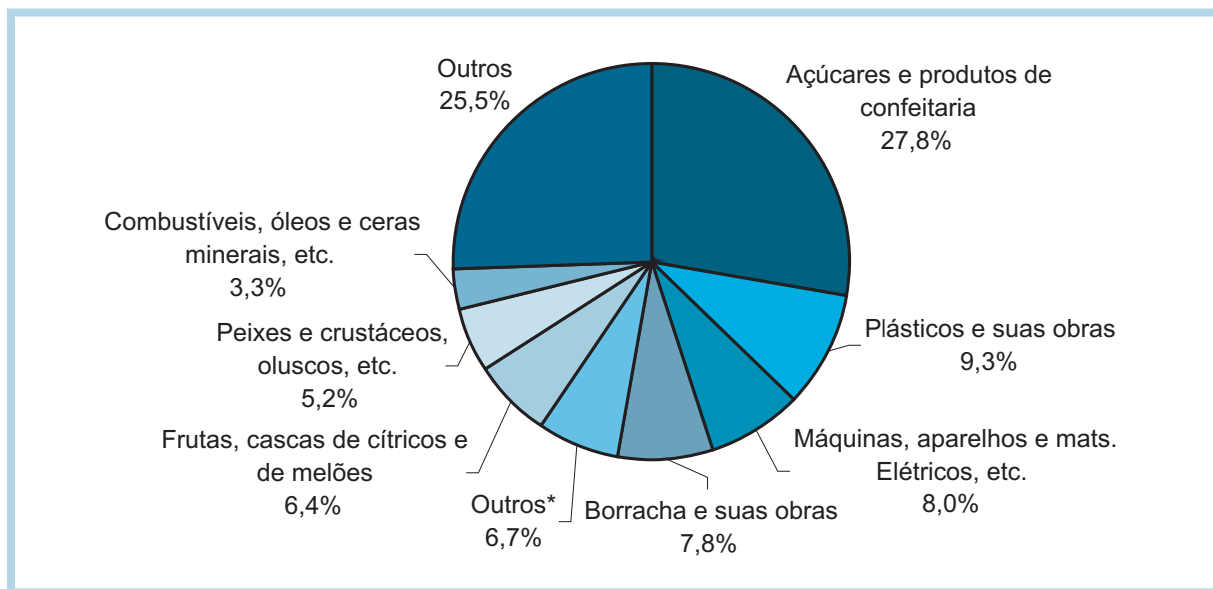
A importância que o setor calçadista vem adquirindo na economia cearense pode ser avaliada por sua participação no valor de transformação industrial do Estado, cerca de 22%, e na geração de empregos formais. As vendas externas do segmento concentram-se no mercado de baixa renda, ficando em torno de US\$ 3,23 o preço médio do calçado sintético cearense exportado. A recente desvalorização cambial favoreceu as vendas externas do setor, mas deve ocorrer retração da demanda em 2009 por conta da recessão nos Estados Unidos, o maior comprador do produto.

Pernambuco ocupou o quarto lugar nas exportações nordestinas, com US\$ 625,3 milhões. Os principais capítulos exportados foram: açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 173,9 milhões), plástico e suas obras (US\$ 58,1 milhões), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 49,9 milhões), borrachas e suas obras (US\$ 48,6 milhões).

No Piauí, o crescimento das exportações no período janeiro-setembro de 2008, em relação ao mesmo intervalo de 2007, foi de 119%. Com

isso, sua participação na pauta regional passou de 0,4% para 0,7%, mas continua em último lugar. Vale destacar que apenas a Bahia e o Piauí elevaram suas participações no total exportado pela Região nessa base de comparação. Dentre os capítulos exportados, destaque para sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 40,2 milhões) e gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais (US\$ 28,9 milhões), que responderam por 80% das vendas internacionais do Estado no acumulado do ano. Vale destacar que o primeiro setor não participou da pauta exportadora em 2007. (Gráfico 8).

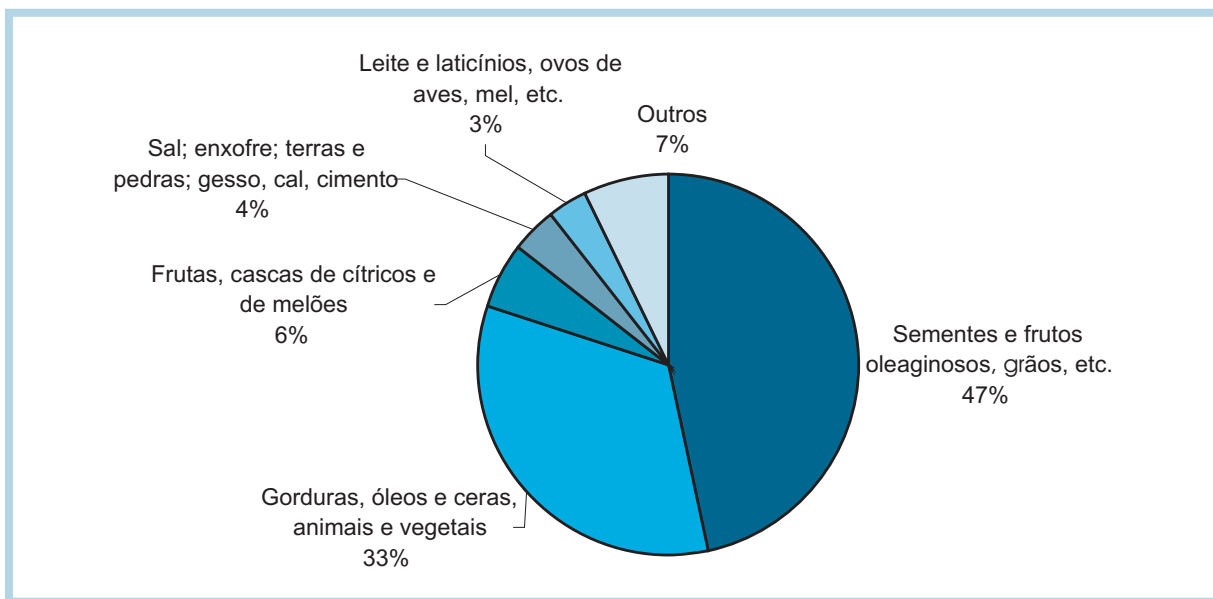
Sergipe exportou US\$ 96,3 milhões entre janeiro e setembro de 2008, valor 17% inferior ao observado no mesmo período de 2007. A perda de dinamismo das exportações foi decisiva para o recuo da participação do Estado nas exportações nordestinas, de 1,2% para 0,8%. A pauta exportadora sergipana concentra-se basicamente em dois setores: preparação de produtos hortícolas, frutas, etc. (US\$ 43,9 milhões) e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento (US\$ 29,5 milhões).



**Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco (Janeiro/Setembro 2008)**

\* Consumo de Bordo.

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí (Janeiro/Setembro 2008)**

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Juntos, esses dois capítulos representaram mais de 75% das exportações este ano (Gráfico 9).

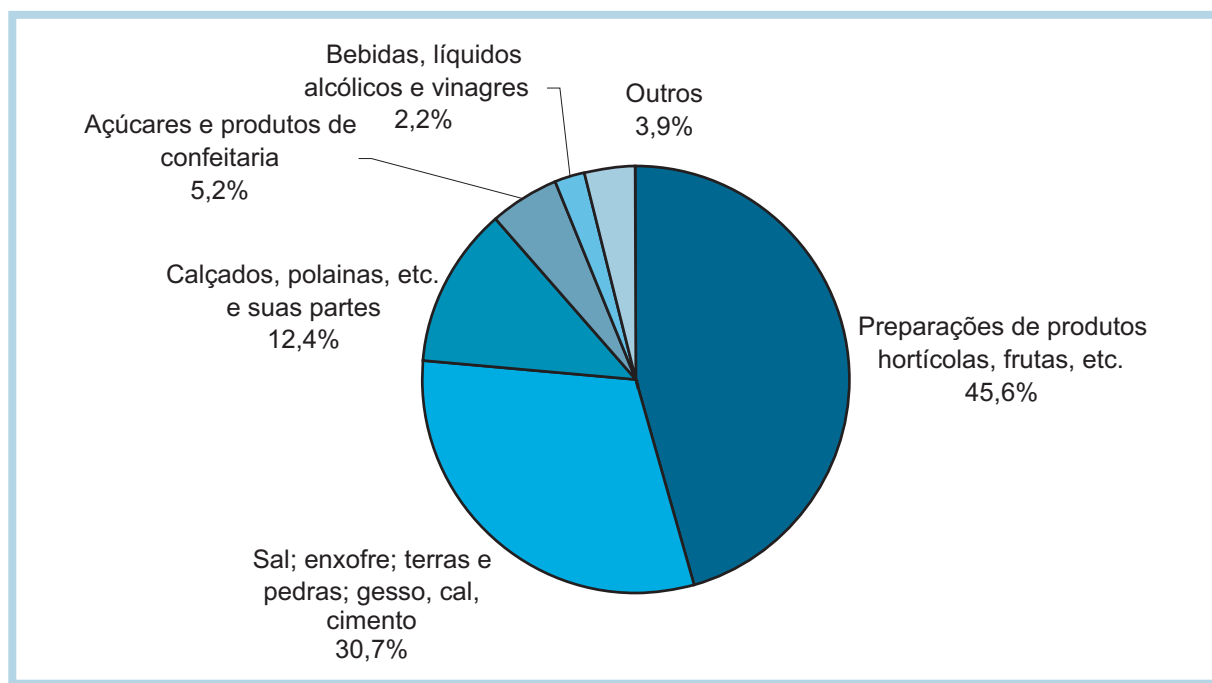
No acumulado janeiro-setembro, Alagoas exportou US\$ 634,9 milhões contra US\$ 505,7 milhões em 2007, aumento de 25,5%. Desse total, o capítulo açúcares e produtos de confeitaria respondeu por 69,7%, aumento de 38%, seguido por bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (22%), com 8% (Gráfico 10)

As vendas do Rio Grande do Norte alcançaram US\$ 239,6 milhões nos nove primeiros meses de 2008, recuo de 3,8% comparativamente a idêntico período de 2007. O grande destaque continua sendo o setor de frutas, casca de cítricos e melões, com US\$ 90,7 milhões, seguido do de peixes e crustáceos, moluscos, etc. (US\$ 37,3 milhões). Esse dois grupos de produtos responderam por mais da metade das exportações do Estado (Gráfico 11).

Na Paraíba, as exportações chegaram a US\$ 164,3 milhões com aumento de 1,8% sobre período anterior (jan.-set./07), desempenho in-

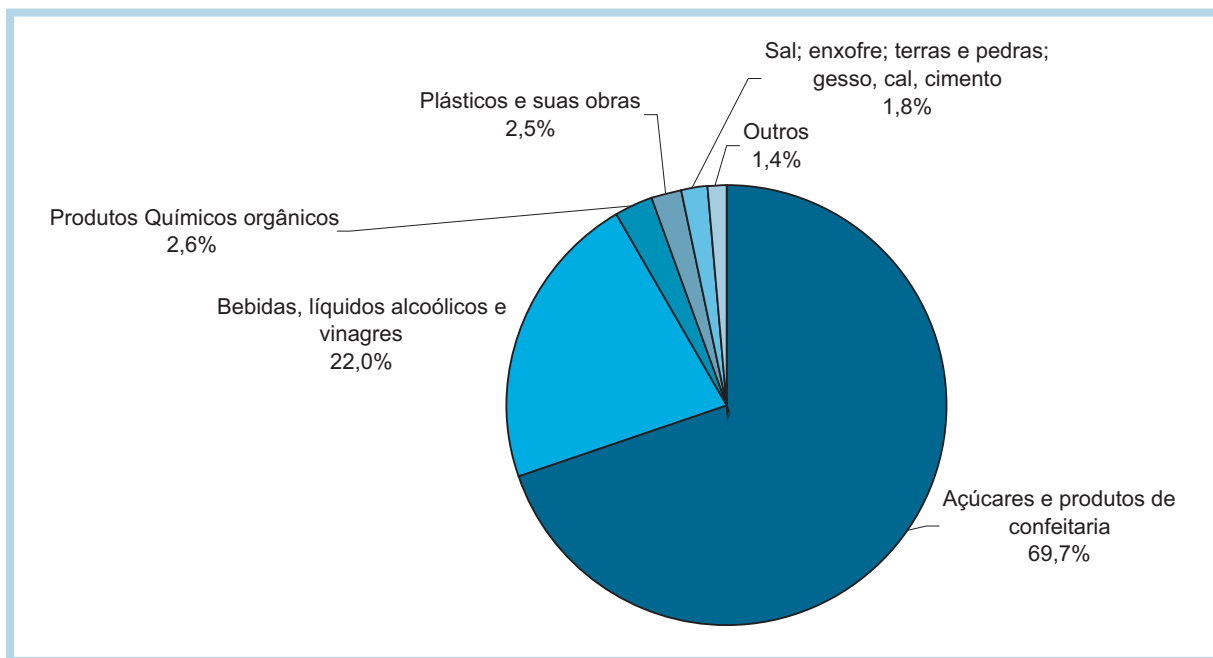
suficiente para evitar a queda de 1,7% para 1,4% na participação do estado no conjunto das exportações nordestinas. O capítulo calçados, polainas, etc. e suas partes (US\$ 57,3 milhões) permanece entre os mais representativos nas vendas estaduais, respondendo por 35,6% do total exportado. No acumulado janeiro-setembro de 2008, esse setor cresceu 72,4% comparativamente ao mesmo intervalo de 2007. O segmento calçadista na Paraíba é um importante gerador de empregos. Diante do baixo custo de mão-de-obra local comparativamente à média nacional, o estado vem se especializando na produção de calçados do tipo sintético com forte predomínio da concorrência-preço (Gráfico 12).

No que concerne às expectativas para o setor exportador nordestino em 2009, constata-se que a maior dificuldade será a demanda externa prejudicada pela crise global. Fabricantes de bens semiduráveis, como calçados e têxteis, cuja demanda é menos sensível à crise são mais otimistas. Já para os exportadores de bens de capital



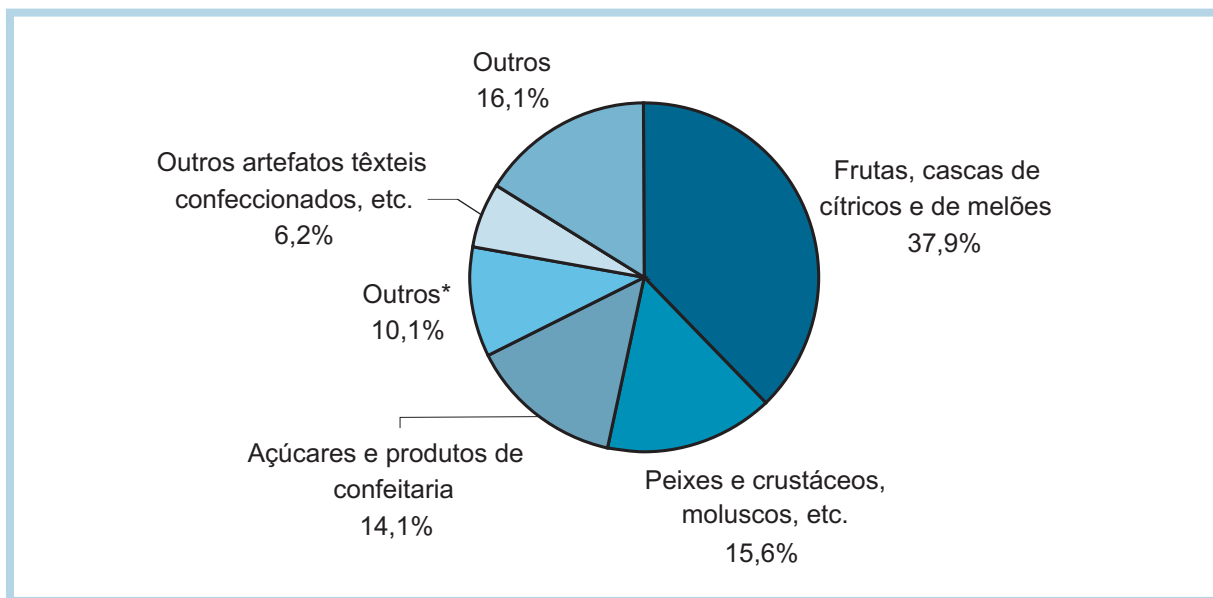
**Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe (Janeiro/Setembro 2008)**

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas (Janeiro/Setembro 2008)**

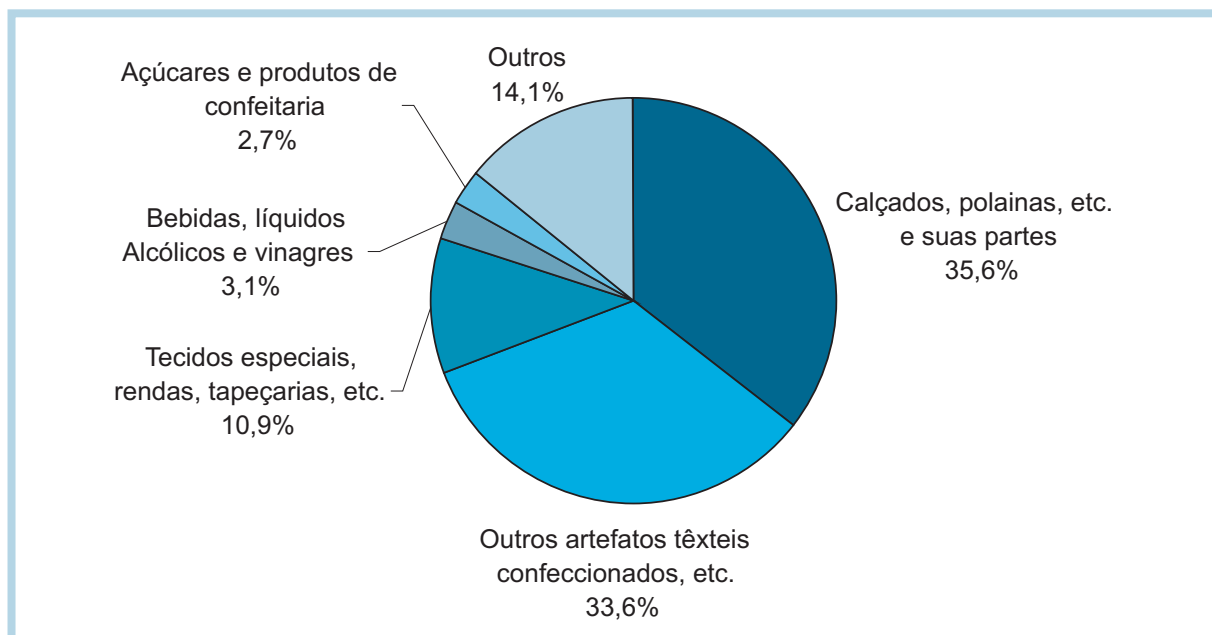
Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 11 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte (Janeiro/Setembro 2008)**

\* Consumo de Bordo.

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 12 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba (Janeiro/Setembro 2008)**

Fonte: (BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

e bens duráveis, como automóveis, o cenário é mais incerto.

Por outro lado, o câmbio tem favorecido os setores com demanda estável. “A mudança cambial, com desvalorização do real, trouxe ganho expressivo para o exportador”, disse Fernando Ribeiro, economista da Funcex (GLOBAL, 21, 2008). A rentabilidade da exportação em outubro superou em 5,6% os níveis de 2004, quando o dólar

médio estava em R\$ 2,90, patamar mais favorável para as vendas que o atual. A diferença está nos preços de exportação, que em outubro estavam 90% acima dos observados em 2004 (GLOBAL, 21, 2008). Do lado das importações, a trajetória do câmbio e o menor dinamismo previsto para a economia brasileira também devem reduzir o ritmo de expansão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <[alicesweb.desenvolvimento.gov.br](http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: 04 ago. 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível

em: <[alicesweb.desenvolvimento.gov.br](http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: 04 nov. 2008b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <[www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: nov. 2008c.

FUNCEX. Disponível em: <[www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br)>. Acesso em: nov. 2008.

GLOBAL 21. **Exportações:** rentabilidade da exportação é a maior em quatro anos. Disponível em:

<<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=22582&tipo=noticia>>. Acesso em: 28 nov. 2008.



# 6 - Finanças Públicas

## 6.1 - Governo Federal

### 6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

O desempenho fiscal do Governo Central no período janeiro a agosto de 2008, incluindo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registrou superávit de R\$ 74,8 bilhões, o que equivale a 3,99% do PIB estimado para o exercício. Em relação ao mesmo período de 2007 o aumento foi 45,44%. Em agosto último, o resultado primário foi superavitário em R\$ 6,3 bilhões contra R\$ 7,2 bilhões do mês anterior e R\$ 3,7 bilhões em agosto de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 10,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 4,1 bilhões e R\$ 39,4 milhões, respectivamente.

As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 3,8% acima do incremento nominal do PIB no período (12,6%), enquanto as despesas decresceram 0,9%. As principais alterações promovidas em 2008 foram: redução da alíquota da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico); aumento da alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de 9% para 15% incidente sobre as instituições financeiras com efeito a partir de junho; mudança do prazo de recolhimento do IPI (Imposto sobre Pro-

ductos Industrializados), com reflexo a partir de julho; extinção da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira); e aumento do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários) desde janeiro.

O comportamento das receitas reflete o bom desempenho da economia, como também as ações administrativas desenvolvidas pela RFB (Receita Federal do Brasil) e pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) no trabalho de recuperação de débitos. Houve avanço de 35,1% na arrecadação pela aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa, em relação aos primeiros oito meses de 2007. Os maiores acréscimos na receita de impostos e contribuições foram: Imposto de Importação (33,3%), IRPJ (Imposto de Renda – Pessoa Jurídica) (30,5%) e CSLL (35,5%). Por outro lado, as demais receitas cresceram 35,3% em grande medida pelo incremento de R\$ 3,3 bilhões oriundos de ingressos por concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel celular; de R\$ 4 bilhões na receita de dividendos e de R\$ 5,4 bilhões de cota-parte de compensações financeiras decorrentes

de elevações do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

O resultado do mês de agosto refletiu, por um lado, a redução sazonal das receitas do Tesouro Nacional relativamente a julho e, de outro lado, o decréscimo das despesas, principalmente, as de custeio. Em relação às receitas constatou-se uma redução de R\$ 4,1 bilhões, efeito esse localizado na arrecadação do IRPJ e CSLL (R\$ 3,2 bilhões e R\$ 1,4 bilhão) – devido ao recolhimento em julho da cota única referente à apuração trimestral encerrada em junho, da cota-parte de compensações financeiras (R\$ 3,2 bilhões) em função do recolhimento, no mês de julho, da parcela trimestral da participação especial na exploração de petróleo e gás natural.

No que se refere às despesas do Tesouro Nacional houve decréscimo de R\$ 8,1 bilhões em relação a julho, dos quais R\$ 3,5 bilhões relativos a dispêndios com pessoal e encargos sociais. A queda pode ser explicada pelo adiantamento de parcela do 13º salário dos servidores do Poder Executivo Federal feito em julho. Relativamente às despesas com subsídios e subvenções econômicas, verificou-se decréscimo de R\$ 2,6 bilhões, em decorrência do recebimento líquido de R\$ 1,7 bilhão do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento) contra desembolso líquido de R\$ 586,5 milhões em julho. No mês, houve, também, redução de R\$ 1,6 bilhão nas despesas discricionárias.

**Tabela 1 – Resultado Primário do Governo Central (\*). Brasil, 2007-2008**

Discriminação do Resultado	Janeiro - Agosto		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>395.212,30</b>	<b>466.240,90</b>	17,97
I.1. Receitas do Tesouro	308.711,80	365.254,40	18,32
I.2. Receitas da Previdência Social	85.715,50	99.926,20	16,58
I.3. Receitas do Banco Central	785,1	1.060,30	35,05
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>68.567,40</b>	<b>84.585,40</b>	23,36
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>326.644,90</b>	<b>381.655,50</b>	16,84
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>275.187,90</b>	<b>306.817,20</b>	11,49
IV.1. Despesas do Tesouro	161.653,00	181.176,60	12,08
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	75.129,60	82.141,80	9,33
IV.1.3. Custeio e Capital	86.247,10	98.515,40	14,22
IV.1.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	276,3	519,5	88,02
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	112.298,50	124.320,00	10,70
IV.3. Despesas do Banco Central	1.236,40	1.320,60	6,81
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III-IV)</b>	<b>51.457,00</b>	<b>74.838,30</b>	45,44
V.1. Tesouro Nacional	78.491,30	99.492,40	26,76
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-26.583,00	-24.393,80	-8,24
V.3. Banco Central (3)	-451,3	-260,3	-42,32
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>	<b>3,09%</b>	<b>3,99%</b>	29,13

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2008d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(\*) Dados revistos, sujeitos a alterações. Não inclui receitas do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,1% (R\$ 19,5 bilhões) nos primeiros oito meses de 2008 em comparação com o mesmo período de 2007. O aumento nominal nas despesas com pessoal e encargos sociais foi de 9,3% (R\$ 7 bilhões), por causa, entre outros fatores, dos pagamentos referentes à reestruturação de carreiras no Executivo, Legislativo e Judiciário. No entanto, tais despesas ficaram 2,9% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha de funcionalismo representavam 4,51% do PIB em agosto/07 e 4,38% em agosto/08. Já no caso de gastos de custeio ficou 1,4% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, enquanto os gastos de capital cresceram 26,3% acima. O déficit da Previdência (RGPS) caiu de 1,59% do PIB para 1,30% do PIB.

No final de agosto, o déficit da Previdência atingiu R\$ 24,4 bilhões contra R\$ 26,6 bi-

lhões em agosto de 2007 (redução de 8,2%). A arrecadação líquida passou de R\$ 85,7 bilhões para R\$ 99,9 bilhões (elevação de 16,6%), impulsionada principalmente pelas contribuições previdenciárias, que evoluíram 18,6%, de R\$ 87 bilhões para R\$ 103,2 bilhões, em virtude, sobretudo, do crescimento da massa salarial. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 12 bilhões (10,7%), atingindo o montante de R\$ 124,3 bilhões.

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional representou 19,83% do PIB, dos quais 9,36% correspondem à arrecadação de impostos, 7,6% às contribuições e 2,86% às demais receitas. Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 17,9% quando comparada com a do mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 315,4 bilhões para R\$ 372 bilhões.

## 6.1.2 - Dívida Pública Federal

A Dívida Pública Federal (DPF) aumentou 1,66% de julho para agosto, passando de R\$ 1.297,9 bilhões para R\$ 1.319,5 bilhões, o que corresponde a um aumento nominal de R\$ 21,6 bilhões. Esta variação deveu-se à emissão líquida de R\$ 5,5 bilhões e à apropriação positiva de juros no valor de R\$ 16,1 bilhões. Com relação à participação da dívida pública no PIB, as estimativas do mercado são de manutenção de uma trajetória descendente. Nos últimos 12 meses essa relação teve uma redução de 2,2 pontos percentuais, passando de 42,7% em agosto de 2007, para 40,5% em agosto de 2008 (DÍVIDA..., [2008]a).

Em relação à composição da DPF houve uma redução de 0,1 ponto percentual na participa-

ção da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) de julho para agosto, passando de 92,8% para 92,7%. Mesmo assim, o estoque da DPMFi aumentou R\$ 18,8 bilhões, de R\$ 1.204,4 bilhões para R\$ 1.223,2 bilhões. Em contrapartida, a Dívida Pública Federal Externa (DPFe) teve a sua participação aumentada no mesmo montante, passando de 7,2% em julho para 7,3% em agosto. Devido à depreciação do real, o estoque da DPFe subiu 3% sobre julho, encerrando o mês de agosto em R\$ 96,3 bilhões, dos quais R\$ 74 bilhões referentes à dívida mobiliária e R\$ 22,3 bilhões alusivos à dívida contratual.

Mesmo com o aumento nas dívidas públicas interna e externa, o estoque ainda está abaixo

**Tabela 2 – Composição da Dívida Pública Federal em Poder do Público.**

Em R\$ Bilhões

Discriminação	Dez/07		Ago/08	
<b>DPF</b>	<b>1.333,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.319,51</b>	<b>100,00%</b>
<b>DPMFi</b>	<b>1.224,87</b>	<b>91,84%</b>	<b>1.223,19</b>	<b>92,70%</b>
Prefixados	456,97	34,26%	384,64	29,15%
Índice de Preços	321,65	24,12%	356,23	27,00%
Selic	409,02	30,67%	451,29	34,20%
Câmbio	11,61	0,87%	9,71	0,74%
TR	25,62	1,92%	21,32	1,62%
<b>DPFe</b>	<b>108,88</b>	<b>8,16%</b>	<b>96,32</b>	<b>7,30%</b>
Dólar	83,25	6,24%	73,21	5,55%
Euro	13,68	1,03%	11,7	0,89%
Real	10,88	0,82%	10,47	0,79%
Outros	1,08	0,08%	0,94	0,07%

**Fonte:** (TESOURO NACIONAL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: DPF = Dívida Pública Federal; DPMFi = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna; e DPFe = Dívida Pública Federal Externa.

do limite mínimo de R\$ 1,36 trilhão estabelecido no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2008. O limite, antes fixado em R\$ 1,48 trilhão, foi revisado para baixo recentemente (DÍVIDA..., [2008]b).

Apesar de subir, a dívida pública apresenta melhora no perfil, pois a participação dos títulos com remuneração prefixada na DPMFi aumentou 0,57 ponto percentual: de 30,88%, em julho, para 31,45%, em agosto. Grande parte do aumento deveu-se à emissão líquida de R\$ 8,9 bilhões desses papéis. A participação dos indexados à taxa Selic permaneceu praticamente estável, com uma pequena elevação de 0,07 ponto percentual, passando de 36,82%, em julho, para 36,89%, em agosto. A participação dos títulos remunerados pelos índices de preços passou de 29,47% em julho para 29,12% em agosto, o que corresponde a uma redução de 0,35 ponto percentual.

O custo médio mensal da DPF avançou de 12,48% a.a., em julho, para 15,02% a.a., em agosto, resultado sobretudo da desvalorização do real

frente ao dólar. O custo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se de 13,58% a.a., em julho, para 12,30% a.a., em agosto, devido à menor variação dos seguintes indexadores: IPCA (0,53% ao mês, em julho, e 0,28% ao mês, em agosto), IGP-M (1,76%, em julho e -0,32%, em agosto) e IGP-DI (1,12%, em julho e -0,38%, em agosto). No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu-se de 13,11% a.a., em julho, para 12,87% a.a., em agosto, em virtude da menor variação dos índices de preços em agosto comparado ao mesmo mês de 2007. Vale ressaltar que o custo médio acumulado em 12 meses reflete melhor o financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo dos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal. As turbulências no mercado financeiro, no entanto, reduziram o prazo médio da dívida pública, que caiu de 43,41 meses em julho para 42,66 no mês seguinte. Segundo o Tesouro, essa queda ocorreu porque o governo só conseguiu colocar títulos no mercado com prazos menores.

## 6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

De janeiro a agosto de 2008 o setor público, que inclui os governos central, municipais e estaduais apresentou déficit nominal de R\$ 10,9 bilhões (0,58% do PIB), significando que o superávit primário de R\$ 108,4 bilhões (5,78% do PIB) não foi suficiente para cobrir as obrigações

relativas ao pagamento dos juros, que alcançaram o montante de R\$ 119,3 bilhões, ou 6,36% do PIB. A maior contribuição para o superávit primário foi do Governo Central, cujo montante alcançou R\$ 75,7 bilhões, correspondendo a 4% do PIB no período de janeiro a agosto de 2008.

**Tabela 3 – Necessidade de Financiamento do Setor Público.**

Discriminação	Valor em R\$ Milhões			Variação (% do PIB)		
	Jan./Ago.06	Jan./Ago.07	Jan./Ago.08	Jan./Ago.06	Jan./Ago.07	Jan./Ago.08
Nominal	34.713	16.221	10.921	2,30	0,97	0,58
Juros Nominais	110.665	103.889	119.329	7,32	6,23	6,36
Primário	-75.951	-87.669	-108.409	-5,03	-5,26	-5,78
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-49.360	-52.514	-75.704	-3,27	-3,15	-4,04
Empresas Estatais	-12.525	-10.956	-8.174	-0,83	-0,66	-0,44
Governos Estaduais e Municipais	-14.067	-24.199	-24.530	-0,93	-1,45	-1,31

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

As demais esferas de governo (estados, municípios e empresas estatais) geraram um superávit de R\$ 32,6 bilhões no período de janeiro a agosto

de 2008, com redução de mais de R\$ 2 bilhões em relação ao mesmo período de 2007.

## 6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

### 6.2.1 - Transferências Constitucionais

As transferências constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e muni-

cípios, a exemplo dos fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM)<sup>1</sup>. O Nordeste recebe 52,4% do FPE e 35,2% do FPM.

<sup>1</sup> Atualmente, as transferências via FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A Emenda nº 55/07 alterou o art. 159 da CF/88, determinando que anualmente deve ser repassado ao FPM mais 1% da arrecadação do IR e do IPI, a ser entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro. Desde março de 2007, 16,6% ou 16,7% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Em 1989, os secretários estaduais de Fazenda e Finanças definiram o coeficiente individual para os estados seguindo os parâmetros constantes da Lei Complementar nº 62/89. Para calcular o valor do FPE de cada estado, multiplica-se o total do FPE, que é informado pela Secretaria do Tesouro ao Banco do Brasil, pelo coeficiente individual citado acima.

A lógica da definição dos coeficientes individuais dos estados para distribuição do FPE, estabelecida pelos secretários, em 1989, não foi divulgada dentro das normas da Secretaria do Tesouro Nacional. Cabe observar que, no Nordeste, os coeficientes mais altos: 9,4%, 7,3%, 7,2% e 6,9% são da Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco, respectivamente, os quatro maiores estados e, também, as maiores economias. Os outros estados ficam com um coeficiente que gira em torno dos 4%.

A distribuição dos recursos do FPM aos municípios é feita de acordo com a respectiva população estimada pelo IBGE e segue o coeficiente específico fixado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), bem assim o disposto no Decreto-Lei nº 1.881/81.

A distribuição dos recursos para os estados via essas transferências constitucionais, FPE e FPM, estão apresentadas nas Tabelas 4 e 5.

Os estados com os maiores PIBs da região, Bahia, Pernambuco e Ceará, detêm as participações mais relevantes do FPM, em razão do número de habitantes. Com relação ao FPE a esses três estados associa-se o Maranhão, que tem uma participação um pouco maior que Pernambuco.

Ao comparar o período de janeiro-setembro de 2008/07, o crescimento do FPE e do FPM foi de 22,4% e 23%, respectivamente. Vale lembrar, que nos termos da Lei Complementar nº 62/89, a participação dos estados é fixa, ou seja, o aumento registrado no FPE atinge cada um deles.

Quanto ao FPM, considerado o intervalo já mencionado, os recursos para os estados nordestinos cresceram 23%. Mas, isoladamente, há diferenças significativas entre alguns estados. Em Sergipe, por exemplo, o incremento foi de 28,6%, em Pernambuco, 27,1% e no Piauí, apenas 14,7%.

A Conjuntura nº 17 mostrou os repasses do FPE e do FPM comparando o 1º semestre de 2008/07, registrando incremento de 21,4% e 22%, respectivamente. Para os períodos janeiro-setembro 2008/07, o avanço foi de 22,4% e 23%. Isso indica elevação na arrecadação federal e significa que, pelo menos até setembro, a crise financeira

**Tabela 4 – Fundo de Participação dos Estados (FPE) – Nordeste (R\$ Mil)**

Estados	Jan.-Set. de 2007	Jan.-Set. de 2008	% Nordeste
Alagoas	964.953	1.180.651	7,9
Bahia	2.179.488	2.666.674	17,9
Ceará	1.701.825	2.082.238	14,0
Maranhão	1.674.292	2.048.550	13,8
Paraíba	1.110.806	1.359.106	9,1
Pernambuco	1.600.530	1.958.301	13,2
Piauí	1.002.367	1.226.428	8,2
Rio Grande do Norte	969.081	1.185.703	8,0
Sergipe	963.839	1.179.289	7,9
Nordeste	12.167.181	14.886.940	100,0

**Fonte:** (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 5 – Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – Nordeste (R\$ Mil)**

Estados	jan-set/2007	jan-set/2008	% Nordeste 2007	% Nordeste 2008	var. %
Alagoas	578.481	706.101	6,7	6,7	22,1
Bahia	2.188.397	2.699.278	25,4	25,5	23,3
Ceará	1.269.979	1.550.853	14,8	14,7	22,1
Maranhão	1.012.533	1.239.590	11,8	11,7	22,4
Paraíba	785.028	959.192	9,1	9,1	22,2
Pernambuco	1.173.804	1.491.618	13,6	14,1	27,1
Piauí	644.162	739.030	7,5	7,0	14,7
Rio Grande do Norte	602.770	749.198	7,0	7,1	24,3
Sergipe	344.282	442.829	4,0	4,2	28,6
Nordeste	8.599.436	10.577.689	100,0	100,0	23,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

internacional não gerou impactos relevantes na atividade econômica.

As transferências são cruciais para os estados mais pobres. Basta comparar o FPE e o FPM com os recursos arrecadados via ICMS. Em 2007, os dois fundos representavam 103,8% do ICMS arrecadado no Nordeste. No período janeiro-agosto

de 2008 equivaliam a 110,24%. O aumento da relação pode significar que a arrecadação federal está em ritmo mais acelerado que a estadual, consequência, por certo, de uma melhor qualificação do sistema arrecadador da União e de maiores vazamentos no âmbito estadual, por conta de incentivos fiscais.

## 6.2.2 - Transferências Voluntárias

O Nordeste recebeu 33,6% das transferências voluntárias da União no período janeiro-setembro de 2008. A região ficou com 27,5% das transferências voluntárias da União para os Estados e 35,9% das transferências para os municípios. Com base na posição do primeiro semestre, os estados tiveram maior participação que os municípios<sup>2</sup> (Tabela 6).

O Sudeste foi a região que mais recebeu transferências voluntárias da União, 37,3%. O Nordeste ficou com 27,5%.

A partir da comparação das transferências aos estados do Nordeste no período janeiro-setembro 2008 com o mesmo período de 2007, observam-se grandes discrepâncias. Por exemplo: a taxa de crescimento dessas transferências para o Rio Grande do Norte alcançou 23,2% enquanto a de Pernambuco foi de 138,7%.<sup>3</sup> A do Maranhão ficou em 120,7% e a do Ceará e Bahia em 80,5%. Depois do Rio Grande do Norte, as menores taxas de crescimento ficam para os estados de Alagoas, 29,6%, e do Piauí, com 34,3%.

2 As transferências voluntárias para os estados do Nordeste, no 1º semestre de 2008, foram 19,1% do total. As transferências para os municípios, também no 1º semestre de 2008, foram de 39,1% do total.

3 A média dos estados da taxa de crescimento no Nordeste, no período em questão, é de 71,6%, com um desvio padrão de 39,7% e coeficiente de variação de 55,4%.

No caso dos municípios o quadro é mais uniforme. No período janeiro-setembro de 2008/07, a taxa varia de 36,9%, em Sergipe, a 56,6%, nas Alagoas.<sup>4</sup>

A maior parte das transferências da União aos estados do Nordeste é oriunda de quatro ministérios: Educação (33,7%), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (13,9%), Integração Nacional (7,8%) e Previdência (6,5%).

Do total das transferências do Ministério da Educação, 65% são repassadas para apenas quatro estados: Pernambuco (18%), Bahia (17%), Piauí (16%) e Ceará (14%). Três estados ficam

com dois terços das transferências voluntárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Paraíba (34%), Pernambuco (19%) e Alagoas (13%). Pernambuco ainda absorveu 69% das transferências voluntárias do Ministério da Integração Nacional aos estados do Nordeste.

As transferências voluntárias para os municípios do Nordeste no período concentram-se em quatro ministérios: Educação (48,9%), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (30,8%), Cidades (7,7%) e Turismo (4,6%). Os municípios de quatro estados absorvem 70% do total dessas transferências: Bahia (23%), Ceará (19%), Pernambuco (16%) e Maranhão (12%).

**Tabela 6 – Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União - janeiro-setembro/08**  
Em R\$ Mil

Região	Estados e Distrito Federal	% do Total	Municípios	% do Total	Total das Transferências	% do Total
Centro-Oeste	300.704	13,3	264.111	7,4	564.815	9,7
Nordeste	621.252	27,5	1.277.294	35,9	1.898.546	32,6
Norte	291.608	12,9	304.916	8,6	596.524	10,3
Sudeste	841.429	37,3	1.257.414	35,4	2.098.843	36,1
Sul	203.758	9,0	452.834	12,7	656.592	11,3
Total	2.258.751	100,0	3.556.569	100,0	5.815.320	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 7 – Distribuição das Transferências Voluntárias (TV) da União para o Nordeste**  
Em R\$ Mil

Estados	TV da União aos Estados			TV da União aos Municípios		
	jan-set de 2007	jan-set de 2008	var.%	jan-set de 2007	jan-set de 2008	var.%
Alagoas	26.237	34.012	29,6	46.171	72.306	56,6
Bahia	61.394	110.748	80,4	212.910	298.030	40,0
Ceará	33.869	61.141	80,5	137.787	239.354	73,7
Maranhão	22.913	50.567	120,7	110.577	154.352	39,6
Paraíba	61.910	102.459	65,5	65.624	96.901	47,7
Pernambuco	57.169	136.451	138,7	141.017	204.239	44,8
Piauí	48.928	65.720	34,3	56.304	78.783	39,9
Rio Grande do Norte	23.624	29.107	23,2	60.373	85.411	41,5
Sergipe	18.133	31.047	71,2	35.009	47.918	36,9

Fonte: (SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

4 A média da taxa de variação do crescimento das transferências aos municípios do Nordeste, no período em questão, é de 46,7%, com um desvio padrão de 11,7% e coeficiente de variação de 25,1%.



## 6.2.3 - Arrecadação de ICMS

A análise da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) tem como base os períodos janeiro-agosto de 2007 e janeiro-agosto de 2008 (Tabela 8).<sup>5</sup> Nesse intervalo o crescimento do ICMS no Nordeste (18,8%) ficou um pouco abaixo da média nacional (19,3%). Apenas um estado nordestino cresceu acima da média nacional. O ICMS no Ceará avançou 22,2% no período. As razões foram:

- incremento de 41,6% na arrecadação no setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, cuja participação elevou-se de 18,6% para 21,6%;
- crescimento de 32,3% na participação do setor secundário, cuja média era de 18,5% no período janeiro-agosto de 2007. Estes dados podem revelar que o valor adicionado da indústria cearense, em 2008, esteja superando,

em termos nominais, o nível de atividade do mesmo período de 2007, além de aumento na produtividade fiscal.

- crescimento (23,7%) também do setor primário, que representa 9% da arrecadação do estado. Esse quadro favorável na arrecadação estaria associado a um melhor desempenho da agropecuária e à incorporação de novos empreendimentos no subsetor de mineração.

Um fato interessante a salientar é que o Ceará tem uma política de desoneração de ICMS que já alcançou vários segmentos da economia, dentre eles: construção civil (itens como areia, telha e tijolo vermelho têm alíquota atual de 2%), alimentos, medicamentos, limpeza, higiene pessoal e segurança. O setor de informática será beneficiado no item “produção de software”, com alíquota de apenas 1%.

**Tabela 8 – Arrecadação de ICMS (Em R\$ mil)**

Estados	Janeiro - Agosto		Variação %	Participação em 2007	Participação em 2008
	2007	2008			
Maranhão	1.296.856	1.483.690	14,4	1,1	1,0
Piauí	754.414	899.841	19,3	0,6	0,6
Ceará	2.468.395	3.017.008	22,2	1,8	2,1
Rio Grande do Norte	1.279.564	1.462.013	14,3	1,1	1,0
Paraíba	1.081.095	1.254.307	16,0	0,9	0,9
Pernambuco	3.468.148	3.928.999	13,3	2,9	2,7
Alagoas	901.968	1.019.517	13,0	0,8	0,7
Sergipe	766.541	868.677	13,3	0,6	0,6
Bahia	5.732.390	6.796.847	18,6	4,8	4,7
Nordeste	17.455.425	20.730.899	18,8	14,6	14,5
Brasil	119.934.709	143.101.402	19,3	100,0	100,0

**Fonte:** (BRASIL, 2008). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

<sup>5</sup> Alguns dados ainda são provisórios. Em 2007, os valores são provisórios para Acre – mês de janeiro e Ceará – fevereiro. No ano de 2008, os valores são provisórios para o Distrito Federal – fevereiro, Roraima – junho/julho/agosto, e Rio Grande do Sul e Sergipe – julho.

Na outra ponta, Alagoas (13%), Pernambuco e Sergipe (13,3%) foram os estados com crescimento abaixo da média nacional. As razões foram:

- Em Alagoas, grande perda (77%) de arrecadação no item “outras fontes de receita”, que de 8% no período janeiro-agosto de 2007 passou a representar apenas 1,6% no mesmo período de 2008. O setor primário também contribuiu. Representava 1,4% e caiu para apenas 0,04%. Perda de 97%.
- Em Pernambuco, a arrecadação de ICMS em todos os principais setores ficou abaixo da

média. O setor terciário, que representa 51% do total, cresceu apenas 4,2%. O item “outras fontes de receita”, que respondia 5,4% passou para 12,3%. Contudo, esse crescimento não compensou o baixo desempenho observado nos outros setores.<sup>6</sup>

- Em Sergipe, a baixa arrecadação de ICMS se deve à expansão de apenas 7.5% em dois setores da economia local: energia elétrica, que representa 10% do total da arrecadação; e o setor secundário, que representa 19%.

## 6.2.4 - Endividamento dos Estados Nordestinos

A análise do endividamento dos estados permite avaliar o comprometimento da receita para pagamento de encargos financeiros. Quanto maior a dívida com relação à receita líquida corrente (RLC)<sup>7</sup> menos poder de investimentos com recursos próprios, portanto, maior dependência de recursos de terceiros para a efetivação desses investimentos. Se a relação dívida/receita é baixa sinaliza folga do ente público em utilizar recursos de terceiros para investimentos, em conjunturas favoráveis.

Os limites para a dívida consolidada (DCL)<sup>8</sup> de estados e municípios foram definidos pelas resoluções 40 e 43 do Senado Federal, divulgadas em 20 de dezembro de 2001. O teto de endividamento para os estados, de duas vezes a receita corrente líquida anual, deve ser atingido até o

final de 2016. As tabelas 9 e 10 mostram o endividamento dos estados nordestinos proporcionalmente ao PIB e à receita corrente líquida.

A relação DCL/PIB indica posição confortável do Nordeste comparada à do Brasil. A relação DCL/PIB para o Brasil cresceu continuamente entre 2000 e 2003. Passou de 45,5% para 52,4% no período. A relação para o Nordeste ficou relativamente estável, em torno de 20%, até 2002, caindo a partir de 2003. Em 2007, a DCL/PIB para o Brasil era de 42,7%, e de apenas 10,3% para o Nordeste.

Os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará têm uma relação DCL/PIB muito baixa no período 2000/07. Em 2007, apenas 4,1% no Rio Grande do Norte e 5,2% no Ceará. Em Alagoas acontece o inverso, com alta em todo o período.

6 O detalhamento da arrecadação de ICMS se dá nos seguintes setores: primário, secundário, terciário, energia elétrica, petróleo, combustíveis e lubrificantes, dívida ativa e outras fontes de receita.

7 Receita corrente líquida são as receitas de impostos diretamente arrecadados, acrescidas às transferências legais e constitucionais recebidas e pagas e deduzidas as contribuições previdenciárias.

8 Dívida Consolidada Líquida: dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

**Tabela 9 – Relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e PIB. Nordeste e Brasil**

Estados	Anos							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alagoas	38,03	32,39	35,59	39,98	39,35	38,82	38,86	37,15
Bahia	17,35	18,68	20,04	17,97	16,28	13,25	11,68	9,45
Ceará	13,04	15,76	15,72	13,66	11,60	9,47	8,29	5,19
Maranhão	50,23	43,26	37,44	29,48	23,80	19,38	17,71	14,53
Paraíba	26,40	19,26	22,28	18,49	16,73	15,33	13,81	11,23
Pernambuco	10,17	13,41	15,59	13,81	12,49	10,48	9,19	7,44
Piauí	37,56	40,21	35,05	29,18	28,02	23,19	18,60	18,04
Rio Grande do Norte	12,36	9,80	10,59	3,55	6,37	5,61	5,01	4,05
Sergipe	17,98	13,25	12,86	11,37	10,87	8,13	10,73	7,84
Nordeste	19,42	19,45	20,54	16,79	16,37	13,82	12,61	10,34
Brasil	45,54	48,44	50,46	52,36	46,96	46,47	44,72	42,67

**Fonte:** (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 10 – Relação entre Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida**

Estados	Anos							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alagoas	223,31	178,23	236,27	276,85	264,45	224,64	221,59	200,24
Bahia	163,79	170,74	181,62	163,14	141,90	116,64	102,26	82,41
Ceará	87,39	93,77	117,50	105,68	92,24	73,09	60,36	38,29
Maranhão	257,75	209,82	272,62	222,04	174,24	132,64	115,13	91,42
Paraíba	152,51	109,82	142,44	117,16	107,63	88,76	75,71	60,00
Pernambuco	85,63	111,84	125,35	117,27	103,77	83,27	66,59	53,06
Piauí	173,31	173,71	164,04	151,62	141,78	109,44	84,69	77,93
Rio Grande do Norte	70,90	54,01	64,61	53,40	37,91	31,85	26,28	22,00
Sergipe	88,01	77,85	72,58	68,49	64,71	45,32	57,12	42,31
Nordeste	138,26	133,48	152,83	139,96	123,25	99,64	86,84	70,58

**Fonte:** (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2008b). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Em 2000 era de 38% e em 2007, 37,2%, indicando ausência de esforços para sua redução ao longo do tempo. Já o trabalho desenvolvido por Maranhão e Piauí fica claro. A DCL/PIB do Maranhão caiu de 50,2%, em 2000, para 14,5%, em 2007.

Quanto à relação DCL/RLC cabe fazer as seguintes observações relativamente ao período 2000 a 2007 (Tabela 10):

- Todos os estados do Nordeste têm uma relação decrescente ao longo do período. Exceto Alagoas, a maior parte reduziu a relação de endividamento/receita a partir de 2003, primeiro ano do mandato de quatro anos de governador. Em 2007, a relação DCL/RLC dos estados nordestinos foi menor que em 2006.

Essa queda variou de 8%, no Piauí, a 36,5% no Ceará.

- A linha de tendência para o Nordeste mostra que ela cai à razão de 10,5% ao ano. Em 2000, era de 138,3%; em 2007, passou a ser 70,58%.
- O Rio Grande do Norte tem a menor relação DCL/RLC. Era 70,9%, em 2000, e encerrou o exercício de 2007 com 22%. A queda foi contínua no período. A linha de tendência mostra uma razão de queda anual de 7,1%.
- O segundo estado com melhor relação é o Ceará. De 87,4%, em 2000, passou a 38,3% em 2007. A relação cresceu até 2002 (117,5%) e passou a cair continuamente até 2007.

A linha de tendência mostra que a relação cai à razão de 7,8% ao ano.

- No período 2000 a 2007, o estado de Alagoas fica acima do limite, exceção ao ano de 2001. Em 2007, está no limite definido pela resolução n° 40 do Senado Federal.

Em linhas gerais, o endividamento dos estados nordestinos indica uma folga financeira para novos endividamentos. À exceção Alagoas, todos os outros estados estão com um comprometimento da sua receita líquida abaixo do limite legal – duas vezes a receita líquida corrente.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central**, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 out. 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 28 out. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 28 out. 2008.

DÍVIDA líquida e bruta do governo geral - DLSP (metodologia vigente a partir de 2008). Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/?DIVIDADLSP08>>. Acesso em: [2008]a.

DÍVIDA pública federal ultrapassou R\$ 1,3 trilhão em agosto. **Jc online**, 24 set. 2008. Disponível em: [http://jc.uol.com.br/2008/09/24/not\\_180473.php](http://jc.uol.com.br/2008/09/24/not_180473.php)>. Acesso em: [2008]b.

RESULTADO do Tesouro Nacional. **Jornal do Comercio**, set. 2008. Disponível em: Acesso

em: <<http://jc.uol.com.br/>>. Acesso em: 24 out. 2008.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Relatórios fiscais homologados no SISTN em cumprimento à portaria STN n° 109/02**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008b.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 23 a 28 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Relatório mensal da dívida pública federal**, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: [2008]b.

\_\_\_\_\_. **Relatório mensal da dívida pública federal**, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 07 out. 2008c.

\_\_\_\_\_. **Resultado do Tesouro Nacional**, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 07 out. 2008d.

# 7 - Intermediação Financeira

Iniciada há mais de um ano, nos Estados Unidos, e tendo como gênese a inadimplência dos financiamentos *subprime* no mercado imobiliário, a crise financeira internacional assumiu, no começo de outubro, proporções até então inimagináveis, espalhando pânico e incertezas generalizadas nos mercados globais, comparável apenas à Grande Depressão de 1929.

Na esteira dos recentes acontecimentos, ficou para o mercado a percepção de que os governos centrais demoraram muito a tomar providências, e, quando o fizeram, foi numa abrangência e magnitude insuficientes. Isso provocou quedas acentuadas nas bolsas de valores de todo o mundo, redução da confiança e paralisia nos mercados de crédito e significativo declínio nos preços das *commodities*, notadamente petróleo, alimentos e minérios, diante da ameaça cada vez mais concreta de estagnação ou recessão das economias centrais.

No Brasil, os reflexos da crise financeira global já começaram a se materializar, traduzidos pela queda do índice Bovespa, desvalorização do real frente ao dólar e estreitamento do mercado de crédito, especialmente para exportação. Nada obstante, para minimizar as dificuldades que se avizinham, e como ação preventiva contra o aperto de liquidez, o Banco Central apresentou um conjunto de medidas, destacando-se a possibili-

dade de compra de carteira de crédito dos bancos, especialmente dos pequenos e médios, criação de novas linhas de crédito para exportação lastreadas nas reservas internacionais, leilões casados de venda e compra de dólares, redução dos depósitos compulsórios bancários e antecipação dos resgates de contratos de “swap cambial reverso”<sup>1</sup>.

Em âmbito regional, há evidências de que, inicialmente, os efeitos da crise serão mais sentidos pelos mercados de câmbio e de crédito. Sob esse aspecto, acredita-se que as repercussões no Nordeste sejam um pouco menores do que em âmbito nacional. Pelo menos dois fatores reforçam essa argumentação. Em primeiro lugar, na região, a intermediação financeira é feita preponderantemente pelos bancos públicos que, em tese, dispõem de fontes de recursos mais estáveis, enquanto no restante do país predomina a ação dos bancos privados que, em certa medida, são mais dependentes de fontes externas de financiamento, especialmente para atender a operações de comércio exterior. Em segundo lugar, uma menor extroversão para o exterior, que antes era apontada como uma limitação para o Nordeste, hoje passa a ser uma vantagem relativa e provisória. Dito de outra forma, o grau de abertura da economia nordestina é bem menor do que o da brasileira, deixando a economia regional menos dependente das oscilações do mercado internacional.

1 Contrato realizado entre o Banco Central e um tomador final, com o objetivo de trocar uma posição de risco. O Banco Central, que vende o título, recebe a variação cambial durante a vigência do contrato, pagando uma taxa de juros ao aplicador. É chamado de reverso porque é mais comum o Banco Central receber uma taxa de juros e pagar a variação cambial.

## 7.1 - Brasil. Depósitos e Operações de Crédito

O saldo dos depósitos totais do sistema bancário nacional, no final de julho, havia alcançado o montante de R\$ 1.800,2 bilhões, representando uma evolução real de 9,9%, comparativamente a julho de 2007. Como decorrência dessa expansão, acima do crescimento da economia, a proporção do saldo dos depósitos bancários em relação ao PIB tem aumentado, em períodos recentes. Com efeito, essa participação, que em julho do ano passado havia alcançado 56,3%, evoluiu para 61,3%, em julho último.

Convém salientar que os bancos privados continuam a liderar o crescimento do saldo dos depósitos bancários. Entre as duas posições consideradas, registrou-se uma expansão real de 13,5%, vindo em seguida o desempenho dos bancos federais, exceto Banco do Brasil (10,6%), o do Banco do Brasil (6,9%) e o dos bancos estaduais (5,5%). Os depósitos da Caixa Econômica Federal, entretanto, sofreram uma queda real de 4,1%. Além de apresentar o melhor desempenho, a banca privada também foi responsável pela maior fatia do mercado, respondendo por 69% do

saldo total dos depósitos bancários, em julho do corrente ano.

No final de julho, o saldo das operações de crédito do sistema bancário nacional atingiu R\$ 1.085,7 bilhões, com um crescimento real de 15,2% sobre a mesma posição em julho de 2007. Nos últimos anos, essa variável tem apresentado uma expansão acima do crescimento da economia. Como resultado, a sua participação em relação ao PIB vem-se ampliando. Em dezembro de 2004, por exemplo, a proporção correspondia a 26,9%, passando para 34,7% em dezembro de 2007, e 37% em julho último.

Antes do agravamento da crise financeira internacional, a partir de meados de setembro, a expectativa do Banco Central era de que a relação entre as operações de crédito e o PIB ficasse em torno dos 40%, no final de 2008. Entretanto, diante das dificuldades de liquidez que se avizinham e do estreitamento do mercado de crédito, acredita-se que essa previsão pode vir a ficar comprometida. De qualquer forma, esse total mostra que a posição

**Tabela 1 – BRASIL - Saldo Total de Depósitos, por Instituição Financeira (Julho de 2007 e Julho de 2008)**

Em R\$ Milhões Correntes

Instituição Financeira	Julho 2007	Julho 2008	Variação Real % <sup>(1)</sup>	Participação Jul./08, em %	Dep./PIB <sup>(2)</sup> Jul./08, em %	Dep./PIB <sup>(2)</sup> Jul./08, em %
Banco do Brasil (BB)	225.257	277.388	6,9	15,4	8,9	9,5
Caixa Econômica Federal	177.325	196.063	-4,1	10,9	7,0	6,7
Bcos. Federais, exceto BB	7.355	9.378	10,6	0,5	0,3	0,3
Bancos Privados	949.551	1.242.201	13,5	69,0	37,6	42,3
Bancos Estaduais	61.814	75.146	5,5	4,2	2,4	2,6
<b>Total</b>	<b>1.421.302</b>	<b>1.800.176</b>	<b>9,9</b>	<b>100,0</b>	<b>56,2</b>	<b>61,4</b>

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b, 2008c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(<sup>1</sup>) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(<sup>2</sup>) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.

brasileira é um pouco mais confortável do que a de muitos países centrais, cujos empréstimos do sistema bancário, devido ao seu elevado grau de alavancagem, superam o PIB.

Por outro lado, convém registrar que 98,2% dos créditos concedidos pelo sistema bancário nacional são direcionados para o setor privado, cabendo ao setor público apenas 1,8%, lembrando que no período analisado houve uma queda real de 7,5% nessas operações. Na verdade, o endividamento do setor público junto ao sistema bancário, nos últimos anos, tem sido proporcionalmente decrescente. Em dezembro de 2004, os créditos concedidos ao setor público representavam 3,9% do total, participação mais de uma vez superior à de julho último. Entre as duas posições, verificou-se uma queda real de 17,9%.

Repetindo o resultado dos últimos dois anos, os empréstimos concedidos às pessoas físicas, aqui excluídas as operações realizadas com os setores rural e habitacional, representam a prin-

cipal fonte de crescimento das operações de crédito no país, por dois motivos: correspondem a 34,3% dos empréstimos concedidos ao setor privado (34,3%) e apresentaram uma elevada taxa de crescimento (13,2%). Esse desempenho tem sido justificado pelas condições favoráveis de financiamento e da expansão da massa salarial, que estimulou uma demanda maior por empréstimos bancários das famílias, notadamente para aquisição de bens de consumo durável.

De outra parte, vale destacar também as operações de crédito concedidas à indústria, a segunda maior participação no total do setor privado (22,9%), e que, no período sob análise, apresentou o segundo maior crescimento real (18,8%), sendo superada apenas pela expansão dos empréstimos concedidos a outros serviços (22,7%).

Outra ótica de abordagem mostra que o saldo das operações de crédito com recursos livres atingiu, em julho, o montante de R\$ 778,1 bilhões, 71,7% do total dos empréstimos concedidos, com

**Tabela 2 – BRASIL - Operações de Crédito do Sistema Bancário - Saldos para os Setores Público e Privado (Julho de 2007 e Julho de 2008)**

Setor	Em R\$ Milhões Correntes					
	Julho 2007	Julho 2008	Varição Real % <sup>(1)</sup>	Participação Julho/08, %	Op./PIB <sup>(2)</sup> Julho/07, %	Op./PIB <sup>(2)</sup> Julho/08, %
<b>Setor Público (a)</b>	<b>18.253</b>	<b>19.468</b>	<b>-7,4</b>	<b>1,8</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6</b>
Gov. Federal	3.762	3.937	-9,2	0,4	0,1	0,1
Gov. Estad. e Municipais	14.491	15.531	-7,0	1,4	0,6	0,5
<b>Setor Privado (b)</b>	<b>799.614</b>	<b>1.066.246</b>	<b>15,7</b>	<b>98,2</b>	<b>31,6</b>	<b>36,3</b>
Indústria	181.430	248.328	18,8	22,9	7,2	8,5
Habituação	40.967	54.218	14,8	5,0	1,6	1,8
Rural	81.144	98.785	5,6	9,1	3,2	3,4
Comércio	83.866	112.835	16,7	10,4	3,3	3,8
Pessoas Físicas	279.991	365.189	13,2	33,6	11,1	12,4
Outros Serviços	132.216	186.891	22,7	17,2	5,2	6,4
<b>Total (a + b)</b>	<b>817.867</b>	<b>1.085.714</b>	<b>15,2</b>	<b>100,0</b>	<b>32,3</b>	<b>36,9</b>

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(1) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(2) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.

**Tabela 3 – BRASIL - Saldos das Operações de Crédito, por Fonte de Recursos (Julho de 2007 e Julho de 2008)**

Em R\$ Milhões

Fonte de Recursos	Julho 2007	Julho 2008	Varição Real, em % <sup>(1)</sup>	Participação Jul./08, %
Livres	572.680	778.144	17,9	71,7
Direcionados <sup>(2)</sup>	245.187	307.571	8,9	28,3
<b>Total</b>	<b>817.867</b>	<b>1.085.715</b>	<b>15,2</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

<sup>(1)</sup> Foi utilizado do IGP-DI como deflator.

<sup>(2)</sup> Refere-se a operações de crédito com recursos compulsórios ou governamentais.

crescimento real de 17,9% sobre o valor de julho de 2007. As operações com recursos direcionados, realizadas com recursos compulsórios ou governamentais, alcançaram R\$ 307,6 bilhões (28,3% do total) e acumularam um crescimento real de 8,9% no período analisado. Nesse último grupo, destacaram-se as operações financiadas com recursos do BNDES, que responderam por 57,2% dos empréstimos concedidos com recursos governamentais.

No âmbito das operações de crédito realizadas com recursos livres, observa-se uma pequena redução na participação dos empréstimos realizados para pessoas físicas (de 49,3%, em julho de 2007, para 47,5%, em julho de 2008) e um leve aumento dos empréstimos para pessoas jurídicas (de 50,7%, em julho de 2007, para 52,5%, em julho de 2008). Esse movimento sugere que está em curso um redirecionamento do crédito mais para a produção do que para o consumo.

Convém mencionar, ainda, que o aumento das operações de crédito em um ambiente de redução do custo médio tem proporcionado melhoria na qualidade do crédito concedido. Dessa forma, a inadimplência, definida por operações vencidas há mais de 90 dias, que em julho do ano passado representava 3,6% do saldo das operações de crédito, caiu para 2,9%, em julho deste ano. As operações de risco 1, ou seja, com atraso de pagamento de 61 a 180 dias, também registraram uma leve redução proporcional no saldo dos créditos concedidos,

caindo de 5,6% para 5%, entre as duas posições analisadas. O mesmo ocorreu com as operações de risco 2, com atraso de pagamento superior a 180 dias, que caíram de 3,1%, para 2,8%; e com o nível de provisões, que também apresentou uma leve redução, passando de 6%, para 5,2%.

A análise da qualidade do crédito concedido também apresenta uma pequena diferenciação, quando vista pela ótica da origem do capital da instituição financeira. Assim, o sistema financeiro público tem registrado um nível de risco e de provisões ligeiramente acima dos níveis observados pela banca privada nacional e pelos bancos estrangeiros, como pode ser visto na Tabela 4. Entretanto, esse resultado era de se esperar, haja vista a ação diferenciada exercida pelos bancos públicos. É que eles atuam também junto a áreas e atividades mais carentes, de menor rentabilidade e maior risco, que muitas vezes não interessam aos bancos privados.

De outra parte, o custo médio das operações de crédito referenciais para a taxa de juros (recursos livres identificados pela Circular n. 2.957, de 30/12/1999, do Banco Central), que no final do ano passado chegou a atingir o nível mais baixo (33,8% a. a.), desde junho de 2000, passou a subir de forma sistemática ao longo do corrente ano, atingindo 39,4% a.a. em julho último, refletindo a elevação da taxa básica de juros, por parte do Banco Central, como instrumento



**Tabela 4 – BRASIL - Operações de Crédito do Sistema Bancário: Segmentos Público, Privado Nacional e Estrangeiro - Qualidade do Crédito e Provisões, como Porcentagem das Operações Realizadas - 2007 e 2008**

Segmento/Ano/Mês	Risco Normal (a)	Risco 1 (b)	Risco 2 (c)	Inadimplência (d)	Provisões (e)
1) Sistema Bancário Total:					
2007 Janeiro	90,8	5,7	3,5	3,8	6,3
Março	90,9	5,7	3,4	3,6	6,2
Julho	91,3	5,6	3,1	3,6	6,0
Setembro	91,5	5,4	3,1	3,4	5,7
Dezembro	92,0	5,1	2,9	3,2	5,5
2008 Janeiro	91,8	5,2	3,0	3,2	5,6
Março	92,0	5,1	2,9	3,0	5,4
Julho	92,2	5,0	2,8	2,9	5,2
2008 Julho:					
2) Sist. Bancário Público	91,1	5,8	3,1	2,0	5,4
3) Sist. Bancário Privado Nacional	93,1	4,4	2,5	3,4	5,3
4) Sist. Bancário Estrangeiro	92,2	4,9	2,9	3,2	4,9

**Fonte:** (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Segundo o Bacen, a qualidade do crédito obedece à seguinte classificação:

- (a) Operações classificadas nos níveis de risco AA a C (operações em dia e com atraso de pagamento até 60 dias);
- (b) Operações classificadas nos níveis de risco D a G (atraso de pagamento de 61 a 180 dias);
- (c) Operações classificadas no nível de risco H (atraso de pagamento superior a 180 dias);
- (d) Total de crédito vencido há mais de 90 dias;
- (e) Provisões são exigidas a partir do nível de risco A.

de política monetária para conter o aumento da inflação, manifestado no período considerado. Essa elevação no custo médio das operações de crédito foi maior para as pessoas físicas do que para as pessoas jurídicas.

Embora se tenha observado um aumento no custo médio das operações de crédito, o prazo médio dos financiamentos concedidos praticamente não foi alterado nos primeiros sete meses de 2008. De acordo com o Banco Central, o prazo médio das operações de crédito referenciais para a taxa de juros, em julho, era de 373 dias, sendo de 299 dias para pessoa jurídica e de 467 dias para pessoa física. Para efeito de comparação, importa registrar que em janeiro o prazo médio era de 371 dias (308 dias para pessoas jurídicas e 445 dias para pessoas físicas).

Segundo informações divulgadas pelo Banco Central, o saldo das operações de crédito referenciais para taxa de juros, concedidas para as

pessoas físicas, atingiu R\$ 266,3 bilhões no final de julho, com um crescimento real de 4,1% sobre os números de julho do ano passado. Do referido total, o crédito pessoal (inclui operações consignadas em folha de pagamento e exclui cooperativas) ficou com a maior parcela (44,6%), vindo em seguida a aquisição de bens (notadamente veículos), com 36,1%. As outras categorias, como cheque especial, financiamento imobiliário e cartão de crédito, tiveram participações modestas.

Por outro lado, para as pessoas jurídicas, o saldo das operações de crédito referenciais para taxa de juros alcançou R\$ 338,6 bilhões em julho, registrando uma expansão real de 22,7%, no período sob análise. Do referido total, as operações de capital de giro absorveram a maior parcela (41%), vindo em seguida a conta garantida (13,8%), os adiantamentos sobre contrato de câmbio (9,6%) e os repasses externos (7,2%).

Convém ressaltar que os resultados aqui apresentados sobre a atividade de intermediação financeira refletem uma situação vigente até final de julho, posição das últimas informações divulgadas pelo Banco Central. Com o agravamento da

crise financeira internacional, a partir de meados de setembro, é razoável admitir alguma deterioração nos indicadores do sistema bancário nacional, pelo menos no curto e no médio prazo.

## 7.2 - Nordeste. Depósitos e Operações de Crédito

No final de julho, o saldo dos depósitos bancários no Nordeste chegou a alcançar o montante de R\$ 82,3 bilhões, registrando um crescimento real de 7,8% em comparação com a posição de julho de 2007. Como essa variável cresceu mais do que a economia regional, a sua participação no PIB tem sido crescente nos últimos períodos. Segundo estimativas, em dezembro de 2007, a relação depósitos/PIB atingiu 21,3%, passando para 23,2%, em julho último.

Convém recordar que, embora tenha apresentado um bom resultado, o aumento relativo dos depósitos bancários no Nordeste ficou ligeiramente abaixo da expansão verificada para essa variável, em âmbito nacional (9,9%). Ademais, a participação dos depósitos bancários no PIB nacional, em julho último (61,3%), foi quase duas vezes superior à média nordestina.

Há também uma terceira característica que diferencia o sistema bancário regional do nacional. Essa é mais de natureza estrutural e diz respeito à origem do capital das instituições financeiras. Enquanto no Nordeste os bancos públicos eram responsáveis, em julho, por 65,4% do saldo dos depósitos totais, no Brasil essa posição era invertida, com os bancos privados respondendo por 69% dos depósitos.

No que respeita ao desempenho por tipo de instituição financeira, o maior crescimento real

dos saldos dos depósitos, no período sob análise, ficou por conta dos bancos estaduais (19,1%), vindo em seguida a Caixa Econômica Federal (8,4%), os bancos privados (8,3%), o Banco do Brasil (6,8%) e os bancos federais, exceto o BB (2,8%).

De outra parte, no final de julho o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste atingiu R\$ 57,3 bilhões, com uma expansão real de 9,5% sobre os números de julho de 2007. De acordo com estimativas da equipe de conjuntura do BNB/ETENE, referido valor correspondeu a 16,2% do PIB regional, um pouco acima da participação relativa observada em dezembro do ano passado (13,5%).

Vale recordar, mais uma vez, em termos de desempenho e participação na economia, as diferenças de referida variável, nos âmbitos regional e nacional. O crescimento real das operações de crédito, durante o período analisado, foi de 15,2% para o Brasil e de 9,5% para o Nordeste. Quanto à sua participação em relação ao PIB foi de 37% para o Brasil e de 16,2% no Nordeste.

No final de julho, as instituições financeiras públicas no Nordeste respondiam por 63,7% do saldo das operações de crédito totais, ficando a parcela restante (36,3%) com os bancos privados. No agregado brasileiro, essa posição estava invertida, com os bancos privados respondendo com 67,7% e os bancos públicos com os 32,3% restantes.

**Tabela 5 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira – Posição em Final de Mês**

Em R\$ Milhões Correntes

Discriminação/Posição	Banco do Brasil (BB)	Caixa Econômica Federal	Bancos Federais, exceto BB	Bancos Privados	Bancos Estaduais	Total
<b>Depósitos</b>						
Julho de 2007	22.049	17.149	3.002	22.791	1.285	66.276
Julho de 2008	27.131	21.427	3.555	28.443	1.763	82.319
<b>Varição real, em % (*)</b>	<b>6,8</b>	<b>8,4</b>	<b>2,8</b>	<b>8,3</b>	<b>19,1</b>	<b>7,8</b>
Participação jul./08, em %	33,0	26,0	4,3	34,6	2,1	100,0
<b>Operações de Crédito</b>						
Julho de 2007	14.517	8.226	4.415	17.729	541	45.428
Julho de 2008	19.140	11.435	5.131	20.836	781	57.323
<b>Em %, variação real, % (*)</b>	<b>14,4</b>	<b>20,6</b>	<b>0,8</b>	<b>2,0</b>	<b>25,3</b>	<b>9,5</b>
Participação jul./08, em %	33,4	19,9	9,0	36,3	1,4	100,0

**Fonte:** (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(\*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

No período sob análise, o maior crescimento real das operações de crédito no Nordeste ficou por conta dos bancos estaduais (25,3%), vindo em seguida a Caixa Econômica Federal (20,6%), o Banco do Brasil (14,4%), os bancos privados (2%) e os bancos federais, exceto BB (0,8%).

No Nordeste, das operações de crédito registradas na posição de final de julho, mais da metade (52,9%) era representada por empréstimos e títulos descontados, portanto de curto prazo. As operações de longo prazo (financiamentos industriais, comerciais, rurais e imobiliários) absorviam, então, 35,8% do total, ficando a parcela restante

(11,3%) com outros créditos (financiamentos de títulos e valores mobiliários, financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento e provisões para operações de crédito).

Em termos regionais, a maior expansão nas operações de crédito foi observada para os financiamentos agroindustriais (38,7%), vindo em seguida os aumentos verificados em outros créditos (18,1%), financiamentos imobiliários (17,8%) e empréstimos e títulos descontados (14,2%). Este último item, com grande peso no volume das operações, foi responsável por mais de três quartos do aumento verificado no total. Os financiamentos

**Tabela 6 – NORDESTE – Saldos das Principais Operações de Crédito em Julho/2007 e Julho/2008**

Em R\$ Milhões Correntes

Tipos de Operação	Jul./07	Jul./08	Varição Real, em % (*)	Participação Jul./08, em %
<b>Operações de Crédito</b>	<b>45.428</b>	<b>57.323</b>	<b>9,5</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	23.050	30.338	14,2	52,9
Financiamentos	7.931	8.152	-10,8	14,2
Financiamentos Rurais	4.955	5.900	3,3	10,3
Financiamentos Agroindustriais	142	227	38,7	0,4
Financiamentos Imobiliários	4.605	6.250	17,8	10,9
Outros Créditos	4.745	6.456	18,1	11,3

**Fonte:** (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(\*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

tos de longo prazo concedidos à indústria e ao setor terciário, entretanto, sofreram uma queda real de 10,8%.

Como comentário final, pode-se argumentar que, diante do agravamento da crise financeira internacional, o que antes poderia ser apontado como uma limitação para o Nordeste (pequena participação da intermediação financeira na economia e predomínio dos bancos públicos), pode agora ser entendida como uma vantagem relativa e provisória. Explicando de uma outra forma: os

bancos públicos possuem, em tese, fontes de recursos mais estáveis para lastrear suas operações do que os bancos privados. A propósito, nas economias centrais, está havendo um processo de estatização para salvar os bancos privados. Ademais, como o sistema bancário é um dos segmentos mais duramente atingidos atualmente, uma menor participação dessa atividade no PIB, como é o caso do Nordeste, pode deixar a economia da região menos vulnerável às restrições impostas a esse setor.

## 7.3 - BNB. Depósitos e Operações de Crédito

Os depósitos bancários obtidos pelo BNB na região alcançaram, no final de julho, o montante de R\$ 3,1 bilhões, incremento real de 2,8% em relação à posição de julho de 2007, desempenho abaixo da expansão observada pelo sistema bancário nordestino (7,8%). Em função desse comportamento, a participação dos depósitos do BNB no total do Nordeste, que, em julho de 2007, era de 3,9% caiu para 3,7%, em julho do corrente ano.

No final de julho, o saldo das operações de crédito realizadas pelo BNB havia alcançado o montante de R\$ 3,6 bilhões, representando um crescimento real de 3,6% sobre a posição de julho de 2007, desempenho um pouco abaixo do crescimento relativo experimentado pelo total dos empréstimos realizados pelo sistema bancário regional (9,5%). Em função disso, a participação das operações de crédito do BNB no total do Nordeste, que em ju-

lho do ano passado havia alcançado 6,7%, evoluiu para 6,3%, em julho do corrente ano.

Ao contrário do sistema bancário nordestino, que em julho havia destinado mais da metade (52,9%) dos seus créditos para operações de curto prazo, o BNB, como principal instituição de fomento regional, tem desempenhado um papel diferenciado, já que mais da metade dos seus empréstimos era formada por operações de longo prazo (69,9%), cabendo às operações de curto prazo uma parcela bem menor (22,3%).

Essa característica de atuação no longo prazo fica mais evidente quando são acrescentadas às contas do BNB as operações de crédito concedidas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)<sup>2</sup>. Com essa inclusão, o saldo das operações (BNB + FNE) no

2 O BNB é o gestor oficial do FNE. Entretanto, por determinação legal, o sistema contábil do BNB não inclui as operações do FNE, que possui um sistema contábil independente e também não figura no sistema de acompanhamento do Banco Central/Sisbacen.

final de julho alcançou R\$ 23,8 bilhões, dos quais 82,3% foram destinados ao financiamento de operações de longo prazo. Vale acrescentar que, do referido valor, o FNE participou com 84,8%, representando a principal fonte de recursos de longo prazo com que conta o BNB para apoiar o desenvolvimento do Nordeste.

Por outro lado, as operações de crédito financiadas com recursos do BNB e do FNE corresponderam a 30,7% de todo o crédito concedido no Nordeste, em julho. De forma mais específica, referido conjunto foi responsável por 75,4% dos financiamentos concedidos à agroindústria e por 74,6% de todos os financiamentos rurais contratados pelo sistema bancário regional.

Ademais, no período de janeiro a agosto, foram contratadas pelo BNB 200,9 mil operações com re-

ursos do FNE, significando um ingresso de novos recursos para a economia nordestina da ordem de R\$ 4,6 bilhões (a preços de agosto), valor que representa um crescimento real de 59,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, o Pronaf, que tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar, contratou, através do BNB, 180,2 mil operações no período considerado, representando uma injeção líquida de R\$ 441,9 milhões (a preços de agosto) na economia regional.

Merece destaque, também, o desempenho do CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo do BNB, visando ao fortalecimento de pequenos empreendimentos. De janeiro a setembro, foram firmados 711,3 mil contratos de crédito, representando um ingresso de novos recursos para a economia regional da ordem de R\$ 739,2 milhões, o que corresponde a um valor médio de R\$ 1.039,31

**Tabela 7 – NORDESTE – Saldos das Principais Operações de Crédito – em Julho/2007 e Julho/2008**  
Em R\$ Milhões Correntes

Mês / Tipo de Operação	BNB(*) (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	Relações em %	
						a/d	c/e
<b>Julho de 2007</b>							
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>3.029</b>	<b>17.651</b>	<b>20.680</b>	<b>45.428</b>	<b>63.079</b>	<b>6,7</b>	<b>32,8</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	554	918	1.472	23.050	23.968	2,4	6,1
Financiamentos	917	3.421	4.338	7.931	11.352	11,6	38,2
Financiamentos Rurais	1.270	11.308	12.578	4.955	16.263	25,6	77,3
Financiamentos Agroindustriais	21	443	464	142	585	14,8	79,3
Outros Créditos	267	1.561	1.828	9.350	10.911	2,9	16,8
<b>Julho de 2008</b>							
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>3.616</b>	<b>20.187</b>	<b>23.803</b>	<b>57.323</b>	<b>77.510</b>	<b>6,3</b>	<b>30,7</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	807	1.149	1.956	30.338	31.487	2,7	6,2
Financiamentos	1.151	4.485	5.636	8.152	12.637	14,1	44,6
Financiamentos Rurais	1.353	11.984	13.337	5.900	17.884	22,9	74,6
Financiamentos Agroindustriais	25	593	618	227	820	11,0	75,4
Outros Créditos	280	1.976	2.256	12.703	14.682	2,2	15,4
<b>Varição Real (**) em %, Jul-08/Jul-07</b>							
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>3,6</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,1</b>	<b>9,5</b>	<b>6,6</b>	-	-
Empréstimos e Títulos Descontados	26,4	8,6	15,3	14,2	14,0	-	-
Financiamentos	8,9	13,8	12,7	-10,8	-3,4	-	-
Financiamentos Rurais	-7,6	-8,0	-8,0	3,3	-4,6	-	-
Financiamentos Agroindustriais	3,3	16,2	15,6	38,7	21,6	-	-
Outros Créditos	-9,0	9,9	7,1	17,9	16,8	-	-

**Fonte:** (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008c). Elaborado pela Equipe de Conjuntura do BNB/ETENE.

(\*) Operações realizadas do Maranhão até a Bahia. O total do BNB, incluindo as operações extra-regionais, era de R\$ 4.275 milhões, em jul/07 e de R\$ 5.548 milhões, em jul/08.

(\*\*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

**Nota:** O FNE, por possuir um sistema contábil independente do BNB, não figura nos levantamentos do SISBACEN.

por contrato. Desde quando foi criado, em 1998, até setembro último, o CrediAmigo já realizou 4,7 milhões de operações de crédito. Atualmente, o programa conta com 362,8 mil clientes ativos, a sua meta é alcançar um milhão de clientes ati-

vos, até 2011. O CrediAmigo conta com uma das menores taxas de inadimplência: apenas 1,1% do valor das operações encontrava-se em atraso não superior a 90 dias.

## REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 137ª reunião do COPOM**, set. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Banco Central**, set. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2008b.

\_\_\_\_\_. **Sisbacen**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2008c.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações gerenciais do programa CrediAmigo**: set. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nordeste Conjuntura Mensal**: boletim eletrônico, Fortaleza, n. 9, set. 2008b.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de Conjuntura**, set. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 06 out. 2008.